
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

BEATRIZ APARECIDA DA COSTA

The background of the lower half of the page is an abstract geometric design. It consists of a large, light blue circle divided into several triangular segments by white lines that intersect at various points, creating a star-like or web-like pattern.

OFERTA EDUCACIONAL NAS CRECHES
E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NOS
MUNICÍPIOS PAULISTAS DE 10.001 A
50.000 HABITANTES

Rio Claro
2011

BEATRIZ APARECIDA DA COSTA

**OFERTA EDUCACIONAL NAS CRECHES E PARCERIAS PÚBLICO-
PRIVADO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS DE
10.001 A 50.000 HABITANTES**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a RAQUEL FONTES BORGHI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

**Rio Claro
2011**

379.81 Costa, Beatriz Aparecida da
C837o Oferta educacional nas creches e parcerias público-privado nos
municípios paulistas de 10.001 a 50.000 habitantes / Beatriz Aparecida da
Costa. - Rio Claro : [s.n.], 2011
147 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Licenciatura plena em
pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro
Orientador: Raquel Fontes Borghi

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Parceria público-privado. 3.
Educação Infantil. 4. Oferta de vagas. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

AGRADECIMENTO:

Meu muito obrigada, neste momento de término de curso, não cabe somente aqueles que me ajudaram a desenvolver este trabalho, mas todos que participaram da trajetória que me trouxe a querer concluí-lo. Agradeço aqui muitas pessoas, algumas que conheço muito bem, algumas que tive poucos momentos de contato e outras que nunca tive o prazer de ver ou ser apresentada, mas que fizeram diferença em minha formação.

Começo a agradecer aquelas pessoas que conheço bem, minha família, pelo amor, carinho, apoio, incentivo, broncas e tudo mais que fizeram por mim, com todo amor e carinho que tem em seus corações. Por terem me apoiado e acreditado em minha escolha, mesmo sendo difícil, sem eles não estaria entregando este trabalho como término de curso.

As minhas amigas conterrâneas, Gabriela e Juliana, com qual dividi agonias, alegrias, risos e choros, durante estes 4 anos de curso. Vocês fazem, sem dúvida, parte desta conquista. Vocês são especiais. O meu obrigado a minha turma de pedagogia, do ano de 2008, que fez parte de meu aprendizado e me ajudou a chegar até aqui, principalmente as alunas, Beatriz M., Nayara, Mariana e Kathiene, além das já citadas no início deste parágrafo.

A minha orientadora e Professora Raquel Borghi, a quem admiro e tenho orgulho de ser orientanda. Agradeço pela atenção, orientação e carinho na leitura de minha escrita.

Agradeço ao papel importante que tiveram todos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), que me aceitaram neste grupo onde pude desenvolver parte das reflexões do trabalho aqui apresentado.

A todos professores do Departamento de Educação, do Instituto de Biociências da Unesp Rio Claro, que fizeram parte de minha formação, participação esta exemplar na maioria das vezes.

Agradeço aqueles com que pouco ou nenhum contato a mim foi reservado, mas que não são de menor importância. Como por exemplo, os profissionais das Secretarias de Educação dos Municípios que participaram desta pesquisa. Os profissionais da Secretaria de Educação do Município de Araras, minha cidade natal, a qual me ajudou

nos quatro anos de minha formação me prestando informações e autorizações.

E por fim agradeço a Deus, por me proporcionar o dom da vida, uma vida repleta de felicidades.

DEDICATÓRIA.

Este trabalho é integralmente dedicado a minha família. Quando digo família me refiro a:

Aquela mulher que me carregou em seu ventre por 9 meses, que dedica seu amor a mim e sua família, a mulher mais incrível das galáxias – Helena Genoveva Maniero da Costa.

Aquele homem que simplesmente é o homem mais lindo do universo, que juntamente com sua esposa, que me criou com muito respeito e dedicação – Meu pai, José Roberto da Costa.

A uma menininha loirinha de cabelos lisos que se transformou em um mulherão de muita competência e sabedoria, ela consegue brigar comigo, me deixar brava ao mesmo tempo que me ensina e torna-se meu referencial, mas irmã mais velha é assim mesmo – Me refiro a Magda Cristina da Costa.

Um intruso que a quatro anos entrou em nossa vida e pelo jeito nunca mais vai sair, pois já faz muita falta sua ausência em nosso meio, um amor para toda vida – Jonata dos Santos.

Não poderia deixar de fora pessoas com quem divido minha vida, Tia Marta, Tio Aparecido e suas filhas, minha irmãs de coração, Andreza e Ana. Pessoas que sempre fizeram e sempre farão parte de minha família.

Sem vocês eu não existiria, minhas conquistas seriam sem graça. Dedico este trabalho e minha pessoa como se constitui, a vocês. Um elo nos uniu, e só necessito de uma palavra para descrevê-lo, AMOR.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conae – Conferência Nacional de Educação

DEM – Partido dos Democratas

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Edudatabrasil – Sistema de Estatísticas Educacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEB – Escolas Municipais de Educação Básica

EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil

EMEIEF – Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental

EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Ministério Público

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PDT - Partido Democrático Brasileiro

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PR – Partido da República

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

R.E – Rede Estadual

R.M – Rede Municipal

R.P – Rede Privada

UNESP– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico: Condição das creches nos municípios estudados.....	110
Gráfico: Ano de integração das creches ao sistema de ensino.....	111
Gráfico: Ano de início da parceria.....	113
Gráfico: Matrículas no censo escolar.....	115
Gráfico: Matrículas em creche municipal a partir da implementação do Fundeb.....	117
Gráfico: Matrículas em creche privada a partir da implementação do Fundeb.....	118
Gráfico: Matrículas em pré-escola municipal a partir da implementação do Fundeb...	119
Gráfico: Matrículas em pré-escola privada a partir da implementação do Fundeb.....	120
Gráfico: Número de matrículas em instituições públicas e privadas.....	121
Gráfico: Idade dos alunos nas instituições conveniadas.....	123
Gráfico: Tipo de Subsídio.....	124
Gráfico: Justificativa pela opção do convênio	128

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Matrículas na educação infantil no município de Maracaí (2000-2010).....	33
Tabela 2: Estabelecimentos de educação infantil em Maracaí (2000-2006).....	34
Tabela 3: Matrículas na educação infantil no município de Martinópolis (2000-2010)..	36
Tabela 4: Estabelecimentos de educação infantil em Martinópolis (2000-2006).....	37
Tabela 5: Matrículas na educação infantil no município de Mirassol (2000-2010).....	39
Tabela 6: Estabelecimentos de educação infantil em Mirassol (2000-2006).....	40
Tabela 7: Matrículas na educação infantil no município de Monte Alto (2000-2010)....	42
Tabela 8: Estabelecimentos de educação infantil em Monte Alto (2000-2006).....	43
Tabela 9: Matrículas na educação infantil no município de Osvaldo Cruz (2000-2010)	45
Tabela 10: Estabelecimentos de educação infantil em Osvaldo Cruz (2000-2006).....	46
Tabela 11: Matrículas na educação infantil no município de Pacaembu (2000-2010)....	47
Tabela 12: Estabelecimentos de educação infantil em Pacaembu (2000-2006).....	48
Tabela 13: Matrículas na educação infantil no município de Parapuã (2000-2010).....	50
Tabela 14: Estabelecimentos de educação infantil em Parapuã (2000-2006).....	50
Tabela 15: Matrículas na educação infantil no município de Pariquera-Açu (2000-2010).....	51
Tabela 16: Estabelecimentos de educação infantil em Pariquera-Açu (2000-2006).....	52
Tabela 17: Matrículas na educação infantil no município de Patrocínio Paulista (2000-2010).....	54
Tabela 18: Estabelecimentos de educação infantil em Patrocínio Paulista (2000-2006)	55
Tabela 19: Matrículas na educação infantil no município de Pedregulho (2000-2010)..	57
Tabela 20: Estabelecimentos de educação infantil em Pedregulho (2000-2006).....	58
Tabela 21: Matrículas na educação infantil no município de Pedreira (2000-2010).....	60
Tabela 22: Estabelecimentos de educação infantil em Pedreira (2000-2006).....	61
Tabela 23: Matrículas na educação infantil no município de Pilar do Sul (2000-2010).	62
Tabela 24: Estabelecimentos de educação infantil em Pilar do Sul (2000-2006).....	63
Tabela 25: Matrículas na educação infantil no município de Piraju (2000-2010).....	65
Tabela 26: Estabelecimentos de educação infantil em Piraju (2000-2006).....	66
Tabela 27: Matrículas na educação infantil no município de Pirajuí (2000-2010).....	67
Tabela 28: Estabelecimentos de educação infantil em Pirajuí (2000-2006).....	68

Tabela 29: Matrículas na educação infantil no município de Pirapora do Bom Jesus (2000-2010).....	70
Tabela 30: Estabelecimentos de educação infantil em Pirapora do Bom Jesus (2000-2006).....	71
Tabela 31: Matrículas na educação infantil no município de Piratininga (2000-2010)...	73
Tabela 32: Estabelecimentos de educação infantil em Piratininga (2000-2006).....	73
Tabela 33: Matrículas na educação infantil no município de Pitangueiras (2000-2010)	75
Tabela 34: Estabelecimentos de educação infantil em Pitangueiras (2000-2006).....	76
Tabela 35: Matrículas na educação infantil no município de Porto Ferreira (2000-2010).....	78
Tabela 36: Estabelecimentos de educação infantil em Porto Ferreira (2000-2006).....	79
Tabela 37: Matrículas na educação infantil no município de Rancharia (2000-2010)....	81
Tabela 38: Estabelecimentos de educação infantil em Rancharia (2000-2006).....	82
Tabela 39: Matrículas na educação infantil no município de Rosana (2000-2010).....	84
Tabela 40: Estabelecimentos de educação infantil em Rosana (2000-2006).....	85
Tabela 41: Matrículas na educação infantil no município de Santa Branca (2000-2010).....	87
Tabela 42: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Branca (2000-2006)	88
Tabela 43: Matrículas na educação infantil no município de Santa Cruz das Palmeiras (2000-2010).....	89
Tabela 44: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Cruz das Palmeiras (2000-2006).....	90
Tabela 45: Matrículas na educação infantil no município de Santa Cruz do Rio Pardo (2000-2010).....	92
Tabela 46: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Cruz do Rio Pardo (2000-2006).....	93
Tabela 47: Matrículas na educação infantil no município de Santa Rosa de Viterbo (2000-2010).....	95
Tabela 48: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Rosa de Viterbo (2000-2006).....	96
Tabela 49: Matrículas na educação infantil no município de Santo Anastácio (2000-2010).....	97
Tabela 50: Estabelecimentos de educação infantil em Santo Anastácio (2000-2006).....	98

Tabela 51: Matrículas na educação infantil no município de São Bento do Sapucaí (2000-2010).....	100
Tabela 52: Estabelecimentos de educação infantil em São Bento do Sapucaí (2000-2006).....	100
Tabela 53: Matrículas na educação infantil no município de Taquerituba (2000-2010).....	103
Tabela 54: Estabelecimentos de educação infantil em Taquerituba (2000-2006).....	103
Tabela 55: Matrículas na educação infantil no município de Tupi Paulista (2000-2010).....	105
Tabela 56: Estabelecimentos de educação infantil em Tupi Paulista (2000-2006).....	106
Tabela 57: Tipo de subsídio e valor repassado em dinheiro à instituição.....	124

RESUMO

Este trabalho, foi realizado como Trabalho de Conclusão de Curso e Iniciação Científica. Este identifica, caracteriza e analisa, no conjunto dos municípios paulistas de 10.001 a 50.000 habitantes, os diferentes arranjos institucionais firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas para a oferta educacional em creches. O período considerado para o presente estudo foi entre 2000 e 2009. O início do período em 2000 se justifica pelo prazo final estabelecido pela LDB 9394/96 para integração das creches aos respectivos sistemas de ensino ser dezembro de 1999. O estudo realizado nos permitiu observar a manutenção dos convênios firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas sem fins lucrativos. As justificativas utilizadas para esclarecer a opção municipal pelo convênio com instituições que oferecem vagas à crianças de 0 a 3 anos, se voltarão para atender a demanda existente no município que este não consegue suprir e auxílio financeiro à instituição que oferece o atendimento a tempos no município. Outro fato que podemos constatar foi o que um número considerável que municípios cadastram as matrículas das entidades privadas conveniadas com o poder público, como matrículas públicas. Utilizamos como procedimento teórico-metodológico o levantamento e análise bibliográfica, contatos telefônicos diretos com os gestores municipais para coletar informações sobre as parcerias, dados disponibilizados no Banco de Dados do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), *sites* oficiais dos municípios e *sites* governamentais. Constitui-se este trabalho como parte integrante da pesquisa “Oferta Educacional nas creches: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado” financiada pelo CNPq e coordenada pela Prof^a Dr^a Raquel Fontes Borghi.

Palavras-chave: Oferta de vagas; Educação Infantil; parceria público-privado.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	15
1.1	Objetivos.....	19
1.2	Metodologia e forma de análise dos resultados.....	20
2.	BREVE HISTÓRICO DA CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
2.1	Do século XVII a meados do Século XX.....	22
2.2	Do século XX aos dias atuais.....	24
3.	CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	34
3.1	Características gerais.....	34
3.2	O Estado de São Paulo.....	34
4.	ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS	110
4.1	Análise dos dados gerais dos municípios.....	110
4.2	Ano de integração das creches ao sistema municipal de ensino.....	111
4.3	Análise do ano de início das parcerias/convênios.....	113
4.4	Análise das creches domiciliares.....	115
4.5	Análise das matrículas no censo escolar.....	116
4.6	Análise das Matrículas após implantação do Fundeb.....	118
4.7	Análise das Matrículas nas instituições públicas e privadas.....	122
4.8	Análise da idade dos alunos atendidos nas instituições conveniadas.....	123
4.9	Análise do formato dos subsídios: tipo e valores.....	125
4.9	Análise das justificativas municipais.....	128
4.10	Convênio: instrumento legal que regula as parcerias.....	132
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este projeto é parte integrante da pesquisa “A OFERTA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARRANJOS INSTITUCIONAIS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO” que vê sendo realizado por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Rio Claro, Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto e Pela Universidade de Campinas, sendo financiado pelo CNPQ. A referida pesquisa dá continuidade à pesquisa interinstitucional, financiada pela FAPESP, realizada por pesquisadores e alunos participantes do GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, que teve por objetivo geral analisar a natureza e as conseqüências, para a oferta da educação básica, de parcerias firmadas entre sistemas municipais paulistas e setores da esfera privada. (ADRIÃO, 2009)

O estudo acima citado organizou um banco de dados com informações sobre municípios paulistas que realizaram parcerias público-privadas na educação básica no período 1996-2006. As informações contidas no banco de dados evidenciaram uma ampliação das parcerias realizadas entre o Poder Público Municipal e instituições privadas na área educacional.

Convenio como o apresentado é uma das modalidades de parcerias que municípios paulistas têm realizado com a esfera privada. Outro exemplo de parceria é a adoção de sistemas apostilados de ensino, onde os municípios adquirem e utilizam este material como base em sua rede de ensino. Muitas vezes utilizando este recurso em resposta a rápida municipalização das escolas, que leva a alta demanda de responsabilidade com pouco preparo. (ROSSI, 2009)

De acordo com o Banco de Dados resultante da pesquisa acima citada, podemos observar que dos 645 municípios paulistas, 136 declararam ter parceria para oferta de vagas na educação infantil¹. Dos 136 municípios identificados no Banco de Dados, selecionamos para o estudo 50% dos municípios que apresentam de 10.001 a 50.000 habitantes, o que totaliza 28 municípios.

O estudo aqui presente identificou e discutiu as parcerias público-privado, mais

¹ Tais parcerias se constituem em convênios firmados entre a Prefeitura Municipal e instituições privadas denominadas creches conveniadas. Tais instituições oferecem vagas na educação infantil e recebem subsídios públicos.

especificamente a parceria entre a administração pública municipal que é encarregado pela educação infantil e as creches privadas que recebem subsídios do poder público para o oferecimento de vagas a população.²

No Brasil, na educação infantil, as parcerias do poder público com a iniciativa privada vem sendo realizada por meio de, financiamento a instituições do ‘terceiro setor’, ou mesmo financiamento a instituições com fins lucrativos. Em outros países podemos observar mecanismos de mercado de financiamento público para escolas privadas chamados ‘*vouchers*’ e ‘*charters*’. Os dois mecanismos referem-se são, respectivamente, a vale destinados às famílias, sob justificativa de liberdade de escolha a seus ‘clientes’ e a segunda *charters schools*, são parcerias onde o Poder Público repassa verbas por aluno a cada instituição. (DOMICIANO, 2009)

A educação infantil sempre foi vista como um lugar de assistencialismo, até a constituição de 1988 as creches eram mantidas pela área da Assistência Social. Sobre isso Correa afirma que:

Como em muitos países, o atendimento à infância no Brasil teve seu início marcado pela idéia de ‘assistência’ ou ‘amparo’ aos pobres e ‘necessitados’, daí as creches, por exemplo, terem estado por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou aos órgãos de assistência e bem estar social, e não aos órgãos educacionais nas esferas administrativas do país. (2007, p. 15).

Na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases – LDB - 9394/96 foram determinados fatores fundamentais para a reorganização da educação infantil no país³. Dando o direito, da educação infantil de 0 a 6, a criança, opcional a

² A parceria entre esfera pública e instituições privadas apresenta-se de diversas formas desde o *stricto sensu*, até o chamado terceiro setor. Domiciano traz o exemplo da parceria denominada ‘Bolsa Creche’, implantada nos municípios de Piracicaba e Hortolândia, no estado de São Paulo, onde recursos públicos são destinados a escolas particulares, entretanto são contabilizadas como vagas públicas pelo município, além do município pagar um valor *per capita* referente a cada criança que estiver frequentando a educação infantil na escola participante do projeto. (DOMICIANO, 2009).

³ Conforme a LDB em seu artigo 19 e 20 diz que instituições de ensino são classificadas administrativamente em públicas e privadas, sendo a primeira aquelas mantidas e administradas pelo Poder Público, já as privadas são mantidas e administradas pelo poder privado, podendo ser categorizadas em quatro níveis, aquelas em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado – outras consideradas comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade – ainda aquelas confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas - e por último as filantrópicas – entidades sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

família e dever do estado. Quando a constituição concede o direito de educação infantil a criança, tira o caráter assistencialista, onde não mais a família tem o direito de deixar seu filho na creche para que todos possam trabalhar, mas um direito que a criança adquiriu de ter educação em uma instituição de ensino. A LDB, ainda, coloca a educação infantil como parte do sistema de ensino como etapa da educação básica. Entretanto, o atendimento a crianças não tem sido simples e muitos municípios buscam alternativas para atender a demanda. A LDB também estabeleceu a partir de sua publicação o prazo de três anos para a educação infantil fosse incluída no sistema de ensino. Consideramos aqui que a municipalização das escolas de ensino fundamental, decorrente do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (1996) – sobrecarregou o município de forma que a oferta de educação infantil se deu, em grande parte por meio de parcerias do poder público municipal com instituições privadas com ou sem fins lucrativos. (ADRIÃO, 2009)

A municipalização do ensino fundamental decorrente, principalmente, da criação do FUNDEF (ARELARO, 1999; BORGHI, 2000) fez com que os municípios colocassem como prioridade a educação fundamental e deixassem para segundo plano a educação infantil, reforçando as tradicionais parcerias no atendimento infantil com instituições privadas.

Defendemos aqui que há uma distinção entre a ausência histórica do Estado que deu espaço a proliferação dos convênios e o momento atual, em que há uma efetiva política de responsabilização da esfera privada pela oferta de educação infantil a partir da subvenção pública não só às instituições sem fins lucrativos, mas também às instituições privadas com finalidade lucrativa. (BORGHI, 2009)

Justificativas como maior eficiência, menos custo e maior participação e controle social são utilizadas a favor das parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. No entanto, tais parcerias podem ser consideradas estratégias para driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite de gastos com pessoal nela estabelecido, bem como ampliar espaços de atuação e lucro do setor privado. O estudo aqui descrito possibilitará verificar se há indícios de uma atual reconfiguração das relações entre as esferas pública e privada e, ainda, se a tradicional relação de subsídios públicos à instituições privadas sem fins lucrativos vem se configurando em uma efetiva política pública educacional para a oferta de educação infantil. (BORGHI, 2009)

Constatamos que vem se estabelecendo uma nova configuração entre o público e o privado na oferta de educação infantil, induzida, dentre outros fatores, pelo PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado –, que, dentre outras estratégias, estimulou a criação de espaços públicos-não-estatais e incentivou a constituição de parcerias entre as esferas pública e privada; pelo acentuado processo de municipalização do ensino fundamental e a prioridade dada pelo municípios a esta etapa da educação básica e; ainda, mais recentemente, pela criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (1996) - e a possibilidade de repasse de seus recursos para instituições privadas de educação infantil. (BORGHI coord., 2009).

A Lei 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB permite a inclusão de recursos a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público para as idades de 0 a 3 anos e para a faixa da pré-escola, que compreende a idade de 4 a 6 anos a lei permitiu a contabilização dos alunos atendidos em instituições conveniadas até 2010.

O FUNDEB sem dúvidas representa um avanço em relação ao FUNDEF, o qual privilegiava apenas o ensino fundamental, no entanto, a permissão da transferência de recursos às instituições privadas pelo FUNDEB “representa um duro golpe no princípio de que recursos públicos devem se destinar às instituições públicas” (PINTO, 2007, p. 888).

Ao discutir a oferta de vagas em creches não-estatais conveniadas/financiadas pelo poder público, pelo viés das posições de esquerda ou direita Gouveia traz que:

Subvencionar entidades comunitárias tem sido uma estratégia de ampliação de vagas utilizada por governos de todos os matizes partidários no Brasil. Ainda que à esquerda do espectro político tal prática seja adotada, compreende-se aqui que essa estratégia corresponde a uma tese de direita, pois, em geral, está associada à falta de recursos para o provimento direto das vagas em estabelecimentos públicos. Na literatura recente ou nas experiências divulgadas, não foram encontrados argumentos quanto à pertinência da realização de convênios por razões pedagógicas ou de estratégia de autogestão comunitária, argumentos esses que poderiam aproximar-se de teses desestatizantes à esquerda. (2009, p. 46)

Em estudos como o de DOMICIANO, ADRIÃO, 2005; DOMICIANO, 2006 é comprovado que na grande maioria destes estabelecimentos, os espaços são pequenos, estão em precárias condições estruturais e de higiene, sem as mínimas condições que garantam um atendimento digno aos pequenos. Além da qualificação profissional que se mostra defasada já na educação infantil “pública”, com maior índice de profissionais

sem formação mínima prevista em lei, nas creches que atendem a faixa etária de 0 a 3 anos (Vieira, 1999). O número de profissionais atuantes na educação infantil sem formação mínima em creches conveniadas é ainda maior, por dois fatores aparentes, a base destas instituições pertencerem ao assistencialismo as crianças de mães que entraram no mercado de trabalho, para auxílio no sustento da família - muitas destas creches até hoje mantém sua base, dando foco no cuidar - e aproveitamento da competência e experiência adquiridas informalmente por membros da comunidade onde a creche é instaurada.

Desta forma cabe ressaltar que a LDB 9394/96, além de definir a educação infantil como etapa da educação básica nacional, sendo dever do Estado oferecê-la gratuitamente a todas as crianças cujas famílias assim o quiserem, também determina como princípio para toda a escolarização básica a “qualidade” do ensino. Assim, não cabe apenas garantir vagas em creches e pré-escolas, mas esta oferta deve ser exercida dentro de padrões de qualidade.

1.1 Objetivos

O objeto do estudo foi as parcerias realizadas entre municípios paulistas e instituições privadas de educação infantil para a oferta de vagas. Tais parcerias se constituem em convênios firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas denominadas aqui de creches conveniadas. A pesquisa foi realizada em 50% dos municípios que possuem uma população entre 10.001 a 50.000 habitantes e que declararam ter firmado este tipo de parceria conforme informações contidas no bando de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

O trabalho desenvolvido tem por **objetivo geral** identificar, caracterizar e analisar, no conjunto dos municípios selecionados, os diferentes arranjos institucionais firmados entre municípios paulistas e instituições privadas para a oferta de educação infantil, até 2009.

Os **objetivos específicos** do estudo foram:

- Identificar o ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal/estadual de ensino;
- Identificar e caracterizar os tipos de instituições privadas conveniadas em cada município - com ou sem fins lucrativos, bem como analisar tendências no conjunto da amostra;

- Identificar, caracterizar os formatos dos subsídios públicos às instituições privadas em cada município, e analisar tendências na amostra;
- Identificar em cada município da amostra, as justificativas para a opção pelo convênio/parceria, e identificar tendências no conjunto dos municípios;
- Identificar o número de instituições conveniadas em cada município, bem como analisar tendências no conjunto dos municípios referentes à evolução no período correspondente ao estudo (2000-2009);

1.2 Metodologia e forma de análise dos resultados

A pesquisa foi realizada tendo em vista os objetivos propostos, por meio de levantamento e análise bibliográfica que tratam, direta ou indiretamente, da temática. Esta constituirá fonte teórica do trabalho e nos possibilitará fundamentar a análise dos dados obtidos que se dará de forma qualitativa, buscando identificar tendências acima definidas.

O levantamento, organização e análise das informações sobre os 28 municípios paulistas⁴ selecionados (Municípios de 10.001 a 50.000 habitantes: Maracaí, Martinópolis, Mirassol, Monte Alto, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã, Pariquera-Açu, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pedreira, Pilar do Sul, Piraju, Pirajuí, Pirapora do Bom Jesus, Piratininga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rancharia, Rosana, Santa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rosa de Viterbo, Santo Anastácio, São Bento do Sapucaí, Taquerituba e Tupi Paulista.) foram realizado a partir de contatos telefônicos direto com os gestores municipais para identificar:

- Número e caráter das instituições conveniadas no período;
- Tipo de instituições conveniadas;

⁴ Os 645 municípios paulistas foram contatados via contato telefônico direto com gestores municipais pela equipe do projeto “Estratégias Municipais para oferta da Educação Básica: Análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo” para a construção do Banco de Dados. Os contatos buscavam identificar algum tipo de parceria entre o poder público e a esfera privada relacionada à oferta ou a gestão educacional. Nos casos afirmativos foram levantados as seguintes informações: Período da parceria (ano de início e ano de término), Tipo de instituição privada com qual se firmou a parceria, Modalidade da parceria (aquisição de material apostilado ou sistema de ensino apostilado; oferecimento de vagas em instituições privadas *stricto sensu*, Oscips ou outras; contratação de assessorias privadas na área de Gestão Educacional; Outras que não se encaixam nas descrições anteriores (ADRIÃO (coord.), 2007).

- Ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal/estadual de ensino;
- Ano do primeiro convênio firmado;
- Formato do subsídio;
- Justificativa para a opção pelo atendimento conveniado.
- Idade dos alunos atendidos nas instituições conveniadas.
- Forma de cadastramentos das matrículas da creche conveniada no censo escolar.
- Normatização do convênio

Para complementar as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa utilizamos dados disponibilizados no Banco de Dados do GREPPE, nos *sites* oficiais dos municípios e nos *sites* governamentais.

2 BREVE HISTÓRICO DA CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL.

Neste capítulo trataremos de um breve histórico da educação infantil no Brasil, para que possamos compreender com qualidade o restante do trabalho em questão. Iremos situar o histórico do atendimento da educação infantil, assim como seu financiamento e a legislação que a regulamenta. O enfoque principal deste capítulo, se dará após 1970/80, quando há uma maior movimentação em relação a conquista do direito da criança à educação infantil, e as formas de atendimento da educação infantil, principalmente na creche, onde é realizado muitas vezes por intermédio de instituições privadas sem fins lucrativos conveniados com o poder público. Em relação ao período anterior a década de 70/80, ressaltaremos alguns fatos do século XVII até o século XX, que nos ajudará a compreender melhor o histórico da educação infantil.

Antes de apresentarmos qualquer fato, é de nossa obrigação salientar a diferença substancial apresentada no histórico da creche e da pré-escola. Para este fim utilizamos as palavras de Arelaro (2008):

historicamente, a área de Assistência Social exerceu papel de destaque na criação e expansão das creches no Brasil, uma vez que a origem se deu em função da vulnerabilidade das crianças desamparadas ou de famílias pobres, quando a mulher ou a chefe de família precisava trabalhar fora de casa. Esta origem das pré-escolas difere as creches das pré-escolas, estas tradicionalmente originadas da própria área educacional.(ARELARO, 2008, p. 57)

Desta forma temos que a creche nasce da área assistencial, com ação da sociedade, em instituições privadas sem fins lucrativos, enquanto a pré-escola tem seu início no Brasil já com viés educacional. Consideramos então que o histórico da educação infantil se diferencia da construção histórica das creches em nosso país.

Consideramos que este capítulo é de suma importância para este trabalho, pois assim como Kuhlmann ressalta que “Quando se desvaloriza a história por ela se ocupar do que já passou, o risco esta na ilusão de se *inventar a roda* novamente. (1998, p.6).

2.1 Do século XVII a meados do Século XX.

Recordando a séculos passados, constatamos que Ariès identifica em seu livro a

“História da criança e da família”, a ausência de sentimento em relação a infância até o século XVII, onde a criança era vista como um mini adulto, que não era, e sim “viria a ser”. Após o século XVII a família começa a ser um lugar de afeto entre pais e filhos. (ARIÈS,1981)

Segundo Kuhlmann, “As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito a história da infância, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc.” (1998, p.16), pois foi em função do trabalho feminino que as instituições de atendimento a criança pequena começaram a ser idealizadas e desenvolvidas. Com a mãe e familiares envolvidos nas relações de produção, as crianças não tem um lugar seguro para serem cuidadas e um menino na rua representava um “trombadinha”, um “menor infrator”. “Com a imagem do pobre como ameaça social a ser controlada” (KUHLMANN, 1998, p. 28) a assistência aflora seu papel social, com o atendimento de crianças para a solução em relação aos cuidados da infância.

A educação em creche, no final do século XVII até o início do século XVIII, foi visto como um “mal necessário”, e a creche era considerada uma escola de higiene, de moral e de virtudes sociais. Em congressos realizados para este fim, era recomendado que as indústrias criassem creches para os filhos das mães que ali trabalhavam - em 1961, com a LDB (4024/61), há a determinação que empresas que empregassem mães com filhos menores de 7 anos deveriam organizar e manter, diretamente ou em colaboração com poder público, atendimento a crianças em idades inferiores ao 1º grau (CURY, 1998) - mas este não era um direito do trabalhador ou do seus filhos, e sim “uma dádiva dos Filantropos”(KUHLMANN, 1998, p. 86), que propunham uma educação da infância a partir de entidades assistenciais.

As creches não eram somente um “mal necessário”, mas representavam também os saberes jurídico, médico e religioso. Jurídico-policial em relação à visão de controle destas crianças que enquanto estavam na rua eram caracterizadas como “trombadinhas”, desta forma evitar-se-ia a criminalidade com o recolhimento destas crianças em instituições para este fim. Médico, com os estudos obtidos na época no campo da epidemiologia, houve avanços no combate a mortalidade infantil. E por fim religioso, com o cuidado moral, e consequentemente o controle das classes trabalhadoras. (KUHLMANN, 1998)

O atendimento ofertado pela sociedade às crianças que freqüentam as creches

filantrópicas, assistencialista, era uma proposta de baixa qualidade, para as crianças pobres, não era possível um atendimento de alta qualidade, pois este faria com que as crianças refletissem sua realidade social e a impulsionaria para a mudança, contrariando o objetivo da instituição que era uma educação para a submissão, ou seja, “uma educação mais moral que intelectual”. (KUHLMANN, 1998, p.183)

Por fim Kuhlmann (1998) defende que as instituições filantrópicas e assistenciais, ofereciam uma educação. Educação esta com aspectos e objetivos diferentes da considerada educação infantil atual, mas que não pode ser desvalorizada como um processo educacional.

O fato é que a realidade social estava em transformação, a mulher da classe baixa que destinava seu tempo anteriormente a prole, começa a pertencer as relações de produção, deixando seus filhos aos cuidados de instituições em sua maioria de baixa qualidade ofertada pela sociedade, pois o Estado se ausentava desta responsabilidade social.

Segundo Kuhlmann (1998) a pré-escola privada, que atendiam crianças de 4 a 6 anos, ou jardim-de-infância como era chamado, caracterizava-se como um lugar para atender pedagogicamente e com cuidados médicos os ricos, as famílias das elites. Os jardins-de-infância, no século XIX, começam a se difundir em países como França, Itália e Inglaterra, em sociedades que se preocupavam com a infância e sujeitos que poderiam pagar por esta educação e cuidado. Os jardins-de-infância não poderiam ser confundidos com as creches, que se destinava aos pobres, que dependiam da filantropia, da caridade, para um controle social. O que demonstra que “O fato social da escolarização se explica em relação aos outros fatos sociais, envolvendo a democratização infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância etc.” (KUHLMANN, 1998, p.15)

Kuhlmann (1998) ressalta que não era o Estado responsável pelo atendimento em creches e jardins de infância, este era derivado de diferentes setores, de uma sociedade intitulada moderna, pois exerciam um esforço para o bem comum, com o objetivo de uma sociedade civilizada. Kramer (1995) analisa que até 1920 o Estado encontra-se praticamente inoperante em relação a assistência à infância.

2.2 Do século XX aos dias atuais.

Foi só no século XX que o Estado começa a se responsabilizar em descrições nas legislações pela assistência à infância, reforçamos que as legislações quando se referem a infância, mencionam somente à assistência e o amparo, deixando até a Constituição Federal de 1988, a infância longe da área educacional.

Cury (1998) traz o percurso das legislações no âmbito federal até chegarmos a efetivação do direito a educação infantil. A Constituição Federal de 1937, que se refere a infância que vier faltar recursos, o Estado deverá fornecer cuidados especiais, ou seja, trata-se de um amparo, um cuidado, mas não um direito da criança; da mesma forma é possível encontrar a assistência na Constituição Federal de 1946. É somente com a Constituição Federal de 1967 e a Junta Militar de 1969 que se insere a noção que uma lei própria providenciará a Assistência.

Segundo o autor, tem-se referência muito discreta em torno da Educação Infantil, na LDB de 1961 (4024/61), quando diz que “a educação pré-escolar se destina, agora sim, pela primeira vez, aos menores de sete anos que serão atendidos em escolas maternais e jardins de infância” (CURY, 1998, p. 12). A mesma legislação ainda previa que empresas que empregavam mães de crianças menores de sete anos, deveriam em regime direto ou em colaboração com o poder pública, organizar e manter o ensino de 1º grau. Sendo que os professores da educação infantil deveriam ser formados em ensino normal, esta detalhe de grande importância já era retratado na lei 1024/61. A Lei nº 5.692/71 mantém o que a nº 4.024/61 já “determinava e reforça que as empresas organizassem e mantivessem toda essa ligação com as mães trabalhadoras que tivessem filhos menores de sete anos”. (CURY, 1998, p.12). E finalmente em 1988, a Constituição Federal incorporou o direito a crianças de 0 a 6 anos à educação infantil.

Fora da legislação podemos ressaltar duas iniciativas distintas na educação infantil do país, em relação a creches e pré-escolas. Destacamos o Projeto Casulo, que se refere a creches e a criação da Coordenação de Educação Pré-Escolar em relação a pré-escola.

O Projeto Casulo, foi criado em 1970, pela Legião Brasileira de Assistência, - LBA - que existiu no Brasil de 1942 a 1995, a LBA era uma iniciativa do Governo Federal que foi criada para prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência, à população pobre, que assumindo seu papel na assistência social do país criou o Projeto Casulo. Este projeto seguindo o que já era ofertado na sociedade por iniciativas privadas em creches, se constitui de uma utilização de espaços ociosos

disponíveis na sociedade, comumente com trabalhadores sem formação específica e em difíceis condições de trabalho. Este atendimento era “operacionalizado por meio de convênios com instituições privadas ou com prefeituras que mantinham crianças de baixa renda em creches e pré-escolas.” (BARRETO, 2003, s/p).

Na mesma época segundo Kramer (2006), mais especificamente em 1974, o Governo Federal se atentou em relação ao caráter educativo da pré-escola, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar (MEC/COEPRE) que “Apesar dos equívocos das propostas compensatórias, elas tiveram na década de 1970 o papel de impulsionar o debate sobre funções e currículos da pré-escola, legitimando a educação pré-escolar, relacionando pré-escola e escola de 1º grau.” (p. 801)

Em relação a uma concepção da educação infantil como um todo, ou seja, a crianças de 0 a 6 anos, Corrêa, Adrião (2010) retratam que:

Até a década de 1970 a oferta de Educação Infantil se deu de maneira bastante tímida, e a partir desse período ela começa a expandir-se de modo mais acentuado. Apesar de uma ampliação que se dá sem a garantia de qualidade, podemos dizer que ao longo das últimas décadas do século XX a Educação Infantil que se realiza fora do ambiente doméstico tornou-se objeto de amplas discussões e passou a ser muito mais valorizada, seja como área de pesquisa seja como reivindicação de uma parcela cada vez maior da sociedade. (p. 09)

O movimento pela conquista da educação de infantil em ambiente escolar começa a ganhar força e cada vez mais colaboradores, no final da década de 70 e início da década de 80. A luta foi intensa até que seu objetivo foi alcançada com a Constituição Federal aprovada em 5 de outubro de 1988, dando o direito à criança de 0 a 6 anos de freqüentar escola de educação infantil.

Em 1988, a Constituição Federal incorporou o que a luta dos movimentos sociais pelo acesso da criança de 0 a 6 anos ao atendimento escolar exigia;

Caso isto não estivesse amadurecido entre lideranças e educadores preocupados com a Educação Infantil, no âmbito dos estados membros da federação, provavelmente não seria introduzido na constituição de 88. (...) Foi o que fez a constituição de 88: inaugurou o Direito, impôs ao Estado o Dever, traduzindo algo que a sociedade havia posto (CURY, 1998, p. 30)

Este fato foi tratado também por Campos, Füllgraf, Wiggers, 2006:

Foi principalmente no âmbito da atuação de grupos ligados à universidade e aos profissionais da educação que se formaram os princípios que seriam acolhidos pela nova Constituição Federal de 1988 e que foram grande parte mantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - de

1996. (p. 90)

Um dos artigos mais relevantes para a educação infantil contido na Constituição de 88 é o artigo 208, inciso IV, ao afirmar que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” colocando-a em paridade com os outros incisos do mesmo artigo, que trata da educação fundamental, médio, superior entre outras modalidades de ensino, dando desta forma a importância merecida a faixa etária. Além de significar “que no plano jurídico uma nova lógica se impõe, dado que qualquer família que deseje colocar sua criança numa creche ou pré-escola e não encontre uma vaga pode recorrer à Justiça para que o Estado cumpra seu dever” (CÔRREA, ADRIÃO, 2010, p. 10). A constituição de 1988, ainda garante em seu artigo Artigo 206, para toda a educação básica a “garantia de padrão de qualidade”, um passo importante para a elaboração e implementação das próximas legislações de que a educação infantil faria parte.

A partir da Constituição de 1988 que traz o dever do Estado em oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, novas legislações com intuito de regulamentar e reafirmar este atendimento foram elaboradas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990. Estes foram alguns documentos oficiais, que além de outras regulamentações, reforçam a atenção voltada para a educação de 0 a 6 anos que a Constituição Federal de 1988 desencadeou, a partir de vários anos de lutas por este direito

A LDB, com o Título III, sobre o direito à educação e Dever do Educar, complementa o direito já conquistado na Constituição de 1988

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escola pública será efetivado mediante a garantia de:
IV- atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1996)

Sendo que a contar da publicação da LDB, ficou determinado pelo Art. 89, que no prazo de três anos, as creches ou pré-escolas que existam ou venham a existir, deverão ser integradas ao respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996).

A LDB, em seu artigo 29º, teve ainda o papel de alocar a educação infantil, como a primeira etapa da educação básico, dividindo-a em

Art. 30º. A educação básica será oferecida em:

- I – creches, ou entidades equivalentes, para a criança de até três anos de idade;
- II –pré-escola, para crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996)

Com a Lei nº 11.114 de 16/05/2005, alterando os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, juntamente com a Lei nº 11.274, de 6/02/2006 alterando os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta que a pré-escola, deve atender os alunos de 4 e 5 anos e não mais os alunos de 4 a 6 anos. Os alunos de seis anos foram incluídos no ensino fundamental.

Em relação ao ECA, enfatizamos que

Artigo 4º :“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
Parágrafo único – A garantia de prioridade compreende:
(...)- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

Lembramos que o direito à preferência na formulação e na execução, vem sendo descuidado, mesmo na atualidade, em relação a educação infantil. (CÔRREA, ADRIÃO, 2010).

Ainda na LDB podemos observar que no artigo 3º diz-se que o ensino será ministrado baseado, entre outros pela “garantia do padrão de qualidade” (BRASIL, 1996, ART..3º, INCISO IX). O que demonstra que, além da oferta de vagas na educação infantil, a qualidade também deve ser assegurada. Anteriormente a não se tinha a responsabilidade de educar, em consequência não era necessário um curso específico para o trato com as crianças pequenas, com a nova legislação da LDB foi exigido a formação prévia, para agora professores, que de preferência fosse a nível superior, entretanto também poderia ser realizado em nível médio, sob a modalidade normal, o que foi chamado de curso do magistério. Como traz Cury quando discorre sobre a grande ruptura que a Lei de Diretrizes e Bases representa:

Não será mais possível estabelecer que os agentes da educação infantil sejam qualificados como crecheiros/crecheiras ou como animadores/animadoras. Os profissionais da educação, pelos artigos 62 ao 64, terão uma formação no mínimo em nível médio, sob a modalidade normal. (CURY, 1998, p. 13).

Com a inclusão da educação infantil ao sistema de ensino escolar, os cursos de formação de professores tiveram a obrigação de formar seus profissionais, também para

atuar com esta faixa etária. A educação infantil ficou “muito tempo longe dos currículos de cursos de pedagogia, e como tema de pesquisa” (CORRÊA, 2003, p.104), o que acarretou retardamento em estudos sobre esta faixa etária, que voltaram a existir em maior quantidade com o reconhecimento da educação de 0 a 6 anos como a primeira etapa do ensino básico.

A partir deste movimento as pesquisas na área de educação vêm aumentando tanto sua quantidade quanto sua qualidade, divulgação destas em congressos acadêmicos, revistas acadêmicas, grupos de estudos envolvendo a temática, em todos os aspectos seja ele histórico, social, antropológico (FARIA, 2005) e político.

Entretanto mesmo após toda a luta populacional e conquistas legislativas, vemos ainda hoje um déficit de atendimento em alto nível no Brasil. O fato é que mesmo com as legislações atuais não há como cobrar do poder público um vasto atendimento da demanda de crianças que querem frequentar a educação infantil. Como traz Corrêa (2003):

Como não se conhece com clareza a demanda existente, ou seja, quantas famílias querem colocar seus filhos numa instituição de educação infantil, não sendo a matrícula uma obrigatoriedade, torna-se muito mais difícil exigir do Estado o seu referido “dever” de oferecimento de vagas a todos que assim o quiserem. Como cobrar do Estado que ele atenda uma demanda que não se conhece em termos quantitativos?”(p. 94)

De forma a facilitar que esta cobrança possa continuar a não ser realizada Corrêa e Adrião, ressaltam que “o poder público não vem se esforçando suficientemente para conhecer, de fato, a real demanda por Educação Infantil nos diferentes sistemas de educação do país.” (2010, p.11)

Até os dias atuais muitas exigências, contidas nas legislações descritas acima, vem sendo contrapostas, ignoradas numa tentativa de encontrar caminhos nas entrelinhas da lei para poder burlá-la, como por exemplo municípios e instituições, que negam a necessidade de formação profissional (CAMPOS, FÜLLGRAF, WIGGERS, 2006), a qualidade de ensino orientada em diversos documentos reguladores (CAMPOS, FÜLLGRAF, WIGGERS, 2006; CORRÊA, 2003), e como dito no parágrafo anterior a indisponibilidade de vagas na educação em creches gratuitas, onde os pais têm que entrar com recursos judiciais para conseguir uma vaga para seu filho (CÔRREA, ADRIÃO, 2010).

“... a noção de que a criança tem direito desde a mais tenra idade já parece bastante fortalecida no âmbito da legislação brasileira, embora ainda não

tenhamos políticas específicas para garantir sua plena concretização. No caso da educação infantil, faltam especialmente políticas de financiamento para que se amplie, quantitativamente e qualitativamente, a oferta de creches e pré-escolas. (CORREIA, 2003, p.102)

Vale lembrar que uma boa educação tem um custo e que ele não é baixo, logo, discutir condições dignas de ensino na educação nos leva automaticamente a discutir recursos para a educação de básica (GUIMARÃES, PINTO, 2001). Assim discursa Cury:

Para dar devida proteção a um direito social específico é preciso financiamento; assim, o direito da criança, para que tenha a devida instrução, necessita de proteção com eficácia e com financiamento. Deve-se ter o realismo, pois caso contrário, o direito, embora proclamado fica inócuo (1998, p. 11)

Na Constituição de 1988, em seu artigo 30, inciso VI, atribui-se ao município a responsabilidade pela oferta da Educação Infantil, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado. No entanto, não há recursos específicos destinados à educação infantil até 2008, quando houve a instauração do FUNBEB, deixando por 20 anos a educação infantil sem recursos específicos, de forma que as normas e diretrizes legais não pudessem ser cumpridas plenamente (CAMPOS, FÜLLGRAF, WIGGERS, 2006).

O FUNDEF em seu processo de municipalização no Estado de São Paulo direcionou a responsabilidade do Ensino Fundamental para o município, processo este que ampliou as parcerias público-privadas daqueles níveis de ensino que já eram de responsabilidade municipal, como o caso da educação infantil, (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009) principalmente pelo fato de não se ter recursos específicos para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade, que possibilita o aumento da rede municipal, assim como traz Guimarães, Pinto (2001):

(...)o Fundef ao mesmo tempo em que priorizou o financiamento do ensino fundamental, acabou por prejudicar a educação básica no seu conjunto, à medida que impede, na prática, o financiamento da educação infantil e de jovens e adultos, como também impede a realização de políticas educacionais em nível municipal, regional e estadual(...) (p. 97).

Para amenizar o problema do financiamento imediato, muitos municípios com apoio de normatizações, continuaram a utilizar parcerias com o poder privado, com o objetivo de atender o maior número de alunos possível em um curto período de tempo e com baixo custo. Utilizamos o verbo “continuar” ao invés de “iniciar” na frase anterior,

pois parcerias entre o poder público e instituições/entidade privadas, seja ela filantrópica, confessional ou comunitária, já eram utilizadas antes da educação infantil tornar-se responsabilidade do sistema educacional, “tais instituições recebem subsídios públicos, razão pela qual o Estado (...) aparece, desde sempre como indutor da proliferação de convênios” (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009, p. 02).

Deixando a educação infantil como um todo e focando nas creches, salientamos que a origem das creches conveniadas, que em sua grande maioria se estabeleceram a partir de iniciativas comunitárias para a expansão do atendimento à criança pequena das camadas populares, pode explicar o fato de tais instituições serem marcadas pela precariedade de infra-estrutura, de pessoal, de condições de trabalho e de atendimento.

Borghi, Adrião, Arelaro, 2008, Montaña, 2005 trazem que as instituições filantrópicas, conveniadas e confessionais se formaram para atender a demanda existente aos setores sociais excluídos. Sendo uma forma de suprir o vácuo que o Estado deixava nesta camada popular, onde as mulheres estavam conquistando espaço no mercado de trabalho, e a ditadura militar se esvaziando.

A alternativa para o acolhimento de crianças de 0 a 3 anos, anterior a 1970, era o atendimento por entidades filantrópicas ou comunitárias com convênio com órgãos federais e até mesmo internacionais como “Banco Mundial, Unesco, Unicef (FÜLLGRAF, 2008), preocupava-se principalmente em maior número de atendimento, ou seja, maior número de crianças atendidas para que as mães pudessem trabalhar, com menor custo possível, pois quanto menor o gasto maior a quantidade de crianças atendidas seria possível, não se preocupando com a qualidade do atendimento oferecido nestas instituições. Por este motivo, entende-se que os convênios/parcerias realizados no âmbito público-privado se constitui como uma construção cultural e histórica ligada ao assistencialismo.

Kramer salienta que:

Essa estratégia, usada para expandir a oferta de atendimento à criança nos anos de 1980, não foi recebida com entusiasmo. A insatisfação diante das propostas de baixo custo manifestou-se; universidades, centros de pesquisa e sistemas de ensino e movimentos organizados denunciaram a precariedade de alternativas de baixo custo (2006, p.801)

Como mostra diversas pesquisas realizadas por Cruz (2001) em Fortaleza - Ceará, Tomazzetti (1997) em Santa Maria – Rio Grande do Sul, Bento e Meneghel (2003) em Blumenau – Santa Catarina, Susin (2008) em Porto Alegre – Rio grande do

Sul, Costa (2005) Rio de Janeiro, Domiciniano (2009) – Em Piracicaba – São Paulo, a qualidade, infra-estrutura, funcionários, professores, atendimento e condições de trabalho mostra-se em péssimas condições, marcadas pela precariedade nas instituições de atendimento as crianças de 0 a 3 anos conveniadas com o poder público. De norte a sul do País podemos observar convênios do poder público com instituições de educação infantil, especialmente voltado para a educação de 0 a 3 anos, que recebem subvenção pública e não apresentam o padrão de qualidade necessário, como traz Costa (2005), retratando o que pode observar em sua experiência

Se há uma característica distinta deste programa além de seu baixo custo, é a qualidade dos serviços que presta, a precariedade das instalações que utiliza, configurando-se como um atendimento de segunda classe (COSTA, 2005, p.24)

Quando voltamos nosso olhar para o financiamento da educação infantil como um todo, observamos que atualmente o Fundeb destina recursos para o financiamento da educação infantil. Pinto, (2007) caracteriza o Fundo como grande avanço na legislação de financiamento nacional, mas prejuízo por contribuir para a continuidade da tradição dos convênios e parcerias existentes do poder público com instituições privadas, autorizando o repasse de verba do Fundo destinado a educação infantil para instituições conveniadas, o que vai contra os princípios do autor e desta pesquisa, na Lei 11.494/2007, Art. 8ª pode-se ler:

§ - 1º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos
§ - 3º admitir-se-á pelo prazo de 4 anos, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, (...)(BRASIL, 2007).

Novamente podemos notar a diferenciação apresentada em relação às etapas da educação infantil, o cômputo das matrículas de creches não tem data para terminar, ao contrario da pré-escola, que se permitiu o cômputo das matrículas por 4 anos, ou seja até o ano de 2010.

Para que o artigo em relação a possibilidade de cômputo das matrículas privadas sem fins lucrativos nos recursos do Fundeb possa vigorar, a instituição de atendimento de alunos de 0 a 3 anos precisa atender algumas exigências, são estas: oferecer igualdade e atendimento gratuito para todos alunos, comprovar finalidade não lucrativa,

atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, ter aprovados seus projetos pedagógicos e ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.

Em 2009 o MEC elaborou um documento que orienta como organizar os convênios nos municípios, a partir do que o FUNDEB autoriza e permite o repasse recursos, o documento em questão é “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil”.

A legislação demonstra que se reconhece e se afirma o fato de que grande parte da educação de 0 a 3 anos se dar por intermédio de convênios atualmente. Esta política serve como incentivo para a continuidade das parcerias, sendo elas menos onerosas e que demandam menos esforços da administração pública municipal (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009).

Mais recentemente novos arranjos em relação a convênios firmados com instituições privadas para o atendimento em creche vêm se dando, como o exemplo que Domiciniano, (2005) nos traz, de parcerias entre o poder público e instituições privadas *strito sensu*, sendo possível observar que os serviços sociais e educacionais são atualmente considerados fontes de lucros para a esfera privada.

3 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

3.1 Características gerais

Neste capítulo traremos da caracterização dos 28 municípios estudados nesta pesquisa. Atentaremos-nos a situação da Educação Infantil e os convênios em cada município.

3.2 O Estado de São Paulo

É nos municípios do estado de São Paulo que a pesquisa em questão é desenvolvida. O estado de São Paulo é um dos 27 estados do Brasil. Tem a maior população do Brasil: são mais de 40 milhões de habitantes distribuídos em 645 municípios, dos quais 295 têm até 10.000 habitantes (muito pequenos); 234 têm de 10.001 a 50.000 habitantes (pequenos); 54 de 50.001 a 100.000 habitantes (médios); 54 de 100.001 a 500.000 habitantes (grandes); 6 de 500.001 a 1 milhão habitantes (muito grandes) e apenas 2 municípios com mais de 1 milhão (metropolitanos) (BANCO DE DADOS DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL (GREPPE))

Mais rica das unidades federativas, São Paulo também figura entre os estados com alto Índice de Desenvolvimento Humano, sendo superado apenas por Santa Catarina e pelo Distrito Federal. São Paulo legitima seu status de "motor econômico" do Brasil por possuir melhor infra-estrutura, mão de obra qualificada, fabricar produtos de alta tecnologia, além de abrigar o maior parque industrial e a maior produção econômica. Cujo IDH corresponde a 0,814.

Dos 234 municípios paulistas pequenos, 24,8%, ou seja, 56 municípios declararam - de acordo com a pesquisa "Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: Análise de parceria público-privado no Estado de São Paulo, e o Banco de Dados resultante desta - possuir parceria/convênio com a esfera privada para oferta de vagas na Educação Infantil. Para esta pesquisa utilizaremos metade dos municípios com convênios, ou seja, 28 municípios pequenos do estado de São Paulo.

3.1. Sobre os municípios selecionados

Apresentamos os dados gerais dos municípios selecionados, bem como dados da Educação Infantil de cada município e as diferentes formas de arranjos institucionais entre o Poder Público e instituições privadas para oferta de vagas na Educação Infantil.

MARACAÍ:

Maracaí esta localizada na região fisiográfica da Sorocabana, a 473 km da capital e possui uma área de 543 km². Com a população de 13.190 habitantes de acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, no censo de 2000 a cidade possuía 12.973 habitantes apresentando um crescimento de aproximadamente 1,6% da população em um intervalo de 10 anos. O PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 26.760,06 reais, a mais importante indústria instalada na cidade é uma usina de álcool. O IDH segundo o censo de 2000 é de 0.773

O povoamento foi fundado em 1905, tendo sido declarado município em 19 de dezembro de 1924 e instalado em 24 de março de 1925. Atualmente a Prefeita Municipal de Maracaí é Elizabete de Carvalho Fetter filiado ao PMDB.

Educação no município.

A rede municipal de Maracaí conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2011.

Abaixo evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 1: Matrículas no Ensino Infantil em Maracaí (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	17	0	109	397	0	19
2001	31	0	112	387	0	35
2002	18	0	111	383	0	31
2003	37	0	203	387	0	33

2004	32	0	203	440	0	35
2005	59	0	192	476	0	46
2006	0	0	188	494	0	44
2007	0	0	101	365	0	27
2008	0	0	68	362	0	87
2009	0	0	85	374	0	38
2010	7	0	89	401	0	17

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Pelos dados apresentados observa-se que as matrículas em creche municipal decresceu 58,9% de 2000 a 2010. Entretanto, houve oscilações neste período, sendo que de 2000 a 2001 o número cresceu, de 2001 a 2002 o número decresceu, voltando a crescer até o ano de 2005, do ano de 2006 até 2009 não houve nenhuma matrícula realizada no município, ou seja, durante quatro anos o número de matrículas na creche municipal foi nulo, voltando a crescer singelamente no ano de 2010.

Na rede privada de creches houve um decréscimo no número de matrículas de 18,3% dentre os anos de 2000 e 2010. Apresentando um crescimento expressivo até 2004, quando começa a decair, principalmente no período do Fundeb.

Em relação a pré escola do município, houve um crescimento de 1% nas matrículas no acumulado dos anos de 2000 a 2010, período de oscilações. Já na rede privada da pré escola podemos observar um pequeno decréscimo entre os anos de 2000 a 2010. Como nas outras matrículas, há um período de grandes oscilações. As matrículas tiveram um movimento de crescimento de 2000 a 2006, em 2007 – ano de implementação do Fundeb – o número começa a decair, podemos considerar a hipótese deste número decair por conta da introdução do ensino fundamental de 9 anos e a perda de 1 ano da pré-escola, seguindo este movimento 2010.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 2: Estabelecimentos de educação infantil em Maracá (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	1	1	0	1
2001	1	0	1	1	0	1
2002	1	0	2	1	0	1
2003	1	0	2	1	0	1
2004	1	0	2	1	0	1

2005	1	0	2	1	0	1
2006	0	0	2	2	0	1

Fonte: Edudatabrasil

Os dados referentes aos estabelecimento de ensino foram consultados no site Edudatabrasil, do INEP, sendo que os dados disponíveis apenas são apresentados até o ano de 2006, não sendo possível consultar os dados referentes aos anos posteriores.

Pelos dados apresentados na tabela anterior, observa-se que de no período houve a extinção da única creche municipal. Já na creche privada, houve o crescimento de 1 creche em 2002, o que representa um crescimento de 100% para o município.

Em relação a pré escola municipal, houve um aumento de 1 creche no ano de 2006, o que também representou um crescimento de 100%, por haver anteriormente somente uma pré-escola municipal. Na rede privada houve uma estatização no número de estabelecimento.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio

O município de Maracaí conta, em 2011, com uma creche conveniada, subsidiada pela Promoção Social, tendo até este ano para que a instituição torne-se responsabilidade da secretaria de educação. A instituição em questão tem caráter filantrópico, o convênio data de antes de 1996.

A forma de normatização da parceria entre a Promoção Social e a instituição privada é feito através do “Convênio educação”, assim denominado pelo município, se tratando de um convênio firmado entre o município e a creche filantrópica.

A justificativa pelo convênio é que a mais de 20 anos esta verba já é repassada à instituição. Desta forma o município, e a secretaria de educação a partir de 2012 somente mantém o convênio já firmado anteriormente pela Promoção Social. O município esta construindo mais escolas de educação infantil, por conta da legislação, tanto que uma foi inaugurada no ano de 2011.

A instituição conveniada atende a faixa etária de 0 a 14 anos. Em torno de 85 crianças de 0 a 3 anos, no período integral, 70 crianças de 3 a 7 anos e 115 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.

Até o ano de 2010, estas crianças de 0 a 3 anos constavam no censo escolar

como matrículas privadas, já no ano de 2011, como a instituição esta em transição para a responsabilidade da Secretaria de Educação, as crianças já foram cadastradas no Sistema de Educação Municipal, desta forma as matrículas constam no censo escolar como matrículas públicas. Mas o recurso ainda é repassado pela Promoção Social à instituição.

O valor repassado a instituição no ano de 2011, foi de R\$ 53.000,00, para despesas gerais. No contrato não há separação do valor destinado por idade. Os funcionário, profissionais, alimentação e tudo mais que a instituição necessite, é de responsabilidade da mesma, a Promoção Social somente destina o recurso descriminado anteriormente.

O município não conta com Creche Domiciliar.

MARTINÓPOLIS:

Localizada a 35 km de Presidente Prudente e a 494 km da capital, tem uma área de 1.253 Km². A população do município segundo o IBGE 2010 é de 24.219 habitantes.

Ainda de acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.750, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 8.886,96 reais. A economia vigente hoje tem atravessado uma nova fase, possibilitando ser constituída por segmentos distintos: a agricultura e pecuária (tradicional), a cana-de-açúcar (emergente) e o complexo turístico (promissor). Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, o Prefeito Waldemir Caetano De Souza, filiado ao PSDB.

Educação no município.

A rede municipal de Martinópolis conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2001.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 3: Matrículas no Ensino Infantil em Martinópolis (2000 - 2010)

Ano	Creche	Pré-escola
------------	---------------	-------------------

	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	190	0	0	643	0	19
2001	127	0	0	613	0	13
2002	174	0	0	744	0	14
2003	185	0	0	746	0	11
2004	430	0	0	1006	0	8
2005	434	0	84	1043	0	84
2006	294	0	25	999	0	66
2007	255	0	36	694	0	28
2008	283	0	77	707	0	44
2009	259	0	103	542	0	30
2010	273	0	141	514	0	42

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Segundo a tabela acima disposta para análise, podemos observar que a creche da rede municipal teve um crescimento de 43,6%, entretanto este período foi de grande instabilidade. De 2000 a 2005 o número de matrículas em creches municipais somente cresceu, passando a decrescer até o ano de 2007 - ano do início do Fundeb - até 2010 houve pequenas oscilações, mas o número de matrículas voltou a crescer.

Na creche privada, tem-se início as matrículas no ano de 2005, que de uma forma geral cresce 67,8% até 2010, principalmente pós Fundeb, onde pode-se observar que de 2007 até 2010, houve um crescimento mais expressivo, de 291,6%.

Em relação a pré-escola municipal, podemos observar um decréscimo do ano de 2000 a 2010, este decréscimo corresponde a 25%. Já na rede privada o número de matrículas de 2000 a 2010 cresceu 121%. Ambas apresentam um crescimento até 2005, quando em 2006 decrescem até o fim do período, decréscimo este que não impossibilita que o período termine com movimento crescente.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 4: Estabelecimentos de educação infantil em Martinópolis (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	0	5	0	1
2001	2	0	0	6	0	1
2002	2	0	0	5	0	1
2003	2	0	0	5	0	1
2004	4	0	0	5	0	1

2005	4	0	1	5	0	0
2006	4	0	1	8	0	1

Fonte: Edudatabrasil

Os estabelecimento da rede municipal de oferta de vagas em creche cresceu 4 vezes, o que para este município representa um crescimento de 1 estabelecimento para 4 estabelecimentos, sucessivamente de 2000 a 2006. A rede privada de creche teve seu início no município em 2005 e manteve-se instável até o ano seguinte.

Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta aumento de no 60%, na rede privada o número manteve-se no período.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

O município de Martinópolis possui uma creche conveniada, tendo caráter filantrópico. O convênio é firmado conforme leis federais, estaduais e municipais, datando seu início anterior a 1996. No entanto somente aparece matrículas em estabelecimentos de ensino privado em creche no ano de 2005, conforme as tabelas 3 e 4.

A justificativa pela opção do convênio é que o município não tem autonomia de normatizar sozinho através de um contrato, por este motivo o município apóia-se em legislações já existentes em outras instâncias que autorizam o convênio com instituições filantrópicas. Desta forma por legislações federais, estaduais e municipais autorizarem que o município firme convênio para oferta de vagas em creche é que o município utiliza-se destas legislações para incluir a creche conveniada existente no município em seu sistema educacional, ou seja, já que a legislação autoriza, porque não utilizar o convênio?

A instituição conveniada atende crianças da faixa etária e 6 meses a 5 anos e 11 meses. Estes alunos constam no censo escolar como matrículas públicas e privadas filantrópicas, não obtivemos como é feita a separação dos alunos que se enquadram em públicas e daqueles que se enquadram como privadas filantrópicas.

O valor é repassado a creche conveniada através de decretos municipais e vai diretamente para o estabelecimento, pois a instituição é que esta a serviço das

necessidades, características de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. O valor repassado no ano de 2011 à instituição conveniada foi de R\$423.902,79, o cálculo é feito através do valor que o Fundeb estipula. O município somente repassa este valor à instituição; os funcionários, profissionais e o prédio não são cedidos pela prefeitura, é tudo de responsabilidade da instituição.

O município não conta com Creche Domiciliar.

MIRASSOL:

O município de Mirassol situa-se a 457 km da capital. Segundo o IBGE a área da unidade territorial é de 245 km², sendo 47,07 km² de Área Urbana e 197,93 km² de Área Rural. Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 53.809 habitantes.

Ainda de acordo com o último censo o IBGE (2010), o município alcançou um IDH de 0,822 superior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 13.017,88 reais. Mirassol ainda depende muito da indústria moveleira, mas é cada vez maior o número de microempresas. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Ricci Júnior do PDT.

Educação no município.

A rede municipal de Mirassol conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2000.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 5: Matrículas no Ensino Infantil em Mirassol (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	107	0	88	1402	0	86
2001	105	0	201	1517	0	141
2002	265	0	326	1541	0	95

2003	269	0	322	1691	0	84
2004	293	0	343	1738	0	118
2005	287	0	359	1670	0	99
2006	359	0	398	1766	0	144
2007	238	0	221	1675	0	183
2008	385	0	303	603	0	169
2009	444	0	295	890	0	195
2010	474	0	432	1033	0	249

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Nas creches municipais de Mirassol houve um aumento de 342,9% no número de matrículas, período marcado por oscilações, a maior delas ocorreu no ano de 2007 – ano de início do Fundeb – que decaiu 50,8% em relação ao ano anterior, em 2008 volta a crescer, mantendo o movimento de crescimento até o fim do período. Na creche privada ocorreu um fenômeno parecido, no período houve um crescimento de 390,9%, em 2007 houve uma queda brusca no número de matrículas de 55,5%, voltando a crescer nos anos posteriores.

Ao contrário das creches, a pré escola municipal teve uma diminuição do número de matrículas no período de 2000 a 2010. Houve um crescimento até o ano de 2006, já no ano de implementação do Fundeb, houve um pequeno decréscimo, e no ano de 2008 mais de 1000 vagas foram extintas, voltando a existir parcialmente nos anos posteriores. Já na pré-escola privada houve um crescimento inconstante, que resultou em um percentual de 189,5%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 6: Estabelecimentos de educação infantil em Mirassol (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2	0	3	9	0	4
2001	1	0	3	8	0	4
2002	2	0	3	8	0	3
2003	2	0	4	10	0	3
2004	3	0	5	12	0	3
2005	3	0	5	11	0	3
2006	4	0	5	11	0	4

Fonte: Edudatabrasil

Os estabelecimentos municipais de creche cresceram 100% no período, já os de creche privada houve aumento de 60%. Sendo o número de creches privadas superior ao número de estabelecimentos de creche municipais.

A pré-escola municipal teve um crescimento de 22%, marcado por oscilações, em relação a pré escola privada não houve aumento no número de estabelecimentos.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município contém 3 creches conveniadas, todas de caráter filantrópico. Entre a prefeitura e as instituições é firmado um convênio, não foi informado a data de início do convênio.

A justificativa pela opção do convênio é que a prefeitura conta com falta de prédios, e como já existiam estas instituições na cidade, elas foram utilizadas. O município tem creches municipais, mas não consegue suprir a demanda. Nas instituições conveniadas o atendimento era assistencialista e quando a prefeitura assumiu sua subvenção, passou a ser de caráter educacional, pois a prefeitura contratou professor e todo o necessário para este fim.

O público atendido nas instituições tem idade entre 4 meses e 3 anos e 11 meses. Os alunos são cadastrados no censo escolar como matrículas públicas.

A prefeitura repassa duas vezes por ano um valor *per capita* de R\$100,00 a instituição conveniada. Fora este valor a prefeitura contrata através de concurso público os funcionários e profissionais, além de fornecer a instituição alimentação, material pedagógico, brinquedos etc. O prédio pertence a instituição e o restante é responsabilidade da Secretária da Educação.

O município não conta com Creche Domiciliar

MONTE ALTO:

O município de Monte Alto situa-se a 360 Km da capital, tem uma área territorial de 346,501 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 46.642 habitantes.

De acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.813, pouquíssimo inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 17.406,71 reais. A economia de Monte Alto decorre da diversificação da cultura agrícola com grande predominância na cultura da cana-de-açúcar. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Silvia Aparecida Meira do PTB.

Educação no município.

A Secretaria Municipal de Educação tem a missão de

“estabelecer e coordenar políticas e diretrizes educacionais para a rede pública municipal de ensino, viabilizando os meios para garantir o acesso, permanência e o sucesso do aluno, objetivando o cumprimento da função social de cada unidade escolar da rede. A proposta é formar o aluno, não apenas preparando para enfrentar os desafios da vida, mas, sobretudo, capaz de integrar-se na sociedade como cidadão pleno.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTE ALTO, 2011)

A rede municipal de Monte Alto conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1999.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 7: Matrículas no Ensino Infantil em Monte Alto (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	250	0	18	1561	0	162
2001	236	0	89	1749	0	143
2002	412	0	82	1721	0	129
2003	479	0	136	1581	0	157
2004	480	0	129	1559	0	134
2005	507	0	139	1526	0	137
2006	541	0	125	1491	0	162
2007	304	0	34	1403	0	124
2008	415	0	37	1316	0	121
2009	521	0	71	813	0	107
2010	520	0	96	903	0	108

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Nas matrículas da creche municipal houve um aumento de 108%, ocorreu oscilações durante todo o período, sendo a maior em 2007 – ano de implementação do Fundeb – onde as matrículas caíram 56,1%, voltando a crescer expressivamente nos próximos anos. Da mesma forma na creche privada, o crescimento do número de matrículas de 2000 a 2010 foi substancial, alcançando 433,3%, sendo que em 2007 houve uma queda brusca de 267,6%, voltando a crescer nos anos seguintes.

Na rede municipal de pré-escola houve um decréscimo no número de vagas, acentuando-se nos últimos dois anos do período, chegou a decair 92% o número das matrículas no ano de 2009, mas voltou a crescer fechando o período com um decréscimo de 72,8%. Também na rede privada houve um decréscimo no período de 50%, foi no período do Fundeb o maior movimento de queda.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 8: Estabelecimentos de educação infantil em Monte Alto (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	6	0	2	8	0	3
2001	6	0	3	8	0	3
2002	6	0	4	8	0	3
2003	6	0	4	8	0	3
2004	6	0	4	8	0	3
2005	6	0	4	8	0	3
2006	6	0	4	8	0	3

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche não houve oscilações, nem crescimento no número de estabelecimento, já a rede de creche privada aumentou em 100%.

A pré-escola municipal e privada mantiveram-se estável no período.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Monte Alto existe uma creche conveniada de caráter filantrópico. Não foi informado a data de início do convênio. Entre a instituição e o poder público municipal existe um “Contrato de Responsabilidade Pública”, que normatiza o convênio.

A justificativa pelo convênio é que a prefeitura tem verba para manter a instituição, então não vê motivos de não mantê-la.

A creche conveniada atende alunos de 0 a 3 anos de idade, em período integral. Estes alunos constam no censo escolar como matrículas públicas.

O convênio é realizado por intermédio do prédio. O prédio é utilizado pela prefeitura. O setor de contabilidade do município é que administra a verba repassada a instituição, referente a utilização do prédio, a Secretaria de Educação assessora em toda parte referente a educação.

O município não possui Creche Domiciliar.

OSVALDO CRUZ:

O município de Osvaldo Cruz situa-se a 579 km da capital, tem uma área territorial de 248.391 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 30.917 habitantes.

De acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.798, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 9.897,51 reais. Osvaldo Cruz se destaca na produção de artigos para dança e fitness. Duas das maiores indústrias do segmento estão instaladas na cidade e respondem por mais da metade da produção brasileira. Destaca-se também no setor moveleiro. Ainda no setor primário é emergente a indústria sucro-alcooleira. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Valter Luiz Martins do PSDB.

Educação no município.

A rede municipal de Osvaldo Cruz conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1998.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 9: Matrículas no Ensino Infantil em Osvaldo Cruz (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	146	0	0	488	0	14
2001	146	0	22	579	0	16
2002	113	0	19	672	0	79
2003	96	0	25	607	0	23
2004	112	0	47	584	0	20
2005	200	0	49	523	0	32
2006	196	0	60	526	0	44
2007	198	0	96	514	0	79
2008	153	0	83	422	0	90
2009	147	0	127	443	0	119
2010	225	0	102	374	0	106

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Podemos observar na tabela acima que as matrículas de creche municipal de uma forma geral cresceu 55% no período analisado, havendo decréscimos consideráveis em 2003 e 2009, voltando a crescer em 2010, de uma forma geral o período do Fundeb foi de crescimento. Na rede privada de creche o atendimento inicia-se em 2001, tendo seu atendimento acrescido principalmente pós Fundeb, obtendo um crescimento de 363,6% de 2001, até 2010.

Na pré escola municipal houve decréscimo de 30% no número de matrículas, durante o período, houve oscilações ocorrendo no ano de 2002, 98 matrículas a mais que no fim do período, no período de vigor do Fundeb a queda do número de matrículas foi considerável. Ao contrário, a pré-escola privada que cresceu 557%, crescimento este que se deu em maior escala pós Fundeb.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 10: Estabelecimentos de educação infantil em Osvaldo Cruz (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	4	0	0	3	0	1
2001	4	0	1	8	0	1
2002	4	0	1	8	0	3
2003	4	0	1	9	0	2
2004	4	0	1	7	0	2
2005	6	0	2	8	0	2
2006	6	0	2	8	0	2

Fonte: Edudatabrasil

O número de creches municipais cresceu 66,6% no período, já a rede privada aumentou em uma unidade, o que representa para o município 100%.

A rede municipal de pré-escola aumentou 166%, sendo que este crescimento se deu de 2000 a 2001, e manteve-se até 2006. Já a rede privada aumentou em 100%, como no caso da creche privada, o aumento real foi de uma instituição.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Osvaldo Cruz existe uma instituição conveniada, esta tem caráter filantrópico. O convênio foi firmado em 1999. O convênio é normatizado por um “Termo de convênio” entre a prefeitura e a instituição.

A justificativa pela opção do convênio é que a instituição depende de doações, campanhas, etc. o que torna cada vez mais difícil o funcionamento da instituição. Por este motivo a Secretaria de Municipal Educação resolveu ajudar a manter a instituição funcionando.

A instituição conveniada atende uma idade entre 0 e 14 anos. Os alunos de 0 a 3 anos são cadastrados no censo escolar como matrículas privadas.

O valor de subsidio é repassado ao estabelecimento, em um repasse de valor anual. O valor de 2011, foi estipulado em 108.624,90. Este valor é repassado para todo o tipo de custeio que a instituição necessitar. Este repasse é fechado, sem fazer diferenciação de idade ou público. Os funcionários, profissionais e prédio é de responsabilidade da instituição, o município somente repassa o valor estabelecido anualmente.

Não existe creche domiciliar no município.

PACAEMBU:

O município de Pacaembu situa-se a 657 km da capital, tem uma área territorial de 338,503 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 13.226 habitantes.

De acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.763, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 6.850,50 reais. Segue a frente do Poder Executivo no ano de 2011, a senhora Siomara Berlanga Mugnai Neves do DEM.

Educação no município.

A rede municipal de Pacaembu conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos.

As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino entre 2008 e 2009.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 11: Matrículas no Ensino Infantil em Pacaembu (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	44	0	0	294	0	0
2001	52	0	0	274	0	0
2002	134	0	24	338	0	8
2003	131	0	6	353	0	5
2004	68	0	0	358	0	0
2005	81	0	0	293	0	0
2006	83	0	0	278	0	0
2007	78	0	50	274	0	0
2008	95	0	50	245	0	0
2009	98	0	51	171	0	0
2010	106	0	51	218	0	0

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A creche municipal de Pacaembu cresceu no período 140,9%, sendo este período de constantes oscilações, a partir de 2007, ano de implementação do Fundeb, as matrículas crescem constantemente somando um crescimento de 35,8% nos quatro anos de vigência do Fundeb. Na rede privada de creches o atendimento foi nulo até 2002, quando 24 matrículas foram criadas, de 2004 até 2006 o atendimento voltou a ser nulo, no período do Fundeb há incidência de um número estável de matrículas, mantendo-se

em 50 e 51, maior incidência de matrículas no período.

Na rede municipal de pré-escola ocorreu um decréscimo de 34,8%, o período analisado iniciou-se em crescimento, até 2004, decrescendo partir de então, principalmente no período de vigência do Fundeb. A rede privada apresentou um tímido atendimento somente nos anos de 2002 e 2003.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 12: Estabelecimentos de educação infantil em Pacaembu (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2	0	0	1	0	0
2001	2	0	0	1	0	0
2002	2	0	1	1	0	1
2003	2	0	1	1	0	1
2004	2	0	0	1	0	0
2005	2	0	0	1	0	0
2006	2	0	0	1	0	0

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche não houve alteração no número de instituições, na rede privada não existiu estabelecimentos até 2001, quando uma creche privada se fez presente no município por dois anos, o número voltou a ser nulo nos três últimos anos do período.

O cenário da pré-escola é o mesmo que o da creche, pois na rede municipal não houve alteração no número de instituições e na rede privada o valor foi nulo, somente ocorrendo atendimento nos anos de 2002 e 2003.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Pacaembu existe uma creche conveniada, de caráter filantrópico. O convênio foi firmado no município antes de 1996. A normatização é feita através de um convênio estabelecido entre a prefeitura (Secretaria de Educação) e a instituição para oferta de vagas. Esta instituição não aparece nos dados sobre estabelecimento de ensino privado.

A justificativa pela opção do convênio é que é difícil para uma instituição se

manter financeiramente, somente através de campanhas e doações. Sendo assim a Secretaria da Educação acredita ser mais fácil conseguir esta verba e destiná-la a instituição, incluindo as matrículas da creche conveniada como vaga da educação, desta forma a instituição se mantém-se com tranquilidade, com a verba que a secretaria consegue para ela.

A creche conveniada atende crianças de 0 a 3 anos de idade, no período integral. No censo escolar os alunos são contabilizados como vaga pública.

O valor de repasse é calculado conforme a quantidade de alunos. Sendo este valor em 2011 de R\$2.594,61 *per capita*, a secretaria de educação passa quantos alunos a instituição tem e o Fundeb repassa o recurso. A creche possui atualmente 51 alunos. Os funcionários, profissionais e prédio são de responsabilidade da instituição filantrópica.

Não existe creche domiciliar no município de Pacaembu.

PARAPUÃ:

O município de Pacaembu situa-se a 561 km da capital, tem uma área territorial de 365,695 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 10.844 habitantes.

De acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.775, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 12.259,30 reais. A economia é basicamente agropecuária, com ênfase em café, cana-de-açúcar (inclusive tendo uma importante usina de álcool) e gado. Segue a frente do Poder Executivo no ano de 2011, Antonio Alves da Silva do PSDB.

Educação no município.

A rede municipal de Parapuã conta com escolas que atendem a educação infantil e o ensino fundamental em suas séries iniciais. O sistema de ensino municipal assumiu a responsabilidade pela educação das creches no ano de 2006, através da Lei Municipal 2286 de 06/04/2006.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 13: Matrículas no Ensino Infantil em Parapuã (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	142	0	0
2001	0	0	0	195	0	0
2002	0	0	0	190	0	0
2003	0	0	0	184	0	0
2004	0	0	0	194	0	0
2005	0	0	0	186	0	0
2006	0	0	0	213	0	0
2007	25	0	0	198	0	0
2008	117	0	0	219	0	0
2009	76	0	0	166	0	0
2010	67	0	0	203	0	0

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

No município de Parapuã existe somente alunos na rede municipal de ensino, não havendo até 2010 matrículas na rede privada de ensino infantil.

As matrículas em creche na rede municipal inicia-se somente pós Fundeb – 2007 - quando há verba destinada especialmente para esta faixa etária, no primeira ano há um crescimento expressivo de 368% decrescendo no ano posterior. Na pré-escola há um crescimento no período de 42,9%, havendo diversos anos de oscilações pouco significativas, oscilações que permanecem no período do Fundeb.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 14: Estabelecimentos de educação infantil em Parapuã (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	1	0	0
2001	0	0	0	1	0	0
2002	0	0	0	1	0	0
2003	0	0	0	1	0	0
2004	0	0	0	1	0	0
2005	0	0	0	1	0	0
2006	0	0	0	1	0	0

Fonte: Edudatabrasil

Segundo a tabela acima analisada somente podemos ver uma pré-escola

municipal, não modificando seu número de 2000 a 2006.

Permanece nulo o número de instituições na rede municipal, estadual e privada de creche, e na rede estadual e particular de pré-escola

O convênio.

O município não conta mais com creches conveniadas, o convênio teve início no ano de 2009 e terminou no ano de 2010. A administração atual da creche é feita diretamente pela prefeitura municipal.

Os dirigentes com quem conversei na Secretaria Municipal de Educação, não souberam informar dados referente a creche conveniada que existiu no município.

PARIQUERA-AÇU:

O município de Pariquera-açu situa-se a 181 km da capital, na mesorregião geográfica do litoral sul Paulista e microrregião de Registro, tem uma área territorial de 359,305 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 18.446 habitantes.

De acordo com o IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.770, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 9.288,85 reais. No município a economia é movimentada pela agricultura, pecuária, avicultura, comércio e indústria. Segue a frente do Poder Executivo na gestão de 2009 a 2012, Zildo Wach do PSDB.

Educação no município.

A rede municipal de Pariquera-Açu conta com escolas que atendem a educação infantil e o ensino fundamental em suas séries iniciais. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2009.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 15: Matrículas no Ensino Infantil em Pariquera-Açu (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P

2000	0	0	0	302	0	34
2001	0	0	0	362	0	13
2002	0	0	0	357	0	28
2003	0	0	0	379	0	61
2004	53	0	6	408	0	61
2005	45	0	10	499	0	63
2006	37	0	30	450	0	66
2007	40	0	5	426	0	47
2008	29	0	36	467	0	43
2009	49	0	4	337	0	40
2010	36	0	14	328	0	40

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de creche começou a existir no ano de 2004 e manteve-se com um atendimento tímido até o fim do período em movimento decrescente, terminando com queda de 47,2%, em relação ao ano de 2004, o período do fundeb foi de oscilações. Da mesma forma que a rede municipal, a rede privada iniciou sua matrícula em 2004, mas terminou o período em crescimento de 133,3%, houve grandes oscilações, a maior ocorreu em 2007 – ano da implementação do Fundeb – quando pulou de 5 para 36 matrículas e no próximo ano voltou a 4 matrículas.

Na pré-escola da rede municipal ocorreu um crescimento de 8,6% no número de matrículas, mas a partir de 2007 – ano de início do Fundeb – o movimento foi de queda. Já na rede privada o aumento no número de matrículas é de 17,6% durante o período de 2000 a 2010, a um aumento no número de matrículas até 2006, quando em 2007 começa a decrescer.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 16: Estabelecimentos de educação infantil em Pariquera-Açu (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	6	0	1
2001	0	0	0	6	0	1
2002	0	0	0	6	0	1
2003	0	0	0	6	0	2
2004	1	0	1	6	0	2
2005	1	0	1	9	0	2
2006	1	0	2	9	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche não existe estabelecimento de ensino até o ano de 2003, de 2004 a 2006 o número de estabelecimento fixa em 1. Na rede privada, da mesma forma, não existe estabelecimentos até 2003, quando se cria 1 estabelecimento e dobra-se o número em 2006.

Na rede municipal de pré-escola o número de estabelecimentos mantém-se até 2004 quando cresce em 50%. Na rede privada o número se mantém em 1 até 2002, quando cresce em 100%, e mantém-se até o fim do período analisado.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

O convênio iniciou-se antes de 1996 e deixou de existir desde 2009. No período que esta instituição conveniada existia funcionou da seguinte forma:

A instituição conveniada tinha caráter filantrópico, era a única creche conveniada no município. Mantinha a normatização do convênio através de um “convênio de subvenção”, a subvenção era aprovada pelo conselho da Assistência Social do município.

Mantinha crianças de 0 a 5 anos em seu espaço. Estas crianças eram cadastradas no censo escolar, constando como privada filantrópica.

Havia um valor fechado que era repassado a instituição, não tivemos acesso ao valor que era repassado. O poder municipal era quem contratava os professores, mas o restante dos profissionais da instituição era de responsabilidade da mesma, assim como o prédio pertencia a instituição.

O município de Pariquera-Açu não conta com Creche Domiciliar.

PATROCÍNIO PAULISTA:

O Município de Patrocínio Paulista localiza-se a nordeste do estado de São Paulo aproximadamente 400 Km da capital, tem uma área territorial de 602,848 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 13.000 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de

0.809, pouco inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 18.993,68 reais. O Município é considerado a terra do diamante, além da cultura de café, cana de açúcar, pastagem e citricultura.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Mauro Barcellos filiado ao PT.

Educação no município.

A rede municipal de Patrocínio Paulista conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2006.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 17: Matrículas no Ensino Infantil em Patrocínio Paulista (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	56	425	0	0
2001	0	0	57	465	0	0
2002	0	0	57	478	0	0
2003	0	0	72	535	0	0
2004	0	0	107	527	0	0
2005	0	0	98	523	0	0
2006	21	0	102	531	0	1
2007	59	0	56	465	0	37
2008	38	0	38	490	0	5
2009	58	0	50	311	0	0
2010	79	0	57	345	0	0

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de creche inicia suas matrículas no ano de 2006, que até então encontrava-se nulo, de 2006 a 2010 – 5 anos, dos quais somente um não pertence a vigência do Fundeb - houve um crescimento de 276%. Na rede privada houve uma estagnação do número de matrículas de 2000 até 2010, ocorrendo um crescimento de 2000 a 2006, no ano de implementação do Fundeb a uma queda, que mantém até 2010 e

justifica a estagnação das matrículas do início até o fim do período analisado.

Na rede municipal de pré-escola podemos observar um decréscimo de 23% no número de matrículas no período, as matrículas cresceram até o ano de 2006, quando o Fundeb iniciou, juntamente com ele o número de matrículas diminuiu 53,9% em 4 anos de vigência. Na rede privada de ensino houve um pequeno atendimento em 2006, 2007 e 2008, nos outros anos o atendimento foi nulo.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 18: Estabelecimentos de educação infantil em Patrocínio Paulista (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	1	1	0	0
2001	0	0	1	1	0	0
2002	0	0	1	1	0	0
2003	0	0	1	1	0	0
2004	0	0	1	1	0	0
2005	0	0	1	1	0	0
2006	1	0	1	1	0	1

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche e na rede privada de pré-escola, só podemos observar uma instituição no ano de 2006, nos anos anteriores não existe estabelecimentos de ensino nestas modalidades.

Já na rede privada de creche e na rede municipal de pré-escola, observamos uma estática, o período inicia e termina com somente 1 instituição em cada rede.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

Segundo o responsável da Secretaria Municipal de Educação de Patrocínio Paulista, que nos passou as informações, não existe creche municipal atualmente no município, entretanto a creche conveniada recebe verba e faz parte da secretaria de educação desde 2006. O convênio entre a instituição e o poder público iniciou em 1993. A instituição conveniada foi integrada no sistema de ensino municipal, saindo da responsabilidade da Assistência Social e passando para a responsabilidade da Secretaria

da Educação em 2006. Sendo esta instituição a única de atendimento de alunos em idade de creche, a Secretaria Municipal de Educação entende que quando esta instituição passou para a responsabilidade da Secretaria, o município inclui neste ano a educação em creche no sistema de ensino, que anteriormente pertencia a Assistência Social.

No município de Patrocínio Paulista existe uma escola de educação infantil, de caráter filantrópico. A normatização deste convênio entre a instituição e o poder público municipal é feito através de um “Contrato de Subvenção Social”.

A justificativa pela opção do convênio é que anteriormente não era obrigatória a oferta de vagas em creche, então o município não possuía, a partir do momento que começou a ser obrigatório esta etapa de ensino a prefeitura passou a ter este convênio. A instituição conveniada era um “Educandário” que se transformou em escola de educação infantil. Existem duas creches sendo construídas no município, uma com verba da união e a outra com recursos municipais, quando estas duas creches municipais estiverem em funcionamento o convênio será mantido, desta forma serão três escolas que atenderão a faixa etária de 0 a 3 anos no município.

A instituição conveniada atende alunos de 0 a 6 anos, em creche e pré-escola. Os alunos de 0 a 3 anos estão cadastrados no censo escolar como alunos de creche privada e os alunos de 3 a 6 anos como alunos de atividade complementar privada.

A subvenção funciona da seguinte forma, a prefeitura repassa uma verba, que no ano de 2011 foi de R\$280.000,00, para a instituição utilizar em suas despesas, sua manutenção etc. a instituição já tem uma verba própria que vem de arrecadações e campanhas, a prefeitura somente ajuda a instituição se manter de portas abertas e podendo atender os alunos, que em 2011 são 130. A prefeitura supre de 70% a 75% do que a instituição necessita, esta verba vem dos 25% que a educação possui no município.

Além deste valor anual, o poder público fornece 2 refeições – café da manhã e lanche da tarde –, que são as mesmas distribuídas nas outras escolas municipais, existe outras 2 refeições é por conta da instituição. Fornece também 4 estagiárias e a instituição envia pedido de material pedagógico, funcionário para limpeza, a instituição não pode contar com estes serviços, pois a prefeitura manda quando pode.

Fora estes quatro estagiários, os funcionários e profissionais são pagos pela instituição.

O prédio pertence a instituição.

Não existe Creche Domiciliar no município de Patrocínio Paulista.

PEDREGULHO:

O Município de Pedregulho localiza-se aproximadamente 455 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 712,604 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 15.700 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.794, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 14.707,81 reais. A economia da cidade baseia-se basicamente na agropecuária, tendo como produto principal o café.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Dirceu Polo filiado ao PSDB.

Educação no município.

A rede municipal de Pedregulho conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2010.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 19: Matrículas no Ensino Infantil em Pedregulho (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	26	0	48	408	0	0
2001	6	0	76	414	0	33
2002	12	0	56	454	0	36
2003	30	0	43	448	0	54
2004	30	0	51	522	0	68
2005	53	0	54	517	0	38
2006	81	0	159	553	0	25
2007	81	0	47	606	0	22
2008	76	0	68	613	0	7
2009	115	0	50	400	0	0

2010	125	0	84	326	0	0
------	-----	---	----	-----	---	---

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de creche apresenta crescimento no período analisado, crescimento mais expressivo pós Fundeb, em 6 anos - de 2000 a 2006 – 55 matrículas foram criadas, uma média de 9,1 matrículas por ano. De 2007 a 2010 – 4 anos – 44 matrículas foram criadas, uma média de 11 matrículas por ano. Na rede privada de ensino houve um crescimento de 42,8%, sendo que de 2000 a 2006 o movimento foi de crescimento, quando há uma brusca queda de 2006 para 2007, quando entra em vigor o Fundeb, e o movimento volta a crescer.

Na rede municipal de pré-escola há um crescimento de 205 vagas até o ano de 2008 – um ano após a implementação do Fundeb – quando decresceu até 2010, 287 vagas, o que representa uma queda no número de matrículas de 25% no período estudado. Na rede privada o atendimento é nulo no primeira e nos dois últimos anos do período, de 2001 até 2004 há um crescimento 106%, voltando a decrescer até 2008, quando em 2009 volta a não ter matrículas.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 19: Estabelecimentos de educação infantil em Pedregulho (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	1	9	0	0
2001	1	0	3	9	0	2
2002	1	0	2	9	0	1
2003	1	0	2	9	0	2
2004	1	0	2	9	0	2
2005	2	0	2	10	0	1
2006	2	0	2	10	0	1

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal há uma creche até o ano de 2005, quando tem um crescimento de 100%. Da mesma forma na rede privada começa o período com uma instituição e termina com duas. A rede municipal de pré-escola aumentou 11,1% no período e na rede privada não existia estabelecimentos até 2001 quando criou-se dois, e terminou o período com 1.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município existe duas creches conveniadas, ambas com caráter filantrópico, o convênio com uma das creches iniciou em 2009, com o outro estabelecimento não foi informado a data de início. A normatização que regulamenta o convênio é um “Contrato de Subvenção”.

A justificativa pela opção do convênio é que já existe creche no município, mas não consegue atender toda a demanda, desta forma é firmado o contrato de subvenção para atender emergencialmente a demanda sobressalente.

Os alunos atendidos tem de 0 a 3 anos de idade, e contam no censo escolar como privada filantrópica.

O valor é repassado em um valor fechado, uma recebe R\$25.000,00 e a outra recebe R\$12.000,00, juntamente atendem 84 crianças. Além do valor o poder público disponibiliza as instituições os funcionários, professores, alimentação e material. Em uma instituição o prédio é da instituição e na outra o prédio é municipal. No caso da creche conveniada recebe funcionários, professor, alimentação, material, prédio e verba municipal, a justificativa por mantê-la como filantrópica é que sendo filantrópica a creche consegue arrecadar recursos com campanhas sociais e a creche filantrópica tem sua autonomia preservada.

O município não tem creche domiciliar.

PEDREIRA:

O Município de Pedreira localiza-se aproximadamente 137 Km da capital do estado de São Paulo, pertence a região de Campinas, tem uma área territorial de 109,233Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 41.558 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.810, pouco inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 13.841,57 reais. Desde 2004, Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. Sua economia baseia-se na fabricação de utilidades em porcelana. Na última década, o

segmento de injeção e transformação de resinas plásticas, apresentou um notável crescimento.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Hamilton Bernardes Junior filiado ao PSB.

Educação no município.

“A Secretaria de Educação está encarregada de promover a formação integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, de acordo com os padrões da LDB –Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Atende a mais de 10 mil crianças nas CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil, EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil, EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PEDREIRA, 2011), além de escolas de educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1991, conforme a Lei 1485/91.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 21: Matrículas no Ensino Infantil em Pedreira (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	150	0	11	1006	0	47
2001	189	0	20	962	0	67
2002	283	0	66	946	0	127
2003	340	0	64	955	0	126
2004	323	0	58	1094	0	140
2005	355	0	65	1126	0	137
2006	282	0	116	1195	0	157
2007	287	0	65	1411	0	155
2008	373	0	81	1358	0	104
2009	481	0	250	941	0	55
2010	416	0	262	859	0	154

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de ensino de creche apresenta um crescimento de 177,3% no período. Podemos observar que houve um crescimento até o ano de 2005, quando decresceu até 2007 – ano de início do Fundeb – de 2007 até 2010 voltou a crescer,

mantendo oscilações em todo período. Na rede privada houve um crescimento de 2.281,8%, crescimento este que se acentuou principalmente nos dois último anos do período.

Na rede municipal de pré-escola, houve um decréscimo de 17%, o número teve um movimento de crescimento até 2007, quando decresceu 552 vagas de 2008 a 2010. Da mesma forma na rede privada houve expressivo crescimento até 2007, quando começou a decrescer, entretanto no último ano do período houve um aumento de 100 vagas o que fez com que o período fechasse com um crescimento de 227,6%, o período de vigência do Fundeb na rede privada de pré escola foi de inconstância.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 22: Estabelecimentos de educação infantil em Pedreira (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	3	0	1	14	0	1
2001	4	0	1	14	0	2
2002	5	0	2	14	0	3
2003	5	0	1	13	0	3
2004	5	0	1	13	0	3
2005	5	0	1	13	0	3
2006	5	0	4	13	0	5

Fonte: Edudatabrasil

Na creche municipal houve um crescimento de 60%, assim como na rede privada houve um aumento de 400%.

Na rede municipal de pré-escola ocorreu um decréscimo no período de 7,6%, ao contrario da rede privada que cresceu 500%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

O município mantém duas instituições filantrópicas conveniadas desde 2007 – ano da implementação do Fundeb - através da Lei 2.624 de 11/09/2006, que autoriza o Município a firmar convênio com entidades filantrópicas e Ongs de Educação infantil, objetivando o aumento de oferta de vagas com a concessão de bolsas creche, as crianças que não obtenha vagas na rede municipal.

A faixa etária com creches conveniada é a mesma utilizada pela municipalidade, ou seja, de 4 meses a 5 anos em período integral. São atendida 340 crianças as quais constam no censo escolar como matrículas privado-filantrópicas.

O valor *per capita* é de R\$265,00 por mês, este valor é repassado para a instituição, pois a mesma mantém as crianças e prestam contas do valor repassado. Os funcionários são mantido pela instituição conveniada, exceto os professores que atuam na pré-escola, os quais pertencem a rede municipal de Educação.

Os prédios pertencem as próprias instituições e não existe no município creche domiciliar.

PILAR DO SUL:

O Município de Pilar do Sul localiza-se aproximadamente 113.780 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 681,124Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 26.406 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.774, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 8.878,12 reais. Desde 2004, Atualmente cresce a cada ano dando destaque ao desenvolvimento agropecuário que é responsável por 70% da economia do município. A potencialidade turística do município evidente em vários aspectos é um novo reforço para a economia do município que é conhecido como a Nascente das Águas. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Antônio José Pereira filiado ao DEM.

Educação no município.

A rede municipal de Pilar do Sul conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2007.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 23: Matrículas no Ensino Infantil em Pilar do Sul (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	869	0	36
2001	0	0	20	927	0	27
2002	0	0	17	916	0	22
2003	0	0	19	940	0	29
2004	0	0	14	942	0	32
2005	0	0	20	1037	0	20
2006	183	0	19	703	0	17
2007	224	0	31	677	0	13
2008	198	0	24	678	0	26
2009	289	0	24	573	0	19
2010	276	0	17	665	0	22

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

As matrículas começam a existir na rede municipal de creche no ano de 2006, neste período houve um movimento de crescimento que totalizou nos 5 anos de atendimento 33,6%. Já na rede privada o atendimento iniciou em 2001, passou por oscilações em toda sua extensão, terminando o período em pequena queda de 17,6%, o que representa para o município 3 matrículas a menos que no ano de 2001.

Na rede municipal de pré-escola de 2000 a 2005 houve um movimento de crescimento, quando iniciou um movimento de queda que levou o período a terminar em decréscimo de 30,6%, no período de vigência do Fundeb é marcado por oscilações. A rede privada houve um decréscimo instável que levou o período terminar em queda de 38,8%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 24 : Estabelecimentos de educação infantil em Pilar do Sul (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	6	0	1
2001	0	0	1	6	0	1
2002	0	0	1	6	0	1
2003	0	0	2	6	0	2
2004	0	0	1	6	0	2
2005	0	0	2	6	0	2
2006	2	0	2	5	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Em 2006 houve o primeiro estabelecimento do período. Na rede privada houve o primeiro estabelecimento no ano de 2001, dobrando até 2006. Na rede municipal de pré-escola houve um decréscimo de 20%, já na rede privada o número de estabelecimentos dobrou em 2003 e terminou da mesma forma.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Pilar do Sul há uma creche conveniada desde 1970 com o poder público, a instituição tem caráter filantrópico. A normatização do convênio é realizada a partir de um “Termo de Adesão/ Termo de Convênio”.

A justificativa pelo convênio consiste em que a muito tempo existe este convênio com a Assistência Social, então a Secretaria de Educação só manteve o convênio para atender a demanda.

A creche conveniada atende crianças de 0 a 3 anos, estes alunos constam no censo escolar como vaga pública.

O Termo de Adesão firmado entre a instituição e o poder público tem validade até 31 de junho de 2011, com valor de repasse de R\$16.666,0 em um valor fechado, para atender atualmente 250 aluno. Todo semestre este Termo de Adesão é renovado. Além do valor de repasse a prefeitura disponibiliza a instituição toda a parte pedagógica e secretários, o município ajuda com fralda, materiais e manutenção.

O prédio é de propriedade da instituição.

Não existe creche domiciliar no município de Pilar do Sul.

PIRAJU:

O Município de Piraju localiza-se aproximadamente 330 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 504,505Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 28.475 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.791, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 10.250,35 reais. Desde 2004,

Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. Sua economia gira em torno da agropecuária, comércio e indústria.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Francisco Rodrigues filiado ao PP.

Educação no município.

A rede municipal de Piraju conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1990.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 25: Matrículas no Ensino Infantil em Piraju (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	119	0	191	640	0	237
2001	138	0	165	739	0	254
2002	142	0	74	715	0	227
2003	163	0	148	834	0	209
2004	172	0	165	809	0	212
2005	162	0	123	732	0	242
2006	175	0	115	721	0	251
2007	243	0	119	695	0	267
2008	300	0	142	718	0	244
2009	457	0	196	349	0	168
2010	523	0	158	409	0	127

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Na rede municipal de creches houve um crescimento constante, somando no final do período 439,4%, crescimento este que se deu principalmente a partir da implementação do Fundeb. Na rede privada houve um período de constantes oscilações totalizando decréscimo de 20%, oscilações que também ocorreram no período de vigência do Fundeb.

A rede municipal de pré-escola teve movimento de crescimento até 2003, quando decresceu até o fim do período, sendo a maior queda de 2008 para 2009,

fechando o período com decréscimo de 56%, o período de vigência do Fundeb foi marcado por oscilações com movimento decrescente. Na rede privada houve decréscimo, principalmente após 2007, ano de implementação do Fundeb – totalizando uma queda no período de 86,6%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 26: Estabelecimentos de educação infantil em Piraju (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	4	0	9	11	0	9
2001	4	0	8	11	0	9
2002	5	0	6	12	0	8
2003	6	0	6	13	0	6
2004	5	0	7	13	0	7
2005	5	0	6	15	0	6
2006	5	0	7	14	0	7

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche houve crescimento de 25%, já a rede privada decresceu 28,5%.

A rede privada de pré-escola cresceu 27,2%, já a rede privada decresceu 28,5%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município desde 1990 a creche pertence ao sistema municipal de ensino, mas a creche conveniada passou para a responsabilidade da Secretaria de Educação só no ano de 2010. Este convênio existe desde 1996 no município.

No município de Piraju existe 2 creches conveniadas, de caráter filantrópico. Segundo o responsável da Secretaria Municipal de Educação que nos forneceu as informações para a pesquisa, a normatização do convênio é feito conforme orientação do Mec, por intermédio de um “Convênio de Chamamento Público”.

A justificativa pelo convênio é que a infra-estrutura do município não comporta a necessidade, mesmo o município tendo 8 creches municipais. Estão sendo construídas mais duas creches municipais para suprir a demanda, após estas duas creches entrarem em funcionamento, será avaliado a demanda do município, se ainda existir uma

demanda maior que o número de vagas disponíveis, será mantido o convênio.

A creche conveniada atende alunos de 0 a 3 anos, no censo escolar estes alunos constam como privada filantrópica.

O valor repassado a creche conveniada é o valor mensal *per capita* integral que o Fundeb estipula para creche conveniada. Este valor é repassado para despesas como funcionários, professores, alimentação etc. A Secretaria da Educação exige que a creche conveniada siga as mesmas normas das creches municipais, como por exemplo, professores com formação mínima na creche, número de alunos por sala, entre outras normas. Esta exigência em relação as creches conveniadas, não é possível encontrar nos outros 27 municípios analisados. O prédio pertence a instituição.

Não existe creche domiciliar no município.

PIRAJUÍ:

O Município de Pirajuí localiza-se aproximadamente 365 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 824,197 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 22.704 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.779, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 8.361,91 reais.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Jardel de Araújo filiado ao DEM.

Educação no município.

A rede municipal de Pirajuí conta com escolas que atendem a educação infantil e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1990.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 27: Matrículas no Ensino Infantil em Pirajuí (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P

2000	0	0	0	561	0	0
2001	0	0	0	533	0	0
2002	128	0	14	517	0	24
2003	131	0	120	532	0	101
2004	133	0	126	549	0	100
2005	98	0	130	520	0	115
2006	49	0	85	569	0	78
2007	62	0	96	544	0	135
2008	63	0	92	497	0	138
2009	55	0	93	411	0	97
2010	100	0	87	355	0	73

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Os estabelecimentos começam a existir na rede municipal de creche em 2002, o movimento não é de crescimento e sim de queda, houve um declínio de 28% no número de matrículas, durante todo o período analisado o número de matrículas passou por oscilações. O número de matrículas começou crescendo até 2004, quando há uma queda, este movimento continua crescendo, em 2010 há um crescimento mas não impede que o período termine em decréscimo.

Assim como na rede municipal, a rede privada de creche também inicia suas matrículas no ano de 2002, tem considerável aumento um ano após o início de suas atividades, mantendo-se em crescimento até 2005, quando diminui o número de suas matrículas e mantém até o término, como no ano de início o número de matrículas é pequeno e no ano seguinte é que se tem um grande aumento, o período termina em crescimento em relação ao primeiro ano de início das matrículas e decréscimo em relação ao segundo ano, no período de vigência do Fundeb o movimento é de queda.

A pré-escola municipal tem declínio desde o início de 2000, terminando com um índice negativo de 58%, após 2007 o decréscimo é constante, sendo o mais significativo do período. Na rede privada o número de alunos matriculados na pré-escola apresentou um aumento de 204%, havendo de 2003 a 2008 um número de matrículas superior ao do fim do período, nos anos de vigor do Fundeb o movimento foi de oscilações.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 28: Estabelecimentos de educação infantil em Pirajuí (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P

2000	0	0	0	2	0	0
2001	0	0	0	2	0	0
2002	2	0	1	2	0	1
2003	2	0	3	2	0	2
2004	2	0	3	2	0	2
2005	2	0	3	4	0	2
2006	3	0	2	5	0	3

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche houve o aumento de 33,3% no número estabelecimento de 2002 a 2006, pois anterior a 2002 o número de estabelecimentos era nulo. Também na rede privada começa a existir estabelecimento de educação infantil no ano de 2002, crescendo 100% até o fim do período.

Na pré escola houve crescimento de 60%, já na rede privada a um crescimento de 2 estabelecimentos, o que representa para o município 300% de crescimento.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município existe uma creche conveniada com o poder público desde 1989, tendo seu caráter filantrópico. A normatização é feito através de um convênio entre o poder público e a instituição filantrópica.

O convênio é feito através do repasse de alimentos para a creche, não é repassado nenhum valor em dinheiro, profissionais, infra-estrutura, pois o município não autoriza que isto aconteça. A rede municipal supre a demanda que a cidade possui em relação a alunos de 0 a 3 anos, por este motivo só mantém o convênio com a creche para poder ajudar em sua manutenção alimentar.

Não existe creche domiciliar no município de Pirajuí.

PIRAPORA DO BOM JESUS:

O município de Pirapora do Bom Jesus situa-se na Região Metropolitana de São Paulo pertencendo a Região Oeste da Grande São Paulo, á 54 km de distância do marco zero da Praça da Sé, tem uma área territorial de 108,780 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 15.733 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.767, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 9.654,30 reais. Desde 2004, Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. É uma referencia turística no estado de São Paulo devido ao turismo religioso e as outras atividades turísticas locais.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Carlos Alves filiado ao PT.

Educação no município.

A Secretaria Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus administra todas as escolas de educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos do município,

o que envolve merenda escolar, grade curricular, atividades extracurriculares, calendário letivo, corpo docente, distribuição de aulas, treinamento de professores, transporte dos alunos e distribuição adequada das verbas do FUNDEB, garantindo que nossos alunos tenham uma educação digna e adequada para que nossas crianças fiquem preparadas para atender as exigências do mundo moderno, e para tanto a secretaria trabalha incessantemente com atividades para fazer de nossos alunos, cidadãos dignos de um mundo cada vez melhor e mais humano.(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAPORA DO COM JEDUS, 2011)

Segundo uma das supervisoras da Secretaria Municipal de Educação as creches do município constam no sistema municipal de ensino desde de 1987, a educação de 0 a 3 anos nunca foi responsabilidade da assistência social no município.

Analisemos a evolução das matrículas na rede municipal e na rede privada.

Tabela 29: Matrículas no Ensino Infantil em Pirapora do Bom Jesus (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	50	0	0	803	0	0
2001	50	0	0	834	0	0
2002	53	0	0	1065	0	0
2003	49	0	0	1127	0	0
2004	58	0	0	1173	0	0
2005	198	0	0	1091	0	0
2006	232	0	0	758	0	0

2007	251	0	0	734	0	0
2008	274	0	0	731	0	0
2009	314	0	0	686	0	0
2010	440	0	0	632	0	0

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Na rede municipal de creche houve um constante aumento, totalizando um crescimento de 780% no número de matrículas, crescimento este que se deu principalmente após a implementação do Fundeb. Na rede municipal de pré-escola o número de matrículas cresceu até o ano de 2004, quando houve um movimento constante de queda até 2010, terminando o período com decréscimo de 27%, Sendo que de 2004 a 2010 o declínio foi de 85,6%.

A rede estadual e a privada manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil no intervalo em destaque.

Tabela 30: Estabelecimentos de educação infantil em Pirapora do Bom Jesus (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	0	2	0	0
2001	1	0	0	2	0	0
2002	1	0	0	3	0	0
2003	1	0	0	3	0	0
2004	1	0	0	3	0	0
2005	3	0	0	3	0	0
2006	3	0	0	4	0	0

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal tanto de creche e de pré-escola houve um aumento de 2 instituições de Educação infantil, para a creche este crescimento representa um crescimento de 300% e na pré-escola representa um crescimento de 100%.

A rede estadual e privada mantiveram-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

De 2004 a 2007 existiu uma creche conveniada com o poder público municipal, o convênio era estabelecido por intermédio do auxílio do Banco Real, na construção do prédio em que a instituição funcionava. O restante era de responsabilidade da Secretaria

da Educação, o convênio terminou em 2007, pois o Banco em questão foi incorporado por outro, então o prédio foi doado à prefeitura. É importante lembrar que em nenhum momento este estabelecimento foi tido como estabelecimento privado, sendo que em 2005, um ano após ser firmado o convênio, há um aumento no número de estabelecimentos públicos, como podemos observar na tabela 30.

A prefeitura cedeu o terreno onde foi construído o prédio e mantinha tudo que na existia na escola. O Banco Real somente ajudou na construção do prédio.

A escola atendia alunos de 0 a 3 anos, seus alunos era cadastrados no censo escolar como matrícula pública.

Não existe creche domiciliar no município.

PIRATININGA:

O Município de Piratininga localiza-se aproximadamente 285 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 402,414 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 12.072 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.797, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 7.762,05 reais. Há uma diversificação da estrutura de serviços, reflorescimento do comércio e o desenvolvimento de atividades relativas ao turismo e crescimento do número de indústrias. Na área rural, observa-se uma maior diversificação de atividades agrícolas, a pecuária continua com importância, tendo como principais novidades o crescimento da citricultura e da produção de eucaliptos

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Odail Falqueiro filiado ao PTB.

Educação no município.

A rede municipal de Piratininga conta com escolas que atendem a pré escola e ensino fundamental em suas séries iniciais. As creches do município, ainda não são integradas ao sistema municipal de ensino, estando sob responsabilidade da área de assistência social. Esta havendo no município o processo de municipalização do Ensino Fundamental de 1 a 5 ano, este é um dos motivos da educação infantil ainda não estar

regularizada.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 31: Matrículas no Ensino Infantil em Piratininga (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	126	356	0	9
2001	0	0	91	392	0	76
2002	0	0	130	432	0	59
2003	0	0	165	500	0	46
2004	0	0	192	512	0	46
2005	0	0	174	444	0	52
2006	0	0	67	404	0	97
2007	0	0	50	317	0	48
2008	0	0	47	333	0	42
2009	0	0	61	159	0	18
2010	39	0	100	173	0	44

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Começa a existir matrículas em creche municipal somente no ano de 2010, nos anos anteriores demonstrados na tabela, de 2000 a 2009, o número de matrículas é zero.

Já na rede privada existe matrículas desde o início do período, havendo um decréscimo de 20,6% até 2010, o período foi marcado por oscilações no número de matrículas, inclusive nos quatro anos de vigência do Fundeb que é possível analisar.

Na rede municipal de pré-escola ocorreu um movimento de decréscimo totalizando 105% no número de matrículas, a partir de 2007 o número de matrículas continua a cair com uma pequena oscilação em 2008. Já na rede privada o movimento foi de crescimento, totalizando 388,8%, o período de vigência do Fundeb foi marcada por oscilações.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 32: Estabelecimentos de educação infantil em Piratininga (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	2	1	0	1
2001	0	0	2	1	0	2
2002	0	0	2	1	0	2

2003	0	0	2	1	0	2
2004	0	0	2	1	0	2
2005	0	0	2	1	0	2
2006	0	0	1	1	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Na rede privada de creche há decréscimo de 1 unidade de ensino, na rede municipal de pré-escola o número mantém e na pré escola privada a um crescimento de 1 unidade.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

Não existe creche municipal, a única creche existente no município é a creche conveniada, a responsável da Secretaria de educação que nos passou as informações, afirmou que o município não tem demanda para a educação de creche, pois a instituição conveniada dá preferência para mães que trabalham. Assumindo que as mães que não trabalham, não tem direito a creche, desta forma evidencia-se que na realidade o município tem demanda, mas as ignora.

No município há uma instituição filantrópica conveniada, que atende alunos de 0 a 3 anos. O convênio é firmado anualmente entre a Assistência Social e a entidade. Não foi informado o ano de início do convênio.

A justificativa pela opção do convênio é que como o município não tem creche e eles precisam atender o ensino de 0 a 3 anos, é mais fácil para o município firmar este convênio com a instituição que já realiza este atendimento, desta forma o município não tem folha de pagamento, não tem que construir prédio, é só passar o dinheiro e a instituição tem tudo pronto, se esta dando certo não precisa mexer.

A instituição conveniada atende alunos de 0 a 3 anos de idade, estes alunos constam no censo escolar como alunos da rede privada.

A instituição recebe um valor fechado por ano, dividido durante os 12 meses do ano. Em 2011 o valor foi de R\$300.000,00, não importando o número de alunos atendidos valor repassado será sempre o mesmo. No momento da pesquisa existi 45 alunos sendo atendidos. Além deste valor a prefeitura forneceu atualmente uma reforma no prédio da instituição. A Secretaria Municipal de Educação não tem vínculo algum

com a instituição.

Todo ano para o convênio possa ser aprovado novamente, a instituição tem que fazer um plano de atividades anual, este é aprovado pela Assistência Social que renova o contrato.

Os funcionários, professores, diretores são pagos pela instituição.

Não existe pretensão do município de Piratininga em construir creches municipais, pois esta creche já atende a população então não precisa elaborar uma municipal que dará mais trabalho.

Não existe creche domiciliar no município.

PITANGUEIRAS:

O Município de Piratininga localiza-se aproximadamente 368 Km da capital do estado de São Paulo, tem uma área territorial de 430,638Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 35.307 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.764, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 10.620,10 reais.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, João Batista de Andrade filiado ao PSDB.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Pitangueiras atende a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 2001.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 33: Matrículas no Ensino Infantil em Pitangueiras (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	95	0	7	1086	0	48
2001	234	0	50	1030	0	71
2002	376	0	55	997	0	87

2003	319	0	49	1043	0	93
2004	188	0	36	1210	0	102
2005	318	0	60	1119	0	108
2006	222	0	30	1309	0	141
2007	236	0	53	583	0	104
2008	427	0	82	531	0	95
2009	361	0	74	922	0	120
2010	462	0	115	1022	0	58

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Na rede municipal de creche houve um movimento constante de crescimento, alcançando 386,3% de aumento nas matrículas, o período foi marcado por oscilações. Da mesma forma a rede privada aumentou 1542,8%, o crescimento foi mais expressivo a partir da implementação do Fundeb, de 2000 a 2006 a média de crescimento de matrículas anual era de 3,8, já de 2007 a 2010 a média de crescimento de matrículas anual era de 15,5.

Na rede privada de pré-escola o período foi de diversas oscilações, principalmente a partir do ano de 2006, quando a matrícula caiu 124,5% e voltou a ter um movimento de crescimento até 2010, oscilações estas que totalizaram no período um decréscimo de 6,2%. Na rede privada houve um aumento de 20,8%, período este marcado por inconstância.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 34: Estabelecimentos de educação infantil em Pitangueiras (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2	0	1	4	0	1
2001	2	0	2	4	0	2
2002	5	0	2	8	0	2
2003	5	0	2	8	0	2
2004	4	0	2	8	0	2
2005	5	0	2	11	0	2
2006	4	0	1	10	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches apresentou crescimento de 100%, na rede privada observa-se uma estagnação no número de estabelecimentos com creche.

Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresentou aumento de 150%, a rede privada apresentou crescimento de 100% no número de estabelecimentos com pré-escola.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município há uma creche conveniada desde 2001 de caráter filantrópico. A normatização do convênio é feita através de uma lei municipal autorizadora.

A justificativa pela opção do convênio é que o município não comporta toda a demanda existente, em suas creches municipais, então precisa da creche conveniada para aumentar a oferta de vagas. No município esta sendo construído mais um prédio para a educação de 0 a 3 anos, mas mesmo assim será mantido o convênio com a creche, pois este convênio já é firmado a muito tempo no município e sem a subvenção esta instituição não terá como se manter somente com arrecadações através de campanhas.

A instituição atende crianças de 0 a 3 anos e 10 meses. Estes alunos constam no censo escolar como matrículas públicas. Os alunos são cadastrados em uma creche municipal, mas na verdade estudam nesta creche conveniada.

Os professores e coordenadores são concursados e contratados pela prefeitura, nos funcionários parte são da prefeitura e outra parte é contrata e pago pela creche. Além destes profissionais, a prefeitura repassa a creche conveniada, material pedagógico, material de limpeza, higiene e alimentação. O valor de subvenção de 2011 foi de R\$111.205,50, sendo um valor fechado dividido em 12 meses, no mesmo ano foi atendido 84 alunos com este recurso.

PORTO FERREIRA:

O município de Porto Ferreira situado em posição nordeste em relação a capital do Estado, na região de Campinas, á 231 km de distância de São Paulo, tem uma área territorial de 244,906 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 51.400 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH

de 0.802, pouco inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 15.860,41 reais. Desde 2004, Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. Porto Ferreira é conhecido como a capital da cerâmica artística, secundariamente encontra-se a agricultura em seu cenário econômico.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Maurício Sponton Rasi filiado ao PT.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Porto Ferreira atende a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. Segundo a responsável da Secretária Municipal de Educação de Porto Ferreira que nos forneceu as informações necessária à pesquisa, as creches foram integradas ao sistema municipal de ensino a mais de 30 anos, ou seja, antes de 1981.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 35: Matrículas no Ensino Infantil em Porto Ferreira (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	156	0	79	2180	0	113
2001	172	0	64	2059	0	103
2002	227	0	80	2102	0	161
2003	255	0	69	2068	0	123
2004	233	0	82	2094	0	107
2005	226	0	111	2072	0	125
2006	258	0	140	1954	0	110
2007	274	0	163	1961	0	63
2008	399	0	201	1884	0	89
2009	857	0	278	1291	0	160
2010	901	0	302	1249	0	149

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de creche teve um expressivo aumento de 477%, tendo seu principal crescimento no período de vigência do Fundeb, alcançando de 2007 a 2010 um aumento de 622 matrículas, o que representa um aumento médio de 155,5

matrículas por ano, enquanto de 2000 a 2007 o número médio de matrículas por ano foi de 18,5. Da mesma forma a rede privada tem um movimento de crescimento de 282,2%, após implementação do Fundeb o número de matrículas cresceu mais rapidamente, de 2000 a 2006 o crescimento médio foi de 10.1 por ano, já no período de vigência do Fundeb houve um crescimento de 34,7 matrículas por ano.

Na rede municipal de pré-escola o número de matrículas decaiu no período 74,5%, o número de matrículas continuou a decair constantemente no período de vigência do Fundeb. Já na rede privada podemos observar um crescimento inconstante que totalizou 31,8%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 36: Estabelecimentos de educação infantil em Porto Ferreira (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	5	0	5	9	0	5
2001	5	0	4	9	0	4
2002	6	0	5	9	0	6
2003	6	0	5	9	0	6
2004	6	0	7	9	0	6
2005	6	0	5	9	0	6
2006	6	0	5	9	0	6

Fonte: Edudatabrasil

Em Porto Ferreira há um crescimento de 1 estabelecimento na rede municipal de creche e na rede privada de pré-escola, o que representa ao município um aumento em ambas de 20%.

Já na rede privada de creche e na rede municipal de pré-escola não houve crescimento nem decréscimo no número de estabelecimento de ensino da Educação Infantil.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Porto Ferreira a data do primeiro convênio firmado com o poder público para oferta de vagas para a Educação Infantil é 1996. No município atualmente existe uma Organização Não-Governamental, conveniada com o poder

público para oferta de vagas em creche.

O convênio entre a instituição e o poder público é firmado baseado na lei de convênio, conforme orientações do MEC. A justificativa pela opção do convênio é que a rede municipal não consegue atender atualmente a demanda que o município possui.

A instituição conveniada atende alunos de 4 meses a 3 anos e 11 meses, os alunos constam no censo escolar como matrículas privadas.

É repassado a esta instituição o valor estabelecido pelo Fundeb. Os funcionários, profissionais da educação são contratados pela própria instituição, segundo a responsável na Secretaria Municipal de Educação de Porto Ferreira que nos forneceu estas informações, a prefeitura não contrata os funcionários para a creche, pois se a prefeitura fizesse isso ela passaria o limite de sua folha de pagamento.⁵ O prédio pertence a instituição.

Não existe creche domiciliar no município.

RANCHARIA:

O Município de Rancharia está localizado na chamada Mesorregião do Sudoeste Paulista, mais precisamente na Microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, a 520 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 1.587,473 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 28.804 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH

⁵ A Lei Complementar nº 201/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, regula além de outras variáveis, a folha de pagamento dos municípios, estipulando que seja gasto no máximo 60% do orçamento municipal com pagamento de funcionários, se o município ultrapassar este limites há prejuízos, como multa, à administração municipal.

O convênio pode ser caracterizado como um subterfúgio para ultrapassar a folha de pagamento congelada pela LRF. Assim como explica ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L retratando que o convênio permite ao município

“não ultrapassar os percentuais da Folha de Pessoal – estabelecidos em 60% dos Orçamentos municipais e estaduais, pela Lei Complementar nº 201/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – porque em relação às terceirizações (parcerias, através de contratos e convênios) os Tribunais de Contas não têm condenado ou alertado os entes públicos de que estão gastando a mais com pessoal. O alerta só tem sido feito atualmente, em relação às contratações de funcionários ou servidores públicos, uma vez que o entendimento é de verificar quem contrata: se a Administração pública – aí se aplica a restrição e o percentual de 60%, se a iniciativa é do privado, e, portanto, por meio de um contrato de prestação de serviços públicos transferida aos privados, nada há de ilegal ou suspeito.” (2009, p. 41)

de 0.789, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 20.538,95 reais. Desde 2004, Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. A riqueza econômica do município esta baseada na produção agropecuária de suas 820 propriedades cadastradas no INCRA, entre outras não cadastradas.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Alberto Cesar Centeio de Araújo filiado ao PSDB.

Educação no município.

No sitio oficial do município de Rancharia, quando se trata da Secretaria de Educação encontra-se a responsabilidade do secretario municipal de educação. Descrita da seguinte forma: “assessorar o prefeito em assuntos da educação zelando para o cumprimento das normas constitucionais que se referem à função educativa de competência do município;acompanhar o desempenho financeiro da pasta cuidando para o cumprimento legal dos recursos destinados por lei à educação nas modalidades de responsabilidade do município;supervisionar os serviços de ensino e de apoio escolar;administrar o convênio de municipalização do ensino fundamental;acompanhar e controlar a execução dos contratos e convênios de responsabilidade desta Secretaria” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RANCHARIA, 2011)

As escolas da rede municipal de ensino de Rancharia atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1996.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 37: Matrículas no Ensino Infantil em Rancharia (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	118	0	23	853	0	151
2001	283	0	61	803	0	133
2002	267	0	60	992	0	118
2003	293	0	83	903	0	90
2004	314	0	109	949	0	56
2005	253	0	113	995	0	62
2006	135	0	62	544	0	97

2007	163	0	26	650	0	63
2008	165	0	27	679	0	53
2009	180	0	24	671	0	39
2010	209	0	36	573	0	37

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal apresenta um aumento no número de matrículas no período de 77,1%, no período de vigência do Fundeb o crescimento foi constante. A rede privada apresenta crescimento de 56,5%, a partir de 2007 o crescimento é mínimo e pouco inconstante.

Na pré-escola municipal podemos observar um decréscimo de 48,8% no final do período, decorrente de diversas fases de oscilações, apresentando um aumento de matrículas até 2005, quando tem uma queda brusca, e tem período de oscilações nos próximos anos. A rede privada também desenvolveu um declínio no período, o que corresponde a 308% no número de vagas, no período do Fundeb este declínio foi constante.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 38: Estabelecimentos de educação infantil em Rancharia (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	4	0	1	9	0	3
2001	4	0	1	9	0	2
2002	4	0	1	8	0	2
2003	4	0	2	8	0	2
2004	4	0	3	8	0	2
2005	4	0	3	9	0	2
2006	4	0	3	8	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de ensino observa-se um período de estagnação do número de estabelecimento, já na rede privada há um crescimento de 300%. De forma contraria a rede municipal de pré-escola e a rede privada tem declínio de 1 unidade o que corresponde para a rede municipal uma perca de 12,55 de seus estabelecimento e para a rede privada representa 33,3% de seus estabelecimentos.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

O município de Rancharia mantém convênio com uma instituição filantrópica. Convênio que existe desde 1998. A normatização do convênio é feito através das normas estabelecidas para convênios.

A justificativa pela opção do convênio é que ele já era firmado antes mesmo da responsabilidade da educação de 0 a 3 anos ser passada à Secretaria de Educação. Então pela Secretaria entender que a instituição atende adequadamente a população da localidade onde a creche conveniada se encontra e não haver prédio municipal na área o convênio continuou a ser firmado.

A instituição conveniada segue estatuto próprio, atende crianças de 0 a 6 anos de idade. Estes alunos estão cadastrado no censo escolar como matrículas privadas.

O valor da subvenção vai diretamente para a instituição, que recebe no ano de 2011 um valor de R\$140.000,00 dividido em 11 parcelas mensais. Os funcionários da instituição são registrados pela mesma. O prédio pertence a instituição.

Não existe creche domiciliar no município.

ROSANA:

O Município de Rosana está localizado na chamada Mesorregião do Sudoeste Paulista, mais precisamente na Microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, a 780 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 742,872 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 19.691 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.815, pouco superior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 35.602,93 reais. Desde 2004, Pedreira faz parte do Circuito das Águas Paulista, um circuito turístico. Rosana é limitada ao norte pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Paranapanema, a leste pelo córrego de Guaná e Ribeirão Grande e a oeste pela confluência dos rios Paraná e Paranapanema, decorrente desta geografia privilegiada a cidade tem grande atração turística, além de possuir duas usinas hidrelétricas que movimentam a economia local

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Aparecida Batista Dias

Barreto de Oliveira filiado ao PMN.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Rosana atende a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 2000.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 39: Matrículas no Ensino Infantil em Rosana (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	125	0	66	618	0	114
2001	91	0	107	909	0	145
2002	74	0	182	782	0	115
2003	80	0	74	853	0	126
2004	95	0	96	794	0	129
2005	59	0	110	704	0	110
2006	83	0	69	748	0	111
2007	55	0	85	648	0	53
2008	79	0	110	691	0	71
2009	91	0	115	403	0	52
2010	152	0	128	290	0	26

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

O período nas creches municipais teve oscilações constantes, exceto no período do Fundeb, que apresentou um crescimento constante no número de matrículas, o período terminou em aumento de 21,6%, graças ao crescimento substancial no último ano. Da mesma forma na rede privada o aumento no período pode ser visto, no início do período podemos observar oscilações que se estabilizam em um movimento crescente a partir de 2006 e se consolida em 2007 – ano de início do Fundeb - alcançando uma ampliação de 93,9% no número de vagas.

A pré escola municipal teve uma supressão de vagas de 2000 a 2010, sendo que de 2000 a 2001 podemos observar um crescimento de 47%, mas desde então o movimento inconstante de decréscimo não cessa até 2010, quando atinge um patamar de 213,4% de decréscimo de 2001 a 2010. Em semelhança, a rede privada aumenta suas

matrículas de 2000 a 2001, quando decresce inconstantemente até 2010, podemos observar no período uma queda de 338,4%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 40: Estabelecimentos de educação infantil em Rosana (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	1	4	0	3
2001	1	0	4	4	0	3
2002	1	0	4	4	0	3
2003	1	0	4	8	0	3
2004	1	0	3	8	0	3
2005	1	0	4	8	0	3
2006	1	0	3	7	0	3

Fonte: Edudatabrasil

A rede municipal de creche e a rede privada de pré-escola manteve seu número de estabelecimentos, já a rede privada de creche e a rede municipal de pré escola apresenta um aumento 300% e 74% respectivamente.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Rosana existe convênio com uma instituição filantrópica para o atendimento da educação infantil, o ano de seu início não foi informado. A normatização do convênio é baseada no Fundeb.

A justificativa pela opção do convênio é que a instituição já existia anteriormente ao firmar o convênio, para atender uma população que encontra-se isolada do município, por uma barragem. Quando esta barragem deixou de funcionar a instituição precisou de novos recursos para se manter funcionando, procurou a prefeitura que firmou um convênio para que a instituição continuasse a atender a população do local. É uma questão de organização do município.

Atualmente a instituição atende 120 alunos de 3 meses a 4 anos, e 50 alunos de 4 e 5 anos. A escola de pré-escola municipal esta em reforma, por este motivo a instituição esta atendendo alunos de 4 e 5 anos, quando a reforma terminar a instituição conveniada atenderá somente aluno de 3 meses a 4 anos. o número de alunos por mês

varia constantemente, pois para o aluno poder matricular-se na instituição a mãe tem que estar trabalhando, a partir do momento que ela deixa de trabalhar o aluno perde a vaga. Os alunos matriculados na instituição constam no censo escolar como privada filantrópica.

Os funcionários, profissionais, são de responsabilidade – contratação, pagamento, etc. – da instituição. O prédio pertence a instituição, mas atualmente o prédio passou por uma reforma financiada pela prefeitura, desta forma, segundo a responsável contatada na Secretaria Municipal de Educação, torna-se “meio a meio”, metade da instituição e a outra metade da prefeitura.

É repassado para a instituição o valor integral do Fundeb, conforme cada idade e período, segundo a responsável contatada na Secretaria Municipal de Educação, este valor é de R\$1916,94 para alunos integral e R\$1.300,00 para alunos parcial, referência valida para educação de 0 a 4 anos. Além deste valor é fornecido a alimentação à instituição, que corresponde a R\$0,86 *per capita* dia.

SANTA BRANCA:

O Município de Santa Branca situa-se em linha reta a 79 Km a leste de São Paulo, localizada em área de relevo montanhoso e pertencente a Serra do Mar, tem uma área territorial de 275,250 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 13.763 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.0.796, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 11.760,04 reais. A cidade de Santa Branca, também conhecida por “Cidade Presépio”, vem se despontando com seu Turismo Rural, como o grande movimento da cidade, que possui, hotéis, hotéis fazendas, pousadas, restaurantes com a cozinha típica do interior, chácaras para locação e eventos, produção de cachaças artesanais, licores, vinhos, doces caseiros, tudo para atender o turista.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Luís Fernando de Sousa Lemes, filiado ao PV.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Santa Branca atende a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 2007.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 41: Matrículas no Ensino Infantil em Santa Branca (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	477	0	29
2001	0	0	0	432	0	50
2002	0	0	0	373	0	58
2003	0	0	3	417	0	64
2004	0	0	0	406	0	60
2005	0	0	6	442	0	50
2006	0	0	6	432	0	12
2007	0	0	8	320	0	3
2008	24	0	11	406	0	9
2009	120	0	27	357	0	25
2010	81	0	28	346	0	16

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

As matrículas na creche municipal somente iniciam-se um ano após a implementação do Fundeb, sendo que de 2000 a 2007 não é possível observar nenhuma matrícula na creche municipal, o atendimento é nulo. De 2008 até o fim do período analisado, há um crescimento de 237,5%. Na rede privada o atendimento começa em 2003, mas em 2004 volta a ser nulo, quando no próximo ano aumenta vagarosamente 22 matrículas até 2010, tendo um maior crescimento no período de vigência do Fundeb.

Na pré-escola municipal o movimento de decréscimo é visível, tendo no período uma perda de 37,8% no número de matrículas, há uma inconstância durante todo o período. A rede privada inicia o período com um crescimento no número de matrículas, quando chega em seu maior atendimento em 2003, ano de início de decréscimos inconstantes que chega ao menor número de atendimentos no período que foi em 2007, nos anos de vigor do Fundeb houve uma oscilação terminando o período com 81% de decréscimo em comparação a 2000.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 42: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Branca (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	7	0	1
2001	0	0	0	7	0	1
2002	0	0	0	7	0	1
2003	0	0	1	7	0	2
2004	0	0	0	7	0	2
2005	0	0	1	6	0	2
2006	0	0	1	6	0	1

Fonte: Edudatabrasil

Até 2006 não é possível constatar nenhum estabelecimento de creche municipal, em relação a creche privada, podemos observar a primeira creche em 2003, em 2004 volta a ficar nulo, e em 2005 há a criação de uma creche privada que se mantém até o fim do período.

Na pré escola apresenta-se uma diminuição de 16% da rede municipal e uma estagnação no número de estabelecimentos da rede privada.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Santa Branca existiu uma instituição conveniada para oferta de vagas na educação infantil, instituição esta de caráter filantrópica. Este convênio existiu até o ano de 2007, quando a educação de creche passou para a responsabilidade da Secretaria de Educação, e a instituição filantrópica foi municipalizada. O município não soube nos informar qual era forma de normatização do convênio, pois se passaram diversas gestões em que este convênio foi firmado, então não se tem mais acesso a esta informação.

A justificativa pela opção do convênio é que na época não se tinha instituição de educação de 0 a 3 anos, por este motivo foi firmado o convênio para atender a faixa etária. A instituição atendia alunos de 0 a 6 anos. A responsável contatada na Secretaria Municipal de Educação, não soube informar como constava os alunos da instituição

conveniada no censo escolar, ela supõe que seja como privada.

Os profissionais, funcionários, alimentação e tudo que creche necessitasse era repassada pela prefeitura, não foi possível saber o valor repassado a instituição.

A responsável contatada na Secretaria Municipal de Educação nos conta que, o prefeito de 1977 é quem chamou a creche filantrópica para a cidade, pois este ano foi o ano bom, de incentivos para as creches. O prefeito da época apoiou totalmente a criação de uma creche filantrópica, no lugar da criação de uma creche municipal. Este convênio variou muito conforme as diferentes administrações municipais.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS:

O Município de Santa Cruz da Palmeiras está localizado região de Campinas, a 250 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 295,338Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 29.932 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.796, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 7.023,05 reais. Seus principais produtos da agricultura são cana-de-açúcar, laranja e café, além de suas principais indústrias que são de cerâmica de telhas, indústria de refrigerantes, serralheria, confecções e aguardente.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Agostinho Deperon filiado ao PSDB.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Santa Cruz das Palmeiras atende a pré escola, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. Segundo a responsável pela educação infantil da Secretaria de Educação do Município, a partir da LDB de 1996 as creches passaram a ser de responsabilidade da educação e não mais da assistência social.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 43: Matrículas no Ensino Infantil em Santa Cruz das Palmeiras (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	170	643	0	126
2001	0	0	115	665	0	204
2002	0	0	70	689	0	175
2003	0	0	106	719	0	189
2004	0	0	94	799	0	215
2005	0	0	97	802	0	217
2006	0	0	135	873	0	115
2007	0	0	133	1011	0	75
2008	0	0	106	934	0	170
2009	0	0	129	818	0	128
2010	0	0	211	843	0	91

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Em toda extensão do período analisado, não é possível observar nenhuma matrícula em creche municipal, o atendimento da educação de 0 a 3 anos é realizado somente por creches privadas. Na rede privada de creche há um movimento de crescimento de 24,1%, o período foi marcado por oscilações que se estabilizaram em 2008 – um não após a implementação do Fundeb - em um movimento de crescimento substancial.

Na rede privada há um crescimento constante de 57,2% até 2007, o Fundeb entra em vigor e o movimento decresce constantemente até 2010, o período termina 31% maior em relação a 2000. Em caminho contrário a rede privada apresenta uma subtração de 38,4%, sendo o período de 2000 a 2007 e o período do Fundeb marcado por oscilações.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 44: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Cruz das Palmeiras (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	2	3	0	3
2001	0	0	2	3	0	3
2002	0	0	2	3	0	3
2003	0	0	3	4	0	4

2004	0	0	3	3	0	4
2005	0	0	3	3	0	4
2006	0	0	4	3	0	4

Fonte: Edudatabrasil

Não há creche na rede municipal, na rede privada há um aumento constante no número de estabelecimentos somando 100% de aumento.

Na pré-escola municipal o número de estabelecimentos mantém-se, enquanto na rede privada há um crescimento de um estabelecimento que representa para o município 33,3%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Santa Cruz das Palmeiras a instituição que atende a educação de 0 a 3 anos de idade é filantrópica, não havendo creche municipal. É realizado um ‘Convênio de subvenção’ para auxiliar nos gastos da instituição. O convênio entre a instituição e o poder público existe desde 2007 – ano de início da vigência do Fundeb.

A instituição atende alunos de 0 a 3 anos de idade. As matrículas constam no censo escolar como matrículas públicas. Entretanto como podemos observar na tabela 41 e 42, não há incidência de matrículas públicas, nem estabelecimentos municipais em creche, o atendimento é feito exclusivamente por matrículas privadas e estabelecimentos privados, o que resulta em uma contradição entre a informação obtida na secretária de educação e os dados obtidos através do Banco de Dados do GREPPE e o site oficial do INEP – Edudatabrasil.

O valor *per capita* de R\$224,00 por mês é repassado à instituição. Os funcionários, profissionais são contratados e pagos pela instituição. O prédio pertence a instituição.

Não existe creche domiciliar no município de Santa Cruz das Palmeiras.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO:

O Município de Santa Cruz do Rio Pardo está localizado a 346 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 1.113,504 Km². Pelos dados do último

censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 43.921 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.811, pouquíssimo inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 16.371,00 reais. Santa Cruz do Rio Pardo é, hoje, o 4º Pólo calçadista do Estado de São Paulo. Possui cerca de 32 fábricas de calçados, com produção diária de 25 mil pares de sapatos. Por ano, isso significa uma produção de aproximadamente 5 milhões de pares. O município possui também um Pólo Cerealista, o maior beneficiador de arroz do estado de São Paulo. A produção corresponde a cerca de 25% do consumo de arroz do Estado. A cidade ainda apresenta números relevantes na plasticultura (cultura sob plástico). É a maior representante no São Paulo, com 70 hectares de estufas de hortaliças e legumes.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Maura Soares Romualdo Macieirinha filiado ao PSDB.

Educação no município.

É competência da Secretaria Municipal de Educação administrar a rede de ensino com atividades em Educação Infantil, Centro de Educação Infantil Municipal, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centro Educacional Infanto Juvenil, Merenda Escolar, Calendário Escolar, Legislação.

De acordo com informações coletadas com a Chefe da educação infantil, desde 2001 as creches já estavam vinculadas ao sistema municipal de ensino.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 45: Matrículas no Ensino Infantil em Santa Cruz do Rio Pardo (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	284	0	126	1319	0	131
2001	514	0	349	1301	0	202
2002	407	0	353	1365	0	209
2003	488	0	396	1437	0	155
2004	519	0	394	1464	0	181
2005	299	0	392	1443	0	213

2006	249	0	221	1500	0	400
2007	294	0	151	1454	0	429
2008	350	0	160	1418	0	249
2009	380	0	182	854	0	204
2010	388	0	217	882	0	227

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

O período apresenta uma inconstância no número de matrículas, estabilizando-se em 2006 e no período de aplicação do Fundeb, quando inicia um crescimento constante, 2010 apresentou um crescimento de 36,6% em relação a 2000. Seguindo a mesma inconstância e estabilidade crescente em 2007, na rede privada observa-se um aumento de 72,2% no número de matrículas.

Na pré-escola municipal há um movimento de subtração, marcado principalmente dos anos de 2008 para 2009, que diminui 564 vagas em apenas um ano, desta forma o decréscimo total do período foi de 49,5%. De forma contrária na rede privada observamos um aumento no número de matrículas de 73,2%, havendo oscilações em todo período.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 46: Estabelecimentos de Educação Infantil em Santa Cruz do Rio Pardo (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	4	0	2	17	0	2
2001	4	0	5	17	0	2
2002	4	0	5	17	0	3
2003	4	0	5	17	0	3
2004	4	0	5	17	0	3
2005	5	0	5	17	0	3
2006	5	0	5	18	0	6

Fonte: Edudatabrasil

Na rede municipal de creche houve um aumento de uma instituição em 2005 que se manteve até o fim do período, o que representa para o município um crescimento de 25%, na rede privada o crescimento foi maior, marcando um número de 50%.

Na pré-escola municipal há um aumento de 1 estabelecimento, o que representa 5,8% de aumento, a rede privada tem aumento superior a rede municipal de pré-escola, alcançando 200% de aumento.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Santa Cruz do Rio Pardo há duas instituições filantrópicas conveniadas com o poder público, o primeiro convênio foi realizado no ano de implementação do Fundeb - 2007. Em ambas o convênio é normatizado pela “Lei do convênio”.

A justificativa pela escolha do convênio pelo município é que este já existia com a Assistência Social do município, para atender a demanda da educação infantil, então a Secretaria da Educação continuou com o convênio. Esta sendo construída uma creche no município com auxílio do programa “Proinfância”⁶, além do município ter planos para a construção de mais uma entidade de educação de 0 a 3 anos, após terminado estas duas instituições a demanda for superior a oferta de vagas será mantido o convênio.

Nas duas instituições os alunos tem de 0 a 6 anos, estes alunos constam como matrícula pública no censo escolar nacional.

O valor atual repassado as instituições conveniadas é de 6.700,89 mensal para atender 100 alunos em período integral e em outra instituição o valor é de 11.000,00 mensal para atender 130 crianças também em período integral. Os valores estão sendo reajustados.

A prefeitura além da subvenção deste valor, repassa parte da alimentação necessária aos alunos, alguns funcionários e todos os professores. A diretora é de responsabilidade da própria instituição. Os prédios são das instituições.

Não existe creche domiciliar no município.

SANTA ROSA DE VITERBO:

O Município de Santa Rosa de Viterbo está localizado região de Ribeirão Preto, sendo 310 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 288,577Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 23.862 habitantes.

⁶ Proinfancia é um programa instituído pela resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, para a construção de creches e escolas da educação infantil, além da aquisição de equipamentos para a rede física desse nível de ensino. (BRASIL, 2007)

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.804, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 15.295,78 reais. Santa Rosa de Viterbo tem sua economia baseada no agronegócio e possui inúmeras indústrias.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Tadeu Chiaperini filiado ao PDT.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Santa Rosa de Viterbo atende a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação de jovens e adultos e a educação especial.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 47: Matrículas no Ensino Infantil em Santa Rosa de Viterbo (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	200	0	21	604	0	58
2001	256	0	22	617	0	70
2002	257	0	25	625	0	61
2003	299	0	29	703	0	51
2004	221	0	33	720	0	41
2005	235	0	125	712	0	41
2006	69	0	105	671	0	53
2007	100	0	125	772	0	113
2008	117	0	79	753	0	105
2009	245	0	79	496	0	35
2010	201	0	160	436	0	85

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

As matrículas na creche municipal passaram por um período de oscilações que terminou com o aumento de uma matrícula de 2000 a 2010, na rede privada o aumento foi de 61,9%, que se deu principalmente a partir de 2005, em todo o período o crescimento foi instável.

O período na pré-escola municipal foi de constantes abalos, abalos nos dois últimos dois anos que levou o período a terminar em decréscimo de 38,5%. Na rede

municipal o número de matrículas cresceu 46,5% inconstantemente em todo período.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 48: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Rosa de Viterbo (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	2	1	0	2
2001	1	0	2	1	0	2
2002	1	0	2	1	0	2
2003	1	0	2	1	0	2
2004	1	0	2	1	0	2
2005	1	0	3	1	0	2
2006	1	0	3	1	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Em todas as redes houve uma estagnação no número de estabelecimentos, exceto a rede privada de creche que aumentou em 50%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Santa Rosa de Viterbo existe uma creche filantrópica conveniada com o poder público desde 2006. A normatização é feita através de um convênio de duração de 5 anos, que pode ser renovado após o término dos 5 anos.

A justificativa pelo convênio é de que as vagas no município são insuficientes, o município esta inaugurando mais duas creches municipais, mas se houver necessidade este convênio continuará sendo realizado.

A instituição conveniada atende alunos de 0 a 3 anos. Estes alunos constam no censo escolar com matrículas públicas.

Os funcionários, assim como os profissionais da educação são de responsabilidade da Secretária da Educação. O prédio pertence a instituição.

O valor anual repassado a instituição é de R\$162.000,00, para atualmente 3 berçário, que corresponde a 75 alunos. Como é fechado contrato, o valor não é calculado por número de alunos.

A cidade não tem creche domiciliar.

SANTO ANASTÁCIO:

O Município de Santo Anastácio está localizado região de Presidente Prudente, sendo 593 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 552,537 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 20.475 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.792, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 9.157,76 reais. Sua economia é bastante variada, apoiando-se na agropecuária e indústrias.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Roberto Volpe filiado ao PMDB.

Educação no município.

As escolas da rede municipal de ensino de Santo Anastácio atende a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches passaram a ser de responsabilidade da educação e não mais da assistência social a partir do ano de 1999.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 49: Matrículas no Ensino Infantil em Santo Anastácio (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	88	0	32	512	0	40
2001	75	0	0	544	0	65
2002	66	0	10	540	0	67
2003	66	0	15	532	0	75
2004	77	0	11	502	0	86
2005	61	0	10	510	0	100
2006	89	0	2	522	0	95
2007	117	0	9	435	0	56
2008	114	0	9	457	0	56
2009	123	0	20	266	0	69

2010	124	0	33	310	0	65
------	-----	---	----	-----	---	----

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

O crescimento das matrículas na creche municipal teve seu início inconstante, quando em 2007 – ano de implementação do Fundeb – há um aumento expressivo e constante, terminando o período com 40,9% de crescimento. Os abalos na rede privada foram constantes havendo em 2001 até uma anulação das matrículas, terminando o período com uma matrícula a mais que no início.

O movimento de decréscimo na rede municipal iniciou a partir da implementação do Fundeb, quando até então o número crescia singelamente, suscitando ao final do período uma queda de 65,1%. Já a rede privada aumentou até 2005 e decaiu novamente até 2010, o período fechou com um aumento de 62,5%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 50: Estabelecimentos de educação infantil em Santo Anastácio (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	1	1	0	2
2001	1	0	0	1	0	2
2002	1	0	1	1	0	2
2003	1	0	1	1	0	2
2004	1	0	1	1	0	2
2005	1	0	1	1	0	1
2006	1	0	1	1	0	2

Fonte: Edudatabrasil

Em todas as redes sendo de creche e de pré-escola mantiveram-se estáveis.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Santo Anastácio existia convênio com uma instituição filantrópica para oferta de vagas na educação infantil, não foi possível obter o ano de início do convênio. Este convênio foi cancelado em 2010, segundo a responsável da Secretaria Municipal da Educação que nos forneceu as informações necessárias, o convênio foi cancelado, pois tiveram legislações onde dizia que não poderia mais existir

convênios entre o poder público e estas creches, então a creche foi municipalizada.

Na creche enquanto filantrópica, atendia alunos de 0 a 5 anos, alunos estes que constavam como matrícula pública no censo escolar. Segundo a responsável que nos forneceu as informações o valor era repassado por número de alunos, entretanto quando obtivemos a informação, nos foi passado da seguinte forma, o valor era de R\$25.000,00 no ano de 2009, para atender 219 crianças, segundo nossos cálculos, o que corresponde a R\$114,15 *per capita* ao ano. Além da verba prefeitura repassava o material pedagógico, alimentação pronta e tudo mais que necessitasse, exceto os funcionários e professores que também eram contratados pela instituição. O prédio pertencia a instituição.

O município não conta com creche domiciliar.

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ:

O Município de São Bento do Sapucaí está localizado ao leste do Estado de São Paulo nos contrafortes da Mantiqueira compondo o Vale do Paraíba, ficando a 185 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 252,580 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 10.468 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.776, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 6.947,53 reais. Sua economia é baseada no turismo, sendo a cidade uma instância Climática.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Ildefonso Mendes Neto filiado ao PSDB.

Educação no município.

A Administração Municipal e a Secretaria de Educação, tem o objetivo de educar para a vida. Para este fim investem no aperfeiçoamento do ensino e na qualificação continuada para professores da Rede Municipal de Educação, planejamento este que requer planejamento. “A Secretaria de Educação acredita que não se muda a qualidade do ensino de uma cidade com ações isoladas, por isso estabelece parcerias

com outras Secretarias Municipais e entidades com foco na educação para a realização de eventos, formação pessoal e atividades extracurriculares. Com especial empenho vem capacitando professores para Educação Infantil, faixa etária com qualidades e valores a serem desenvolvidos e imprescindíveis para potencializar personalidades.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, 2011)

As escolas da rede municipal de ensino de São Bento do Sapucaí atende a pré escola, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches passaram a ser de responsabilidade da educação por volta do ano de 1998.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 51: Matrículas no Ensino Infantil em São Bento do Sapucaí (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	291	0	0
2001	0	0	0	228	0	0
2002	0	0	0	246	0	0
2003	0	0	0	295	0	0
2004	0	0	0	304	0	0
2005	0	0	0	305	0	0
2006	0	0	0	342	0	0
2007	0	0	0	226	0	0
2008	0	0	0	211	0	0
2009	0	0	0	222	0	0
2010	0	0	0	216	0	0

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

É possível observar matrículas somente na pré-escola municipal, rede esta que apresentou aumento até 2007, mas no período de vigência do Fundeb os números foram decrescentes, 2010 termina com 34,7% menos matrículas que 2000.

No restante das redes de Educação Infantil o número de matrículas é nulo.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 52: Estabelecimentos de educação infantil em São Bento do Sapucaí (2000-2006)

Ano	Creche	Pré-escola
-----	--------	------------

	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	0	1	0	0
2001	0	0	0	1	0	0
2002	0	0	0	1	0	0
2003	0	0	0	1	0	0
2004	0	0	0	1	0	0
2005	0	0	0	1	0	0
2006	0	0	0	1	0	0

Fonte: Edudatabrasil

Todas as redes de ensino apresentam uma estática no número de estabelecimentos, sendo 0 o número de estabelecimentos em todas, exceto a rede municipal de pré-escola que apresenta um estabelecimento.

O convênio.

No município de São Bento do Sapucaí existe uma instituição filantrópica conveniada com o poder público, com oferta de vagas de aluno com faixa etária de creche. Este convênio é firmado anualmente. Não foi possível obter o ano preciso do início do convênio.

A justificativa pela opção do convênio é que o município não tem infra-estrutura necessária para atender a demanda de alunos para a educação de 0 a 3 anos, então firma-se o convênio para este fim.

A instituição atende alunos de 2 e 3 anos na creche, e mantém um projeto de educação especial com alunos até 14 anos. Os alunos da instituição conveniada não são cadastrados no censo escolar, o recurso repassado a instituição não é advindo do Fundeb.

Por este motivo não é possível encontrar os alunos matriculados nesta instituição no número de matrículas e estabelecimentos em creche municipal ou privada, sendo nulo o número de alunos em creche no município. Nossa hipótese é que a instituição não tenha nenhuma regulamentação no município. Já em 1989, Rosenberg já evidenciava a difícil tarefa de realizar estatísticas de atendimento as idades de 0 a 6 anos, por discrepâncias e imprecisões no conceito das instituições, como no nosso caso o fato de não haver documentos e cadastros comprobatório que evidenciam o atendimento a estes alunos nesta instituição conveniada. Comprovando que o que

Rosemberg constatou em 1989, continua a existir atualmente com as creches conveniadas.

A subvenção feita à instituição no ano de 2011 é de R\$33.000,00, para a manutenção geral da instituição e não somente para os alunos em idade de creche. Até 2009 esta subvenção era feita pelo Poder Federal, a partir de 2010 este valor deixou de ser repassado pelo Poder Federal, pois a creche é de responsabilidade do município, então o município começou a arcar com esta despesa. Além deste valor o poder municipal disponibiliza a instituição 3 funcionários e 3 profissionais da educação. O prédio pertence a instituição filantrópica.

O município não possui creche domiciliar.

TAQUARITUBA:

O Município de Taquarituba está localizado a sudoeste do estado de São Paulo, ficando a 334 Km de distância Capital do Estado, tem uma área territorial de 448,429Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 22.291 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.741, inferior ao do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 10.606,61 reais.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Miderson Zanella Milleo filiado ao PSDB.

Educação no município.

A coordenadoria Municipal da Educação é o órgão responsável pelos assuntos relacionados à rede de educação no município de Taquarituba. Suas escolas atendem a educação infantil, o ensino fundamental em suas séries iniciais, a educação de jovens e adultos e a educação especial.

Não foi possível obter a data precisa que a educação de 0 a 3 anos passou da responsabilidade da Assistência Social para o a Secretaria de Educação, entretanto a Secretaria de Educação por intermédio de contatos telefônicos refere-se a uma data anterior a 1997 para o destino de verbas da secretaria de educação para a faixa etária em

questão.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 53: Matrículas no Ensino Infantil em Taquarituba (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	128	0	23	558	0	47
2001	219	0	38	718	0	39
2002	232	0	5	766	0	71
2003	210	0	11	798	0	84
2004	210	0	16	689	0	99
2005	177	0	45	679	0	83
2006	84	0	198	521	0	189
2007	102	0	181	488	0	270
2008	83	0	222	460	0	249
2009	189	0	230	229	0	228
2010	206	0	321	302	0	218

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

A rede municipal de creche apresenta um movimento de crescimento no período, totalizando um aumento de 60% no número de matrículas, houve diversos períodos de oscilações, inclusive no período de vigência do Fundeb. Da mesma forma a rede privada obteve um crescimento, este que ocorreu um ano antes da implementação do Fundeb e consolidou-se constante no período de vigência do Fundeb, somando um crescimento de 1295,6% ao fim do período, sendo que até 2005 a média de crescimento das matrículas por ano foi de 3,6, já a média de crescimento em 2006 e no período do Fundeb por ano foi de 24,6.

Na rede municipal de pré-escola o aumento no número de matrículas dói constante até 2003, quando começa a decrescer de uma forma instável, mas significativa, chegando ao fim do período com uma queda 84,7% das matrículas. A rede privada apresentou um movimento de crescimento substancial até 2007, quando no período do Fundeb houve uma queda constante, no fim do período é possível observar um aumento de 363,8% no número de matrículas.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 54: Estabelecimentos de educação infantil em Taquarituba (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2	0	1	3	0	2
2001	2	0	2	3	0	2
2002	2	0	1	3	0	2
2003	2	0	1	3	0	2
2004	2	0	1	3	0	2
2005	2	0	1	3	0	2
2006	2	0	4	3	0	4

Fonte: Edudatabrasil

As creches municipais mantiveram seu número de estabelecimento, ao contrário da rede privada onde é possível observar um aumento de 400%.

Nas pré-escolas municipais o número não sofreu alteração, já a rede privada apresentou um crescimento 100% em seu número de estabelecimentos.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Taquerituba existe duas instituições conveniadas com o Poder Público Municipal para oferta de vagas da educação infantil, as duas instituições são de caráter filantrópico, o primeiro convênio teve início em 2002. O convênio é normatizado entre as partes envolvidas.

A justificativa municipal pela opção do convênio é que a instituição recebe diversos auxílios, tanto do Poder Federal, quando do privado, então para completar esta ajuda o município faz a subvenção. E o município não tem prédios necessários para atender esta faixa etária, também por este motivo faz a subvenção.

A creche conveniada atende alunos de 0 a 4 anos, estas matrículas constam no censo escolar como privadas.

A instituição é quem tem toda a estrutura - professores, funcionários, e prédio - o poder público só repassa o valor estabelecido pelo Fundeb.

Não existe creche domiciliar no município.

TUPI PAULISTA:

O município de Tupi Paulista, integra a região administrativa de Presidente Prudente, Está distante da Capital Paulista cerca 663 quilômetros, tem uma área territorial de 245,336 Km². Pelos dados do último censo do IBGE em 2010, o município abrigava uma população de 14.269 habitantes.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0.792, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0.814. Seu PIB *per capita* a preços correntes em 2008 era de 9.578,79 reais. Tem sua economia baseada na agropecuária e destaca-se pela força da viticultura e pela pecuária de leite, que o transformam num importante pólo de crescimento da região.

Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, João Feracini filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Tupi paulista conta com escolas que atendem a pré escola, o ensino fundamental, a educação especial, a educação de jovens adultos e a creche conveniada. Além de promover “cursos aos Professores da Rede Municipal” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUPI PAULISTA, 2011).

Não houve a possibilidade da secretaria de educação precisar qual data houve a responsabilização das creches no sistema de ensino do município, pelo fato de não haver creche municipal em tupi Paulista, entretanto a coordenadora da educação infantil nos afirmou que entorno de 15 a 16 anos a secretaria de educação destina seus recursos para o convênio com a creche. O que segundo a coordenadora, pode se considerar que a educação na creche conveniada é de responsabilidade da secretaria de educação do município e não da assistência social.

Abaixo encontra-se a evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 55: Matrículas no Ensino Infantil em Tupi Paulista (2000 - 2010)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	94	323	0	30
2001	0	0	122	282	0	24
2002	0	0	188	270	0	34
2003	0	0	182	248	0	45

2004	0	0	219	239	0	40
2005	0	0	243	243	0	33
2006	0	0	91	231	0	103
2007	0	0	102	96	0	84
2008	0	0	91	98	0	87
2009	0	0	127	101	0	95
2010	0	0	192	164	0	18

Fonte: Banco de Dados do GREPPE.

Não há incidência de creche municipal no período. Já a rede privada de creche podemos observar que até 2005 o crescimento era constante, houve um período de oscilações até 2008, quando o crescimento voltou a ser estável, terminando o período com aumento de 104,2%,

A rede municipal de pré-escola manteve um movimento de decréscimo, exceto nos dois últimos anos do período, terminando-o com uma diminuição de 96,9% no número de matrículas. As matrículas na pré-escola privada chega a 2010 com decréscimo de 66,6% em relação a 2000, durante todo o período houve consideráveis aumentos, como em 2006, que sempre voltavam a decrescer posteriormente.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

Tabela 56: Estabelecimentos de educação infantil em Tupi Paulista (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	2	2	0	1
2001	0	0	3	2	0	1
2002	0	0	3	2	0	1
2003	0	0	4	2	0	2
2004	0	0	3	2	0	1
2005	0	0	3	3	0	1
2006	0	0	3	3	0	3

Fonte: Edudatabrasil

Não há estabelecimentos de creche municipal no período, na rede de privada de creche e na rede municipal de pré-escola, houve um aumento de 50% no número de estabelecimentos, o que corresponde para o município um estabelecimento. Já na rede municipal de pré-escola houve o maior aumento entre todas as redes, o aumento corresponde a 200%, ou seja, 2 estabelecimentos.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil.

O convênio.

No município de Tupi Paulista existe duas creches conveniadas com o poder público municipal, ambas de caráter filantrópico, o primeiro convênio foi firmado em 1998. A normatização do convênio é baseado na Legislação sobre convênios, todo ano este convênio é revisto, passa pela câmara municipal e é aprovado novamente.

A justificativa pelo convênio é que no município não existe creche municipal, então para atender a demanda o município necessita continuar com o convênio. Ao ser questionada sobre a construção de creches municipais a responsável da Secretaria Municipal da Educação relatou que até tentou fazer creches municipais, mas houve uma polêmica na cidade, pois os funcionários da creche conveniada perderiam seus empregos, por este motivo houve uma desistência do projeto por parte do poder público municipal.

As creches conveniadas atendem alunos de 0 a 3 anos de idade, estas matrículas constam como privadas filantrópicas no censo escolar.

O valor repassado a os estabelecimentos é de R\$17.000,00 por mês para atender 120 alunos. Este valor não é calculado por quantidade de alunos. Este valor esta passando por reajustes, além deste recurso a instituição promove campanha e faz promoção para captação de mais recursos para a entidade.

Os funcionários, profissionais e prédio de são inteira responsabilidade e pertencentes a instituição. A Secretaria Municipal de Educação somente repassa o valor.

Não existe creche domiciliar no município de Tupi Paulista.

4 ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS

No capítulo em questão analisaremos as tendências demonstradas na caracterização dos municípios. Sendo elas, ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal de ensino, os tipos de instituições privadas conveniadas, ano de início do convênio, a normatização e justificativa pela opção do convênio, o formato dos subsídios públicos, a existência de creche domiciliar no município, as matrículas das creches conveniadas no censo escolar e a evolução das matrículas após a implantação do Fundeb.

4.1 Análise dos dados gerais dos municípios

Quando comparado o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios estudados, em relação ao (IDH) do Estado de São Paulo, que no mesmo período correspondia a 0,814, encontramos que 7,1% dos municípios analisados alcançaram índice superior, o que corresponde a 2 municípios, sendo eles Mirassol e Rosana. A maioria destes municípios pequenos tiveram seu IDH inferior ao do Estado de São Paulo, correspondendo a 92,8%, sendo eles Maracaí, Martinópolis, Monte Alto, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã, Pariquera-Açu, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pedreira, Pilar do Sul, Piraju, Pirajuí, Pirapora do Bom Jesus, Piratininga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rancharia, Santa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rosa de Viterbo, Santo Anastácio, São Bento do Sapucaí, Taquarituba e Tupi Paulista.

Lembramos que a base utilizada para esta análise foi o IBGE de 2000.

Em relação ao Produto Interno Bruto – PIB - *per capita* a preços correntes, o município que se destaca com o maior PIB é Rosana, com um valor de R\$35.602,93. Já o município com o menor índice em relação aos outros municípios estudados foi Pacaembu, com um valor equivalente a R\$6.850,50. O PIB *per capita* do município de Rosana é aproximadamente cinco vezes superior ao do município de Pacaembu, o que indica uma grande lacuna entre os municípios, sendo a diferença de desenvolvimento substancial entre os municípios com maior e o menor valor do PIB *per capita*.

4.2 Ano de integração das creches ao sistema municipal de ensino.

Antes de 1996, a faixa etária de 0 a 3 anos esteve ligada a assistência social, assim como retrata Guimarães e Pinto “ a faixa etária mais jovem (0 a 3 anos) sempre esteve mais afeta às áreas de assistência e promoção social, com uma característica mais assistencial e de guarda das crianças, com cuidados físicos, de saúde e de alimentação.” (2001, p.93)

Em 1996, com a criação da LDB, houve um expressivo ganho para as crianças de 0 a 3 anos. A LDB consagra a Educação Infantil, como a primeira etapa da educação básica do país. Demonstrado no “Art. 21º. A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.” (BRASIL, 1996)

A Educação Infantil foi designada prioritariamente para as mãos da esfera municipal. Como consta no “Art. 11º. Os municípios incumbir-se-ão de: V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas(...)” (BRASIL, 1996)

No gráfico a seguir é possível observar a condição das creches nos municípios estudados do estado de São Paulo.

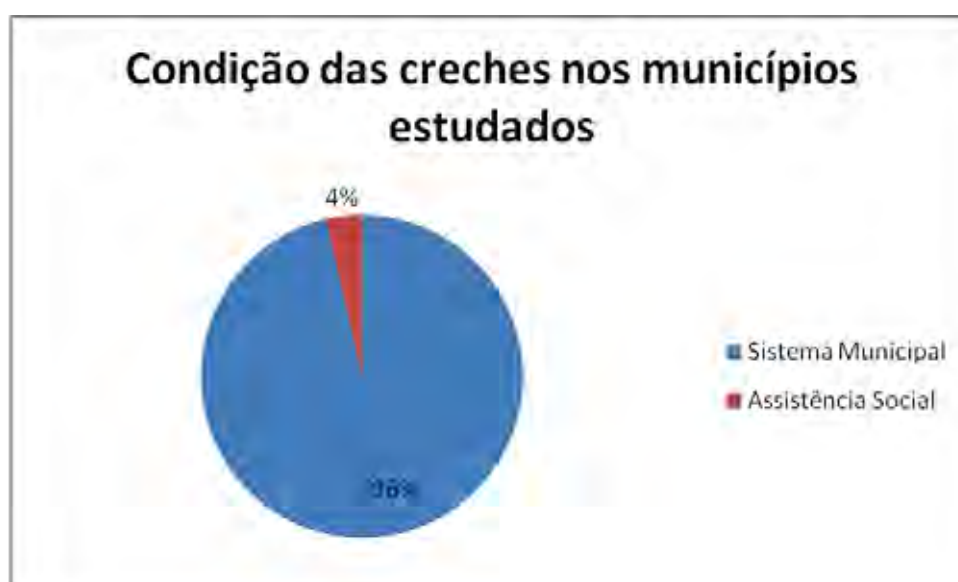


Gráfico1: Condição das creches nos municípios estudados.

Observa-se que 96% dos municípios estudados absorveram a educação infantil

para o sistema municipal de ensino, sendo que 4% dos municípios ainda mantêm esta etapa de ensino na responsabilidade da Assistência Social. Nos municípios que a educação infantil ainda permanece na responsabilidade da Assistência Social, os convênios são firmados entre a instituição que oferece a vaga e o Departamento de Assistência/Promoção Social, com amparo de todo poder público municipal. Da mesma forma que nos municípios que a educação de 0 a 3 anos, é parte integrante do Sistema Educacional Municipal, os convênios são firmados entre a instituição e a Secretaria da Educação, com auxílio de todo poder público municipal.

O fato da educação infantil ainda permanecer sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Social/Promoção Social, descumpre o artigo 89º da LDB, onde determina que até o ano de 1999, todas as creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos) fossem integradas ao sistema de ensino. No artigo 89º pode-se ler:

Art. 89º. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996).

O gráfico demonstra que nos municípios estudados não há creches no sistema de ensino estadual ou federal, somente o município atende os alunos desta faixa etária em seu sistema de ensino.

Para um melhor detalhamento deste fenômeno, o próximo gráfico expõe o ano de integração das creches ao sistema de ensino municipal.



Gráfico 2: Ano de integração das creches ao sistema de ensino

No gráfico 2 podemos notar que, segundo os Dirigentes Municipais da Secretaria de Educação, 26% dos municípios integraram suas creches ao sistema de ensino antes entrar em vigor a determinação implementada pela LDB, em 1996. Em 1997, 4% foram integradas, assim como em 1998, obteve-se um índice de 7%, e em 1999, a integração foi de 11%. Quando em 1999 termina o prazo para que todas as creches tivessem sido integradas ao sistema de ensino, na verdade somente 22% haviam sido agregadas nos 3 anos estabelecidos, se contarmos com os municípios que já haviam integrado antes da LDB, não chegaremos a metade dos municípios.

Continuando, em 2000 houve uma integração de 7%, em 2001, 11%, de 2002 até 2005 nenhum município integrou suas creches ao sistema de ensino municipal. Em 2006, assim como em 2007, houve 7% de integração, e de 2008 a 2011, 15% dos municípios associou suas creches ao sistema municipal de ensino. Outros 4% não souberam informar o ano que este fato ocorreu no município.

O dados demonstrado no gráfico 2, apontam para a dificuldade que os municípios de 10.001 a 50.000 habitantes tiveram para cumprir em um prazo de 3 anos, estabelecido pela LDB, a integração total das creches no sistema de ensino municipal, sendo que depois do prazo estabelecido o número de municípios que integraram seus estabelecimento foi contínuo. O cumprimento desta legislação não foi plena até o presente ano, faltando 4% - conforme o gráfico 1 - dos municípios integrarem seus estabelecimento que atendem crianças de 0 a 3 anos ao sistema de ensino municipal.

4.3 Análise do ano de início das parcerias/convênios

O próximo gráfico foi elaborado com o objetivo de análise comparativa, do ano de início da realização da parceria firmada entre o poder público municipal e as instituições privadas, de caráter filantrópico e ONG.

O gráfico foi organizado por períodos marcados pelo Fundef e Fundeb.



Gráfico 3: Ano de início da parceria.

Conforme o gráfico pode-se constatar que 32% dos municípios estudados firmaram esta modalidade de parceria, antes de 1996, ou seja, antes que o Fundef entrasse em vigor em nosso país. Fato este que evidencia que muitos destes convênios estão relacionados com um histórico de parcerias realizadas entre o poder público e instituições privadas para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos.

Barreto traz o exemplo do Projeto Casulo, que teve grande expansão nos anos de 1980, projeto elaborado pelo Governo Federal, que era “operacionalizado por meio de convênios com instituições privadas” (2003, s/p). Campos, Füllgraf, Wiggers, revelam que na década de 80 e 90 houve uma grande movimentação social, em torno da conquista de atendimento para a faixa etária de 0 a 3 anos, nesta época a “ampliação de atendimento em creches deu-se principalmente por meio do repasse de recursos públicos a entidade filantrópicas e/ou comunitárias” (2006, p.89)

No período de vigência do Fundef (1997 – 2007) há uma incidência de 39% dos municípios em relação ao início do convênio. Lembramos que o Fundef priorizou a destinação dos recursos para o financiamento de Ensino Fundamental, e desencadeou um processo de municipalização, deixando a mercê o atendimento do Ensino Infantil.

Do cenário político nacional para as proposições no âmbito do Estado de São Paulo, verifica-se também como fator a estimular as parcerias, o processo de municipalização do ensino fundamental e a implantação do Fundef, que levou a uma ampliação das responsabilidades municipais em um cenário, muitas vezes, de precariedade técnica, administrativa e financeira. (ADRIÃO, GARCIA, BORGHI, ARELARO, 2010, p. 12)

A responsabilidade por este nível de ensino pertence aos municípios, que tem a obrigação de atender os alunos de 0 a 6 anos, mas possuem recursos limitados para este fim, buscando muitas vezes subterfúgios menos onerosos à administração pública. Para dar conta das exigências e manter todas as etapas da educação sob sua responsabilidade, os convênios e parcerias com instituições privadas consolidam-se fortemente no âmbito municipal. (BORGHI, 2009)

Do total analisado, 7% dos convênios foram firmados desde que o Fundeb entrou em vigor, o que corresponde a 2 municípios no prazo de 2007 a 2009, pois o banco de dados utilizado na pesquisa foi atualizado em 2009, o que não nos permite afirmar que em 2010 e 2011 outros municípios firmaram novos convênios. Este fato demonstra que o Fundeb não teve a função de estagnar o crescimento do número de parcerias, permitindo em sua legislação que seja possível continuar com os convênios já existentes e ainda firmar outros, designando recursos do Fundo para instituições privadas sem fins lucrativos, mas pelo contrário, o Fundeb incentivou a política de convênios existente.

Os 22% dos municípios restantes, não souberam informar o ano preciso do início da parceria. Salientamos para o fato que de 2007 a 2010, 4 municípios romperam os convênios existentes no município com instituições privadas para a oferta de vagas na educação infantil.

4.4 Análise das creches domiciliares

O discurso sobre creche domiciliares não é recente. Em 1986, Rosemberg, já tratava sobre o tema, que mesmo nesta época não era um discurso novo e nem era utilizado somente no Brasil. Rosemberg, (1986) define creche domiciliar como uma mãe que em sua própria casa, cuida de outras crianças para que seus pais possam trabalhar. Estas mães eram pagas pela própria família da criança, e posteriormente passou a receber recursos também do poder público, que para ofertar vagas para crianças de 0 a 6 anos de forma rápida, “com baixo custo, baixa tecnologia e participação da comunidade” (ROSEMBERG, 1986, p. 73), utilizou as creches domiciliares como alternativa.

Nos municípios estudados nesta pesquisa não há incidência de creches

domiciliares. Mas podemos observar no cenário atual pesquisas como a de Campos, Füllgraf, Wigger, (2009) que apontam para a existência de municípios, que continuam com o atendimento em creches domiciliares.

Nesta pesquisa há um apanhado de outros estudos sobre creches domiciliares conveniadas com o poder público. Nestas casas de família, utilizadas para cuidar de crianças pequenas, é possível encontrar, segundo os estudos destacados na pesquisa citada, a falta de formação para os profissionais que trabalhavam com as crianças e quando era oferecido esta formação, havia uma relação de “poder entre as mães crecheiras e o órgão responsável pelos convênios” (s/p), treinamento este que não fornecia a clareza necessária, para que as mães crecheiras entendessem seu papel, que vai além do cuidar. Por fim a atenção é voltada para a segurança, higiene e alimentação das crianças, deixando o desenvolvimento infantil por parte da própria criança. (CAMPOS, FÜLLGRAF, WIGGER, 2009). Ou seja, abdicando a criança de seu direito à educação, que vai além do cuidar.

4.5 Análise das matrículas no censo escolar.

No gráfico a seguir, é demonstrado o como os municípios estudados, vêm caracterizando suas matrículas conveniadas no censo escolar. Os dados foram recolhidos a partir de contato telefônico com os Dirigentes das Secretárias Municipais de Educação local, correspondente ao ano de 2011.



Gráfico 4: Matrículas no censo escolar.

O gráfico nos permite afirmar que 48% dos municípios estudados cadastram os alunos que frequentam as instituições convênidas, como aluno de creche privada do município. Já 41% dos municípios estudados cadastram os alunos da creche privada convênida com o poder público, no censo escolar, como vagas públicas.

Dos 7%, ou seja, 2 municípios, demarcados como outros no gráfico, 1 somente repassa alimentação à instituição privada, desta forma não interfere no cadastramento do censo escolar, e o outro município restante, não cadastra no censo escolar os alunos atendidos pela instituição convênida.

Por fim 4% dos municípios não souberam informar como é feito o cadastramento dos alunos, matriculados na instituição privada convênida com o poder público, no censo escolar.

Na pesquisa realizado por Domiciano (2009), é constatado o fato do poder municipal utilizar de subterfúgios para receber recursos do Fundeb, para matrículas em creche convênida com fins lucrativos. Para atingir este objetivo o poder público municipal cadastrou suas matrículas convênidas como matrículas em instituições públicas, no censo escolar. Fato este que dá direito ao recebimento de financiamento do Fundeb ao município referente a estas matrículas.

O mesmo fato é possível percebermos nesta pesquisa. Quando constatamos que 41% dos municípios cadastram suas matrículas em estabelecimentos privados sem fins lucrativos, como vagas públicas, sendo que as instituições privadas sem fins lucrativos possuem um valor de ponderação inferior ao valor referente a creche pública de atendimento direto. Sendo o fator de ponderação estabelecido em 2009

I - creche em tempo integral:
a) pública: 1,10;
b) convênida: 0,95;
(BRASIL, 2009, p.22)

Desta forma podemos caracterizar as matrículas em instituições convênidas sem fins lucrativos, cadastradas no censo escolar como matrículas em instituições públicas diretas, como uma forma dos municípios arrecadarem um valor superior do Fundeb.

Lembramos ainda que como em 2011, foi proibido que recursos do Fundeb fossem repassados para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, para oferta de vagas para alunos em pré-escolas. Com o cadastramento no censo escolar destas instituições privadas sem fins lucrativos, como matrículas pública, os alunos da pré-escola conveniada, cadastrados no censo como matrículas públicas, continuarão sendo contabilizado no repasse do recurso do Fundeb. Assim como constatado na pesquisa de Domiciano “o município encontrou uma estratégia peculiar para captar o *per capita* do Fundo, cadastrar as matrículas das conveniadas na rede pública” (2009, p.110). Estas estratégias causam uma inexatidão no número real de atendimento público e privado nos municípios analisados. (DOMICIANO, 2009, ARELARO, 2008).

4.6 Análise das Matrículas após implantação do Fundeb.

A partir dos dados de matrículas contidos no capítulo anterior, que referem-se as matrículas anuais de cada município, em cada rede de ensino, foi possível elaborar os gráficos a seguir. Estas informações foram recolhidas do Banco de dados do GREEPE, e agora analisaremos se houve crescimento, decréscimo, estabilidade ou oscilações no período que o Fundeb vigorou – 2007 a 2009.

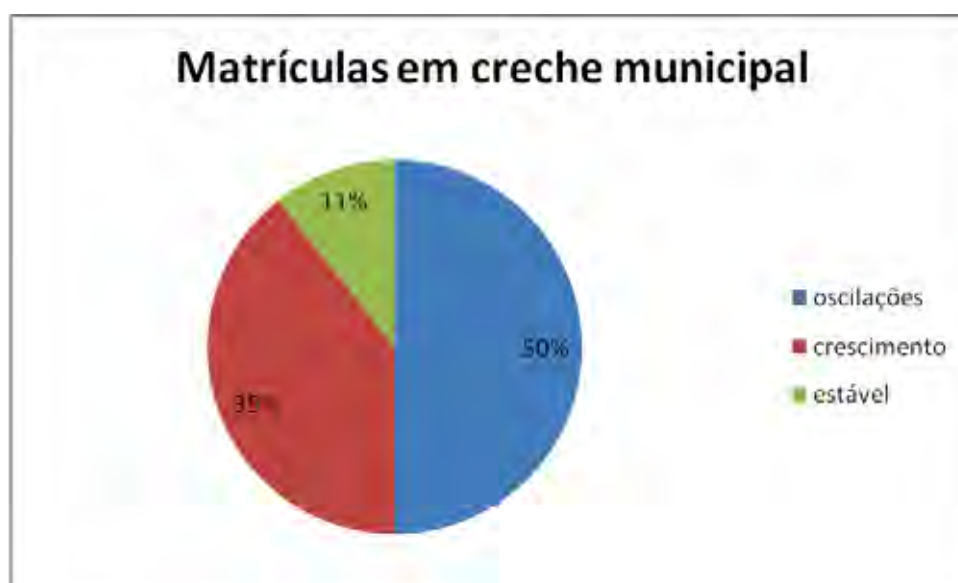


Gráfico 5: Matrículas em creche municipal a partir da implementação do Fundeb

O número de matrículas em creche municipal após a implementação do Fundeb apresentou em 50% dos casos, oscilações, ou seja, houve no período de 2007 a 2010, um aumento, seguido de decréscimo, ou o contrário, um decréscimo no número de matrículas, seguido de crescimento da mesma, caracterizando uma instabilidade constante.

Em 39% dos municípios estudados houve crescimento no número de matrículas, e por fim 11% dos municípios apresentaram uma condição estável no número de matrículas, onde não houve nem aumento nem decréscimo no número de matrículas realizadas nos anos de vigor do Fundeb.

Não houve nenhum caso, onde o número de matrículas decresceu continuamente durante o período analisado.

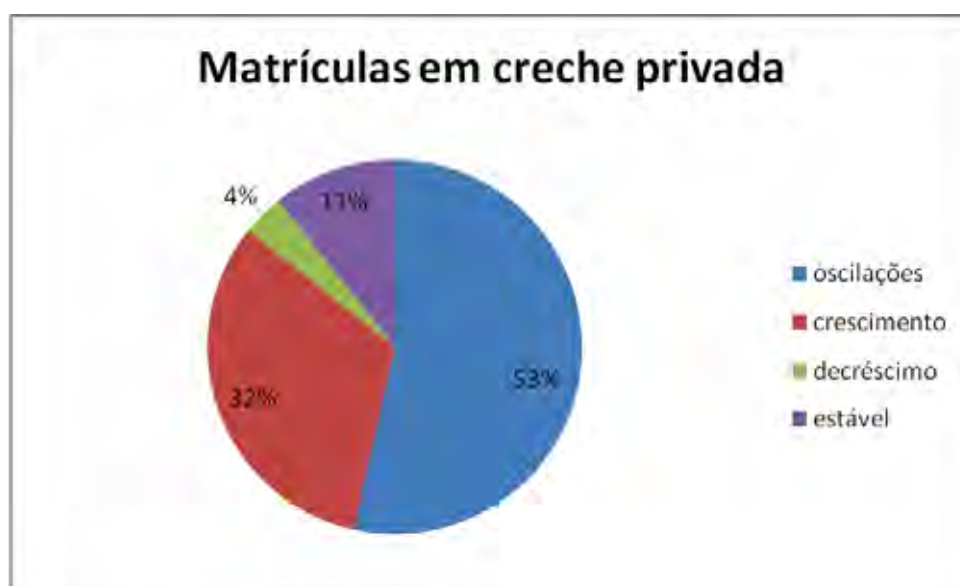


Gráfico 6: Matrículas em creche privada a partir da implementação do Fundeb

Da mesma forma que nas matrículas em creche municipal, o número de oscilações nas matrículas da creche privada é alto. Com mais da metade do índice, as oscilações da creche privada apresenta 53% das matrículas dos municípios de pequeno porte analisados. Lembrando que considerados oscilações, as matrículas que crescem em um ano, para depois decair no outro, ou o contrário, quando em um ano as matrículas decrescem e aumentam no ano seguinte.

Em segundo lugar aparece o crescimento no número de matrículas no período de

vigência do Fundeb, com 32% do índice. Seu oposto, o declínio, aparece somente em 4% dos municípios. Sendo que 11% dos municípios mantêm o número de estável durante o período analisado.



Gráfico 7: Matrículas em pré-escola municipal a partir da implementação do Fundeb

Na pré-escola municipal é ainda maior o percentual de oscilações, ou seja, o índice que cresce em um ano e nos próximos anos decai, da mesma forma acontece o contrário, quando o índice apresenta um declive, crescendo no ano seguinte. As oscilações chegam a 79%, caracterizando um período de grande instabilidade para as matrículas em pré-escola municipal.

Enquanto o número de oscilações é considerável, o número de crescimento é o menor índice indicado na tabela, com apenas 7% da mesma. O decréscimo alcançou 14% do total.



Gráfico 8: Matrículas em pré-escola privada a partir da implementação do Fundeb

Como nos outros gráficos a maior parte das matrículas estão caracterizadas como oscilações, onde há um crescimento em um ano, e decresce no outro, também é possível considerar oscilação, aquele município que apresenta um decréscimo, mas logo em seguida há um aumento no número de matrículas. Sendo que 61% dos municípios enquadram seu número de matrículas nesta caracterização.

O decréscimo constante das matrículas em pré-escola privada, ocorreu em 25% dos municípios, em menor valor podemos observar que 14% dos municípios mantiveram o número de matrículas estável, ou seja, não houve aumento, nem queda no número de matrículas em pré-escola privada durante os anos de vigor do Fundeb.

Com o grande número de municípios que apresentaram oscilações após implementação do Fundeb, não é possível afirmar que o Fundo proporcionou um impacto de crescimento ou decréscimo no número de matrículas nos anos que vigorou, tanto na pré-escola como na creche.

Mas é possível observar que em segundo lugar, os números apresentam que nas creches o crescimento é visível, enquanto na pré-escola o decréscimo se faz mais presente. O que pode ser explicado pelas políticas pública atuais, onde houve a obrigatoriedade da oferta de vagas para alunos de 0 a 3 anos em estabelecimentos credenciados, seja público ou privado. Enquanto na pré-escola há a lei nº 11.114 de 06/11/2005 e Lei nº 11.274, de 6/02/2006 que regulamenta a obrigatoriedade do início da matrícula no ensino fundamental aos 6 anos, o que representa a perda de um ano no

ensino da pré-escola, que a partir de 2005 devem atender os alunos de 4 e 5 anos.

4.7 Análise das Matrículas nas instituições públicas e privadas.

O gráfico a seguir refere-se ao número de matrículas, a considerar a rede (municipal ou privada) que obteve maior número de matrículas durante o período analisado (2000-2010).



Gráfico 9: Número de matrículas em instituições públicas e privadas.

Os dados permitem-nos constatar que durante o período de 2000 a 2010, o número de matrículas na rede municipal em creche manteve-se em maior número - 73% dos municípios - em relação a rede privada.

Entretanto 20% dos municípios mantiveram o número de matrículas na rede privada de ensino, maior que a rede de ensino municipal. Em 3%, ou 1 município oscilou este número, o que representa que em um ano o número de matrículas na rede privada era maior que na rede pública, fato que se inverteu nos próximos anos, quando as matrículas na rede municipal aumentavam, colocando o número de matrículas da rede privada abaixo do número da rede municipal. Em outros 3% dos municípios, ou seja, 1 município o atendimento foi nulo durante todo o período analisado tanto na rede pública quanto na rede privada, ou seja manteve-se estável.

Em relação as matrículas da pré-escola, constatamos que em todo o período

analisado 100% dos municípios apresentam um número maior de matrículas na rede municipal, em comparação a rede privada de ensino.

Analisando este fato historicamente podemos constatar que como dito anteriormente as creches tiveram sua base no assistencialismo e com oferta de vagas em instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais, que posteriormente firmaram convênio com o poder público, mas continuaram a atender o alunos de 0 a 3 anos dentro da esfera privada. Já a pré-escola nasce com vies educacional, o que fez toda diferença no momento do poder público implementar escolas para a educação de 4 a 6 anos dentro do poder público.

Assim como traz Arelaro:

É importante lembrar que, historicamente, a área de Assistência Social exerceu papel de destaque na criação e expansão das creches no Brasil, uma vez que a origem se deu em função da vulnerabilidade das crianças desamparadas ou de famílias pobres, quando a mulher ou a chefe de família precisava trabalhar fora de casa. Esta origem das pré-escolas difere as creches das pré-escolas, estas tradicionalmente originadas da própria área educacional.(ARELARO, 2008, p. 57)

Desta forma enquanto as crianças eram atendidos por instituições privadas do chamado “Terceiro setor”, os pequenos de 4 a 6 anos eram atendidos dentro do poder público. Fato que influencia o atendimento da Educação Infantil nos municípios atualmente, como evidenciado nesta pesquisa.

É obrigatório salientar o fato de que matrículas em instituições privadas convênidas com o poder público, vem sendo cadastradas no censo escolar como matrículas públicas, o que nos remete a uma imprecisão dos dados deste item. Evidenciando que o número de matrículas que deveriam estar vinculadas ao quadro da rede privada de ensino seria maior, e o número de matrículas na rede pública corresponderia a um número menor que o atual demonstrado nas tabelas do capítulo 2.

4.8 Análise da idade dos alunos atendidos nas instituições conveniadas.

No gráfico a seguir é apresentado a idade dos alunos que frequentam as instituições que recebem subvenção pública, nos municípios de pequeno porte estudados.



Gráfico10: Idade dos alunos nas instituições conveniadas

Segundo o gráfico é possível constatar que 50% dos municípios, firmam convênio com instituições sem fins lucrativos, onde seus alunos apresentam idade entre 0 a 3 anos.

Segundo a Lei 11.494/07 que regulamentou o Fundeb, é permitido a distribuição dos recursos do mesmo para a faixa etária de 0 a 3 anos, para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos desde que seja conveniada com o poder público. Da mesma forma que no Art. 8º, § 1º; § 4º, da mesma lei fica permitido somente até o ano de 2010 o computo de recursos do Fundo para a faixa etária de pré-escola.

Como os dados contidos no gráfico se referem ao ano de 2011, os alunos com idade superior a 3 anos não deveriam estar contabilizados como recursos do Fundo. Estes se referem a 7% dos municípios, com instituições conveniadas com alunos com idade de 0 a 4 anos, 14% de alunos com 0 a 5 e 0 a 6 anos e 11% dos municípios que atende alunos de 0 a 14 anos.

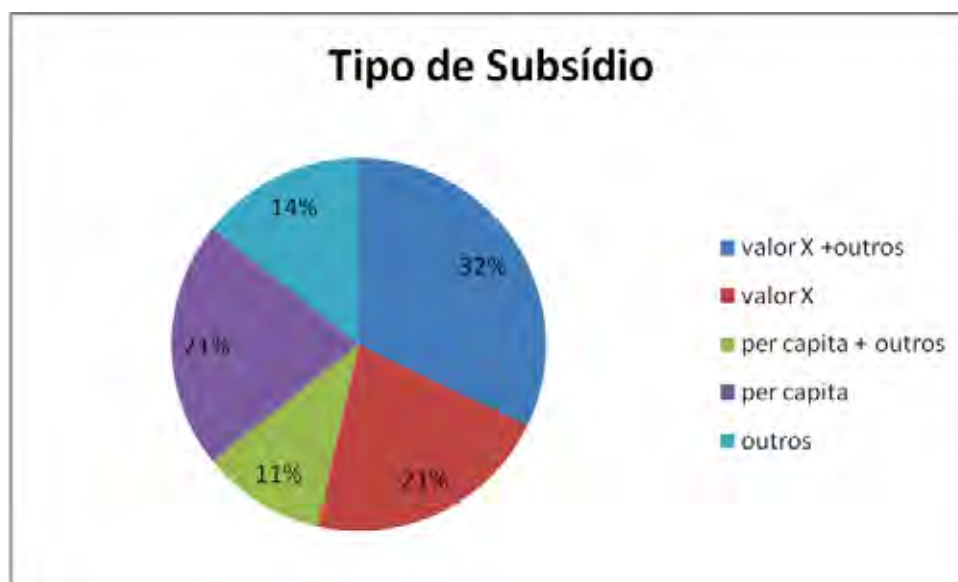
Entretanto é necessário lembrar que o valor de repasse às instituições conveniadas, é em sua maioria um valor fechado, sem calcular valor *per capita* ou levar em consideração a idade dos alunos. Na legislação do Fundeb, não é possível encontrar a recusa do repasse do valor advindo do Fundo para as instituições que atendam alunos de idades superiores a 3 anos, o que a legislação inviabiliza é o cômputo das matrículas de alunos com mais de 3 anos para fins de captação de recursos do Fundeb. Desta

forma não se proíbe que as instituições utilizem o recurso do Fundeb para alunos com idade superior a 3 anos, o que não é admissível é a capitação de recursos do Fundo para estas idades.

4.9 Análise do formato dos subsídios: tipo e valores

Neste trabalho chamamos de subsídio, o mesmo que Adrião, Gracia, Borghi, Arelaro chama de Subvenção pública.

A Subvenção pública a vagas em estabelecimentos privados refere-se neste trabalho à modalidade em que municípios, por meio de convênios de distintos formatos, subvencionam vagas na iniciativa privada, tanto em instituições lucrativas quanto em instituições não lucrativas. (2010, p.04)



No gráfico a seguir é possível observar a disposição do tipo de subsídio dos 28 municípios estudados.

Gráfico 11: Tipo de Subsídio.

Pelo gráfico observa-se que 53% dos municípios repassam um valor fechado à instituição para sua manutenção geral, onde não importa a quantidade de alunos que estejam matriculados na instituição. Destes 53%, 21% dos municípios além de subvencionar um valor estabelecido anualmente, repassam à instituição algum ou alguns outros benefícios, como por exemplo: material pedagógico, alimentação,

material de limpeza, entre outros.

No entanto o documento do MEC, referente as orientações sobre o convênio é estabelecido que o recurso financeiro deverá ser “calculado com base no número de crianças atendidas por instituição, segundo faixa etária e período de atendimento (parcial/integral) com os valores e critérios estabelecidos.”(BRASIL, 2009, p.56). Ou seja, o calculo deveria ser realizado levando em conta um valor *per capita*, o que não é possível constatar na maioria dos municípios.

Em 32% dos municípios, o que representa a minoria, o valor repassado às instituições convênidas com o poder público, é feito com referência *per capita*, ou seja, é repassado um valor estabelecido por números de alunos. Destes 32% que recebem a subvenção com referência *per capita*, 11% ainda recebe outros benefícios advindos do poder público municipal, exemplos assim como citados no parágrafo anterior.

Em outros 14% dos municípios, o convênio já deixou de existir e os Dirigentes da Secretária de Educação Municipal não souberam informar como era feito este repasse, além de em um município o convênio somente se estabelecer pelo auxílio de uma empresa privada na construção do prédio que abrigaria a educação infantil, prédio este que atualmente foi doado ao município.

Na tabela a seguir é possível observar detalhadamente o tipo de subsídios e o valor repassado em dinheiro para as instituições conveniadas com o poder público.

Tabela 57: Tipo de subsídio e valor repassado em dinheiro à instituição

Municípios	Tipo de subsidio	Valor repassado em dinheiro à instituição
Maracaí	Valor X	R\$ 53.000,00 anual
Martinópolis	Valor X	R\$ 423.902,79 anual
Mirassol	<i>Per capita</i> + funcionários e profissionais + alimentação + material pedagógico + brinquedos	R\$100,00 mensal
Monte Alto	Não informado	Não informado
Osvaldo Cruz	Valor X	R\$10.8624,9 anual
Pacaembu	<i>Per capita</i>	R\$ 259,46 mensal
Parapuã	Não informado	Não informado
Pariquera-Açu	Valor X + professores	Não informado
Patrocínio Paulista	Valor X + alimentação + estagiários	R\$ 280.000,00 anual

	+ funcionários + material pedagógico	
Pedregulho	Valor X + alimentação + professores + funcionários + material pedagógico	1ª instituição R\$25.000,00 anual 2ª instituição R\$12.000,00 anual
Pedreira	<i>Per capita</i> + professores	R\$ 265,00 mensal
Pilar do Sul	Valor X + professores + secretários + fralda + material pedagógico + manutenção	R\$16.666,0 anual
Piraju	<i>Per capita</i>	Valor do Fundeb
Pirajuí	Alimentação	Não informado
Pirapora do Bom Jesus	-	-
Piratininga	Valor X + reforma anual	R\$300.000,00 anual
Pitangueiras	Valor X + material pedagógico + material de limpeza e higiene + alimentação	R\$111.205,50 anual
Porto Ferreira	<i>Per capita</i>	Valor do Fundeb
Rancharia	Valor X	R\$140.000,00 anual
Rosana	<i>Per capita</i> + alimentação	Parcial: R\$1300,00 anual integral: R\$1916,94 anual Alimentação: R\$0,86
Santa Branca	Valor X + profissionais + funcionários + alimentação	Não informado
Santa Cruz das Palmeiras	<i>Per capita</i>	R\$224,00 por mês
Santa Cruz do Rio Pardo	Valor X + alimentação + alguns funcionários + todos os professores	1ª instituição R\$6.700,89 mensal, e 2ª instituição R\$11.000,00 mensal.
Santa Rosa de Viterbo	Valor X	R\$162.000,00 anual
Santo Anastácio	<i>Per capita</i> + material pedagógico + alimentação pronta	R\$114,15 mensal
São Bento do Sapucaí	Valor X + 3 professores + 3 funcionário	R\$33.000,00 anual
Taquarituba	<i>Per capita</i>	Valor do Fundeb
Tupi Paulista	Valor X	R\$17.000,00 anual

Fonte: COSTA, B. A.

- o convênio era estabelecido por intermédio do auxílio do Banco Real, na construção do prédio em que a instituição funcionava até 2007, o prédio foi doado à prefeitura, o que caracteriza o término do convênio.
- valores referentes ao ano de 2011.

Os dados apresentados na Tabela: Tipo de subsídio e valor repassado em dinheiro à instituição, assim como no gráfico: Tipo de Subsídio, mostram que a tendência observada no conjunto dos municípios estudados no que se refere ao formato do subsídio é o valor fechado, geral, no qual o poder público local repassa as instituições sem levar em conta a quantidade de alunos matriculados no estabelecimento. A subvenção é utilizada para a manutenção geral da instituição, sendo que alguns casos, o público atendido não se resume somente a alunos de 0 a 3 anos como descrito na legislação.

Em muitos municípios é repassado à instituição além do recurso financeiro, outros itens já previstos no documento do Mec, em relação as orientações sobre o convênio, assim descrito como incumbência do poder público “acompanhar, assessorar e supervisionar as ações pedagógicas, assim como incluir as instituições conveniadas nos programas e projetos da Prefeitura (alimentação, saúde, material pedagógico, formação continuada dos professores)” (BRASIL, 2009, p. 28)

Quando nos referimos ao valor do repasse como valor do Fundeb, estamos transmitindo o que o responsável pela Secretária da Educação Municipal nos informou no momento das questões. Segundo a Portaria Interministerial nº 477, de 28 de abril de 2011, o valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para o ano de 2011 é de R\$2.904,41, para creches conveniadas integrais e de R\$2.112,30 para creches conveniadas parciais.

4.9 Análise das justificativas municipais

Em alusão as justificativas municipais pela opção do convênio, houve mais de uma justificativa, relatada pelo responsável da Secretaria de Educação Municipal que nos forneceu as informações necessárias. No gráfico a seguir apresentamos as justificativas mais comuns entre os municípios.



Gráfico 12: Justificativa pela opção do convênio.

Atender a demanda municipal, em relação a procura por vagas em creches , fez parte de 35% das respostas obtidas, sendo a que mais apareceu entre todas as outras justificativas. A segunda justificativa mais usada foi “ajuda financeira” a instituição, que sem o auxílio do município, não teria condições de se manter funcionando, somente com o recursos obtido através de campanhas. Em terceiro lugar houve um empate, com 14% das justificativas temos a “continuidade do convênio já existente” no município, que anteriormente era realizado com a Assistencia Social/Promoção Social e posteriormente quando houve a migração da responsabilidade pela educação infantil da Assistencia Social para a Educação, o convênio com a instituição somente foi mantido pela Secretaria da Educação, juntamente no terceiro lugar há a “falta de infraestrutura” necessária no município para atender o público da Educação Infantil. Outros 9% dos municípios não souberam informar a justificativa pela opção do convênio, por não existir mais o convênio no município ou por que o convênio foi firmado a muitos anos e como a administração municipal modou, não houve acesso a esta justificativa. Observa-se também 7% de “outros”, que correspondem aquelas justificativas que apareceram somente uma vez, são elas, “a legislação autoriza”, “atendimento fácil para o município” e “bom atendimento”

Nos municípios pequenos, de 10.001 a 50.000 habitantes, estudados o viés de auxílio as instituições sem fins lucrativos consomem uma grande parcela das justificativas dos convênios. “Ajuda financeira e continuidade do convênio já existente”

somam juntas 35% do total. Dar evidencia(procurar mais referencia)

No que se refere ao “atendimento fácil para o município” e “a legislação autoriza”, Arelaro indica que

É difícil imaginar que, com todas as facilidades que a regulamentação do Fundeb concedeu às relações público-privado na educação, as esferas públicas empenhem-se para contruir alternativas de atendimento diferentes das que se vêm consagrando como as mais ágeis e viáveis para o atendimento, em especial o emergencial, das crianças pequenas (ARELARO, 2008, p.61)

Em referência a preocupação municipal, com a qualidade dos serviços prestados pela instituição conveniada. Podemos observar que apenas um município argumentou sobre suas justificativas pela opção do convênio, voltada para a qualidade do ensino.

Nos discursos em geral, quando realizado o contato telefônico para a obtenção de informações, raramente ouve-se dos municípios algo referente ao atendimento nas creches conveniadas com preocupação em relação a qualidade. No município de Martinópolis constatamos que a instituição conveniada é responsável pelas “necessidades, características de desenvolvimento e aprendizagem das crianças”, no município de Piraju podemos averiguar que “A Secretaria da Educação exige que a creche conveniada siga as mesmas normas das creches municipais, como por exemplo, professores com formação mínima na creche, número de alunos por sala, entre outras normas.” No restante dos municípios não é possível verificar discursos em relação a preocupação com a qualidade do serviço prestado pela entidade conveniada. Assim como relata Gouveia.

Na literatura recente ou nas experiências divulgadas, não foram encontrados argumentos quanto à pertinência da realização de convênios por razões pedagógicas ou de estratégia de autogestão comunitária, argumentos esses que poderiam aproximar-se de teses desestatizantes à esquerda. (GOUVEIA, 2009, p. 46)

Arelaro se refere a preocupação com a qualidade e a com o atendimento da demanda na educação infantil da seguinte forma:

É verdade que a lei estabelece que tais instituições deverão “atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, e obrigatoriamente, ter aprovado seus projetos pedagógicos (BRASIL, 2007^a, art15, inciso IV); porém, os próprios dirigentes municipais de educação admitem que esta exigência, ainda que meritória, é inócua, pois os municípios só estabelecem essa parceria por não disporem de vagas em seu estabelecimento. (ARELARO, 2008, p. 62)

Em consonância ao relatado por Arelaro, ainda podemos observar pelo gráfico desta pesquisa, que o primeiro lugar nas justificativas dos dirigentes municipais das Secretarias de Educação, é o convênio realizado para atender a “demanda” existente no município, que a rede municipal não consegue suprir. Exemplos como a de Oliveira, 2010 e Domiciano, 2009, demonstram a mesma justificativa para a opção da realização do convênio, confirmando este fator nos convênios realizados no estado de São Paulo para oferta de vagas na educação em creches.

Em contraposição a justificativa neoliberal utilizada para justificar a opção pelo convênio, vemos que os municípios não utilizam as creches conveniadas como formas de educação flexível, competitiva, de maior eficiência, de menor custo e maior participação e controle social, que levaria segundo a corrente neoliberal a um atendimento de qualidade. Na realidade os municípios não estão utilizando a qualidade como fator principal pela opção do convênio

Em alguns municípios, podemos observar o discurso de caráter positivo em relação ao fato de que as instituições sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, têm a possibilidade de além de receber auxílio financeiro do poder público, é possível realizar campanhas para arrecadação de recursos do poder privado. Podemos constatar este discurso no município de Pedregulho, onde o prédio, funcionários, materiais, e tudo mais que a creche necessita para sua manutenção é de fornecido pelo município, a justificativa por mantê-la como instituição filantrópica é que a sendo é possível outras formas de arrecadação de recursos; Pirapora do Bom Jesus que recebeu ajuda de um Banco para a construção de uma prédio que abrigaria uma creche; Tupi Paulista, que além do recurso municipal, a instituição, promove campanha e faz promoção para captação de mais recursos para a entidade.

Em outros municípios o discurso tem caráter negativo a referir-se ao valor repassado pelo município não ser suficientes para as despesas da instituição, por este motivo é necessário que se busque outras formas de captação de recursos como campanhas.

Sabendo, como salientado anteriormente neste trabalho, que o valor repassado as instituições públicas não é suficiente para suprir as necessidades que a educação infantil demanda para uma efetiva qualidade, o repassado as instituições conveniadas, segundo o Fundeb, será ainda menor que o das instituições públicas. (BRASIL, 2009) O PDRAE já relata sobre a necessidade de instituições conveniadas como estas, contar

com parte do recurso do poder público, mas contribuir com a parte restante decorrente de comunidade solidária. (PDRAE, 1995)

Em municípios como Rosana e Piratininga, a vaga em instituições convênidas somente é fornecida se a mãe do aluno estiver trabalhando, quando a mãe perde o emprego seu filho perde automaticamente a matrícula no estabelecimento. No próprio documento espedido pelo Ministério da Educação, sobre as orientações para a realização de convênios, caracteriza que a educação infantil é um direito da criança e da família (BRASIL, 1988, art. 208, inciso IV), sendo dever prioritariamente do município com auxílio do Estado, União e Distrito federal (BRASIL, 1996, Art. 11, Inciso V) e “não está atrelada à situação trabalhista dos pais” (BRASIL, 2009, p.11).

4.10 Convênio: instrumento legal que regula as parcerias

A presença do setor privado na oferta de educação infantil no Brasil, por intermédio de convênios/parcerias com o poder público não é recente. Esta alternativa de atendimento já vem sendo realizada há muito tempo, bem antes de a educação infantil tornar-se a primeira etapa da Educação Básica. Para Borghi, Adrião e Arelaro, (2009) o Estado tem um papel, desde sempre, como indutor da propagação desta modalidade de convênios entre o público e o privado.

O termo Parceria adotado nesta pesquisa é similar ao que Bezerra (2008) cita:

A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade. (p. 62-63)

Montaño traz ainda uma definição para o termo parceria, que se mostra além da legislação

Assim sendo, a chamada “parceria” não é outra coisa senão *o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas*, substituindo o movimento social pela ONG. E essa verdadeira transformação de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislação (leis como do “voluntariado” do “terceiro setor”, das “Oscip”, das “parcerias) e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado “terceiro setor” e da ilusão do seu serviço.(2005, p. 146)

Tais convênios/parcerias, tradicionalmente são realizados com instituições privadas sem fins lucrativos, como é o caso constatado nesta pesquisa, em que todos os

28 municípios firmam ou firmaram convênio com entidade desta modalidade. Chamado atualmente de setor “público não-estatal”. A terminologia “público não-estatal”, foi utilizada por Bresser Pereira, na época Ministro da Administração e Reforma do Estado, que elaborou o PDRAE, definindo o “público não-estatal” da seguinte forma:

“São organizações ou formas de controle ‘públicas’ porque voltadas ao interesse geral; são ‘não-estatais’ porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais.” (BRASIL, 1999, p. 16-17)

Ao ser escrito o PDRAE, tinha-se como pressuposto a crise do Estado, que deveria se superada através de instrumentos como a privatização, a terceirização e a publicização de serviços prestados pelo Estado, instrumentos estes que levariam a reforma do estado e a superação da crise.

No âmbito da educação o instrumento utilizado seria a publicização, assim definida no Plano:

a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização”. (BRASIL, 1995, p. 13)

Para Montañó (2005), o termo publicização nada mais é que uma privatização do ensino. Para Di Pietro (2005), esta privatização atende as necessidades do Estado, referente a sua precisão em lançar mão de aparelhos que diminuam sua atuação administrativa e seu quadro de pessoal.

Os municípios de Maracá, Martinópolis, Mirassol, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pedreira, Pilar do Sul, Piratininga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rancharia, Rosana, Santa Cruz do Rio Pardo, São Bento do Sapucaí, Taquarituba e Tupi Paulista, a normatização da parceria público-privada é feito através de um convênio, entre a entidade e o poder público municipal.

Nos municípios de Parapuã, Pariqueira-Açu, Pirapora do Bom Jesus, Santa Branca e Santo Anastácio, não existe mais parceria e o município não soube informar a normatização da parceria, exceto o município de Parapuã que declarou firmar um contrato de subvenção, e Santo Anastácio que firmava a parceria por intermédio de um convênio. O município de Piraju declarou firmar um “convênio de chamamento público” sendo que convênio é a forma de normatização da parceria, e para firmar este

convênio foi aberto um edital de chamamento público, onde instituições que se interessem por atender crianças em idade de educação infantil, inscrever-se-ão e serão selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos. (BRASIL, 2009)

O convênio firmado entre o município e as instituições para oferta de educação infantil, é descrito no documento do Ministério da Educação, sobre as orientações sobre convênios, a partir das palavras de Di Pietro, onde convênio é uma “forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração” (2000, p. 284).

Na legislação vigente tem-se o decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 define:

Convênio – acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência dos recursos financeiros de dotação consignadas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração público estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (BRASIL, 2007, Art. 1º)

No caso do convênio tratado neste trabalho, o interesse comum entre a administração pública e as instituições conveniadas, é o atendimento à primeira etapa da Educação Básica no Brasil, a educação infantil.

O convênio com a instituição que oferta vagas na educação infantil, pode ser encerrado a qualquer momento, ou mesmo o recursos a serem repassados à instituição podem ser retidos pelo poder público, até que seja sanada as irregularidades ocorrentes descritas na Lei Federal 8.666, de 1993.

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno. (BRASIL, 1993, Art. 116, § 4º)

Tendo em vista as considerações feitas a respeito do termo convênio. Vale ressaltar que os municípios restantes declararam a partir de contatos telefônicos, que a normatização da parceria firmada entre o poder público municipal e o poder privado para a oferta de vagas em creche é um contrato. Sendo que no município de Pirajuí, a normatização é o contrato, nos municípios de Pariquera-Açu e Pedreira, a normatização é um Contrato de Subvenção, no município de Monte Alto a normatização é realizada a partir de um Contrato de Responsabilidade Pública e Patrocínio Paulista através de um Contrato de Subvenção Social.

Evidenciando que em alguns municípios esta sendo firmado Parcerias Público-Privada de forma a contrariar o documento do MEC, sobre as orientações para realização de convênios, onde não é caracterizado nenhuma normatização de Parceria referindo-se a um Contrato, mas sempre a um Convênio onde as duas partes devem trabalhar juntos, a fim de um só objetivo, o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em um sistema educacional de qualidade.

Silveira (2009) trata da diferencia entre contrato de convênio, de acordo com a legislação:

Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades de administração federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares, poderão ser executados sob regime de mútua cooperação, mediante convênio, acordo ou ajuste.

Quando os participantes tenham interesses diversos e opostos, isto é, quando se desejar, de um lado, o objeto do acordo ou ajuste, e de outro lado a contraprestação correspondente, ou seja, o preço, o acordo ou ajuste constitui contrato. (Decreto 93.872/1986, art. 48, § 1º apud Silveira, 2009, p.155).

Desta forma ressaltamos que entendemos contrato assim como Domiciano (2009) “os convênios se diferenciam dos contratos no que diz respeito aos interesses. No primeiro os interesses são comuns, no segundo, são contraditórios.” (p.91)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nos séculos passados (antes de XVII), constatamos a ausência de sentimento em relação a infância, onde a criança era vista como um mini adulto, que não era, e sim “viria a ser”. Após o século XVII a família começa a ser um lugar de afeto entre pais e filhos (ARIÈS,1981). Em um segundo momento podemos perceber a infância assumindo caráter higienista, faltando interesse da Administração Pública pelas condições da criança, em especial da criança pobre, ações começam a ser desenvolvidas por grupos particulares

O atendimento ofertado pela sociedade às crianças que freqüentam as creches filantrópicas, assistencialista, era uma proposta de baixa qualidade, para as crianças pobres, era uma educação para a submissão, ou seja, “uma educação mais moral que intelectual” (KUHLMANN, 1998, p.183). As creches representavam os saberes jurídico, médico e religioso.

A realidade social estava em transformação, a mulher da classe baixa que destinava seu tempo anteriormente a prole, começa a pertencer as relações de produção, deixando seus filhos aos cuidados de instituições. Kuhlmann (1998) ressalta que não era o Estado responsável pelo atendimento em creches e jardins de infância, este era derivado de diferentes setores da sociedade. Kramer (1995) analisa que até 1920 o Estado encontra-se praticamente inoperante em relação a assistência à infância.

Foi só no século XX que o Estado começa a se responsabilizar em descrições nas legislações pela assistência à infância, reforçamos que as legislações quando se referem a infância, mencionam somente à assistência e o amparo, deixando até a Constituição Federal de 1988, a infância longe da área educacional.

O movimento pela conquista da educação infantil em ambiente escolar começa a ganhar força e cada vez mais colaboradores, no final da década de 70 e início da década de 80. A luta foi intensa até que seu objetivo foi alcançada com a Constituição Federal aprovada em 5 de outubro de 1988, dando o direito à criança de 0 a 6 anos à educação infantil.

Após o direito à educação infantil adquirido na Constituição Federal de 1988, temos a LDB, aprovada em 1996, que reconheceu-se a educação infantil como primeira

etapa da educação básica, sendo a mesma dividida em creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos⁷. Outra medida da LDB em relação à educação infantil foi o estabelecimento de que as creches fossem integradas aos sistemas de ensino. A partir de então ficou-se mais evidente a responsabilidade do setor público com o atendimento dessa faixa etária. Quanto à integração das creches ao sistema de ensino, observou-se que nos municípios analisados 96% dos municípios têm as creches integradas aos sistemas de ensino, mas após dez anos do prazo dado pela LDB/96 para integração encontramos município em que as creches estão sob responsabilidade da área de assistência social.

Com a inclusão da educação infantil ao sistema de ensino escolar, os cursos de formação de professores tiveram a obrigação de formar seus profissionais, também para atuar com esta faixa etária.

Ainda na LDB podemos observar que no artigo 3º diz-se que o ensino será ministrado baseado, entre outros pela “garantia do padrão de qualidade” (BRASIL, 1996, ART.3º, INCISO IX). O que demonstra que, além da oferta de vagas na educação infantil, a qualidade também deve ser assegurada.

Vale lembrar que uma boa educação tem um custo e que ele não é baixo, logo, discutir condições dignas de ensino na educação nos leva automaticamente a discutir recursos para a educação de básica (GUIMARÃES, PINTO, 2001).

Para amenizar o problema do financiamento imediato, muitos municípios com apoio de normatizações, continuaram a utilizar parcerias⁸ com o poder privado, com o objetivo de atender o maior número de alunos possível em um curto período de tempo e com baixo custo. Utilizamos o verbo “continuar” ao invés de “iniciar” na frase anterior, pois parcerias entre o poder público e instituições/entidade privadas, seja ela filantrópica, confessional ou comunitária, já eram utilizadas antes da educação infantil tornar-se responsabilidade do sistema educacional, “tais instituições recebem subsídios

⁷ Com a Lei nº 11.114 de 16/05/2005, alterando os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, juntamente com a Lei nº 11.274, de 6/02/2006 alterando os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta que a pré-escola, deve atender os alunos de 4 e 5 anos e não mais os alunos de 4 a 6 anos. Os alunos de seis anos foram incluídos no ensino fundamental.

⁸ Nos municípios analisados nesta pesquisa apontamos que 61% firmam convênio com o poder público, 21% firmam contrato e 18% não souberam informar qual a normatização do convênio. Salientamos que o convênio é aquele que tem por objetivo o mesmo fim, que neste caso é o atendimento a criança pequena. Já o contrato é aquele que se tem fins diversos, mas não podemos constatar nesta pesquisa os fins que se distinguem, caracterizamos desta forma a normatização por contrato como uma forma contrária as orientações e normatizações vigentes.

públicos, razão pela qual o Estado (...) aparece, desde sempre como indutor da proliferação de convênios” (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009, p. 02). Na pesquisa em questão realizada com 50% dos municípios pequenos, vemos que 32% dos municípios firmaram esta modalidade de parceria, antes de 1996, ou seja, antes que o Fundef entrasse em vigor em nosso país. Fato este que evidencia que muitos destes convênios estão relacionados com um histórico de parcerias realizadas entre o poder público e instituições privadas para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Há ainda uma incidência de 39% dos municípios que firmaram este tipo de convênio, nos anos de vigor do Fundef, lembramos que o Fundef priorizou a destinação dos recursos para o financiamento de Ensino Fundamental, e desencadeou um processo de municipalização, deixando a mercê o atendimento do ensino infantil. Do total analisado, 7% dos convênios foram firmados desde que o Fundeb entrou em vigor, o que corresponde a 2 municípios no prazo de 2007 a 2009. O Fundeb, que representou um avanço na legislação em relação ao repasse de recursos para a educação infantil, mas também concebeu um “duro golpe” quando possibilita o repasse de seus recursos a instituições privadas conveniadas com o poder público (PINTO, 2007). Esta política serve como incentivo para a continuidade das parcerias, sendo elas menos onerosas e que demandam menos esforços da administração pública municipal (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009). Sendo que todos os municípios estudados, firmam convênio com instituições privadas sem fins lucrativos.

Em relação às justificativas para opção pelo atendimento conveniado, nos municípios estudados, os gestores apresentam mais de uma justificativa, como apontamos no capítulo 4, as justificativas para opção de parceria pelos municípios se reportaram às dificuldades que os municípios tem em prover o atendimento à educação infantil, de modo a atender a demanda ou parte dela, em outra grande parte dos municípios podemos notar o discurso de “auxílio financeiro” a instituição filantrópica que a muito tempo existe no município e necessita de ajuda financeira. Em apenas um caso a justificativa voltou-se para a boa qualidade que a instituição oferece a esta faixa etária.

Salientamos que a origem das creches conveniadas, que em sua grande maioria se estabeleceram a partir de iniciativas comunitárias para a expansão do atendimento à criança pequena das camadas populares, pode explicar o fato de tais instituições serem marcadas pela precariedade de infra-estrutura, de pessoal, de condições de trabalho e de

atendimento. Como podemos perceber atualmente em pesquisas de Cruz (2001) em Fortaleza - Ceará, Tomazzetti (1997) em Santa Maria – Rio Grande do Sul, Bento e Meneghel (2003) em Blumenau – Santa Catarina, Susin (2008) em Porto Alegre – Rio grande do Sul, Costa (2005) Rio de Janeiro, Domiciniano (2009) – Em Piracicaba – São Paulo, onde a qualidade da infra-estrutura, funcionários, professores, atendimento e condições de trabalho mostra-se em péssimas condições, marcadas pela precariedade nas instituições de atendimento as crianças de 0 a 3 anos conveniadas com o poder público.

Quando voltamos nosso olhar para o financiamento da educação infantil como um todo, observamos que atualmente o Fundeb destina recursos para o financiamento da educação infantil. Mas além de destinar financiamento à educação infantil, permite o repasse de seus recursos à instituições sem fins lucrativos de 0 a 3 anos.

Ao analisar a idade dos alunos nas instituições conveniadas com o poder público constatamos que 50% dos municípios firmam convênios com instituições que atendem alunos de 0 a 3 anos, os 50% municípios restantes, firmam convênio com instituições com alunos de até 14 anos. Além de constatar que 41% dos municípios estudados cadastram os alunos da instituição privada conveniada com o poder público, no censo escolar, como vagas públicas, que leva o fundo a repassar um valor superior ao que deveria ser repassado por estas vagas. No caso de alunos de 4 e 5 anos que frequentam as instituições convêniadas e são cadastrados no censo escolar como vaga pública, acaba-se recebendo um valor de repasse que não deveria, pois o repasse do Fundeb para instituições convêniadas com o poder público, somente é permitido no ano de 2011 à alunos de 0 a 3 anos.

Quanto a forma de subvenção podemos constatar que nos municípios analisados o que prevalece é o repasse de um valor fechado à instituição conveniada, ou seja, é repassado um valor fechado à instituição para sua manutenção geral, onde não importa a quantidade de alunos que estejam matriculados na instituição. A minoria dos municípios repassam o valor assim como prescreve o MEC, em suas orientações sobre convênios entre as Secretarias Municipais de Educação e instituições sem fins lucrativos, que estabelece que o valor repassado a estas instituições seja calculado por aluno.

A publicação do MEC do documento de orientações sobre convênios indica uma confirmação dessa prática, ainda que oficialmente essa não seja a declaração. Corrêa, Adrião (2010), analisam que se as orientações contidas neste documento do MEC

fossem seguidas, haveria ganhos na qualidade do atendimento oferecido nas instituições convêniadas, mas como podemos constatar neste trabalho orientações não são seguidas pelos municípios.

Tendo em vista a enorme importância da educação infantil e a grande demanda por essa etapa, consideramos que melhores alternativas para o atendimento a educação infantil devem ser consideradas e estudadas. Para isto acreditamos ser de primeira importância contínuas pesquisas em relação à essa problemática que nos foi colocada.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. (coord.) Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas. Relatório de pesquisa: Fapesp. 2009.

ADRIÃO, T.; ARELARO, L. R. G. ; BORGHI, R. ; GARCIA, T. O. A simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local. In: 33a. Reunião Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-"Educação no Brasil: balanço de uma década"- ANPED, 2010, Caxambu. Anais da 33a. Reunião Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em educação "Educação no Brasil: balanço de uma década, 2010. v. 1. p. 1-14.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: Análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. Relatório de pesquisa. Fapesp, 2009.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público- privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V (Org.). Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 51-66.

ARIÈS, P. história social da criança e da família. 2ª ed., Rio de Janeiro. Zahar, 1981, 279 p.

BARRETO, A. M. R. F. A educação infantil no contexto das políticas públicas Revista Brasileira de Educação n.24, Rio de Janeiro. set./dez. 2003

BARRETO, A. M. R. F. A educação infantil no contexto das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação. n. 24, p.53-65, set./out./nov./dez, 2003.

BENTO, K. L.; MENEGHEL, S. M. Creches domiciliares como espaço de educação infantil. s.l., 2003 [Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED]

BORGHI, R.; ADRIÃO, T.; ARELARO, L. A relação público-privada na oferta da educação infantil: continuidades e rupturas. In: XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação. Vitoria. Porto Alegre: Anpae, 2009. v. 08. p. 1-19.

BORGHI, R. Oferta Educacional nas creches: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado. Projeto de Pesquisa. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal de 04/05/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 20 de agosto de 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Disponível em <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/fundeb-legislacao>> Acesso em: 19 de setembro de 2011. MEC.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm> Acesso em 08 de setembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Brasília, 1996. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 06/11/2005. Altera os artigos 6, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em 06 de setembro de 2011.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <<http://abrelivros.publier.com.br/abrelivros/dados/anexos/4235.pdf>> Acesso em 19 de outubro de 2010.

BRASIL. MEC/SEB. Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 006 de 24 de abril de 2007. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar aos Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFANCIA. Disponível e: <http://www.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n6_240407_proinfancia_medida18.pdf.pdf> acesso em: 05 de novembro de 2011

CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU. Disponível em: <<http://www.camarapariquera.sp.gov.br/default.asp> > Acesso em: 23 de junho de 2011.

CAMPOS, M. M.; PATTO, M. H. S.; MUCCI, C. A creche e a pré-escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.39, p.35-421, nov. 1981.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J. e WIGGERS, V. A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa, v.36, n. 127, jan./abr.

2006, p. 87-128.

CORRÊA, B.; ADRIÃO, T.; Direito à educação de crianças de até 6 anos enfrenta contradições. Setembro de 2010, Revista Adusp

CORRÊA, B. A educação infantil. In: Romualdo Portela de Oliveira e Theresa Adrião. (Org.). Organização do ensino no Brasil - níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 13-30.

CORRÊA, B. Considerações sobre qualidade na educação infantil. Cadernos de pesquisa, n.119, p.85 – 112, junho/2003

COSTA, M. Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal?. In: Theresa Adrião; Vera Peroni, (org). O público e o privado na educação. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p.13 – 30

GREPPE. Banco de Dados do Greppe. Disponível em:
<<http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/greppe/>> Acesso em: 22 de junho de 2011.

CRUZ, S. H. A creche comunitária na visão das professores e famílias usuárias. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 16, p. 48 – 60, 2001

CURY, C. R. V. A educação infantil como direito. In: MEC/SEF/DPEF/COEDI. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Brasília, v. 2, mai.1998, p. 9-15

DOMICIANO, C. A.; ADRIÃO, T. Uma análise do programa Bolsa creche no município de Piracicaba. Educação. Teoria e Prática (Rio Claro), v. 13, p. 97-110, 2005.

DOMICIANO, C. A. O Programa Bolsa Creche nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009

FARIA, A. L. G. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. Educ. Soc. Vol.26 nº92 Campinas, Out. 2005

FULLGRAF, J. B. G. O lugar da educação infantil na sociedade contemporânea. Ciências e letras, Porto Alegre, n. 43, p. 25-40, jan./jun. 2008.

GOUVEIA, A. B. Direita e esquerda na política educacional: democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 90, n. 224, p. 32-58, jan./abr. 2009.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO J. M. R. A demanda pela Educação Infantil e os Recursos Disponíveis para o seu Financiamento. Em Aberto, Brasília, v. 18, p.92 – 105, dez. 2001

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Conheça SP. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/>> Acesso

em: 22 de junho 2010.

IBGE. Cidades@. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 23 junho de 2011.

INEP. EDUDATABRASIL - Sistema de Estatísticas Educacionais. Disponível em:
<<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, S. As crianças se 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental. Educação Sociedade. São Paulo, vol. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796.pdf>> Acesso em: 15 de setembro de 2011.

KUHLMANN JR, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergencial de intervenção social. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005, 288 p.

PREFEITURA DE MARACAÍ. Secretaria Municipal de Educação de Maracá. Disponível em: <<http://www.maracai.sp.gov.br/>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE MARTINÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação de Martinópolis. Disponível em: <<http://www.martinopolis.sp.gov.br/site/>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE MIRASSOL. Secretaria Municipal de Educação de Mirassol. Disponível em: <<http://www.mirassol.sp.gov.br/>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE OSVALDO CRUZ. Secretaria Municipal de Educação de Osvaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.osvaldocruz.sp.gov.br/>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE PARAPUÃ. Secretaria Municipal de Educação de Parapuã. Disponível em: <<http://www.parapua.sp.gov.br/>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE PATROCÍNIO PAULISTA. Secretaria Municipal de Educação de Patrocínio Paulista. Disponível em: <<http://www.patrociniopaulista.sp.gov.br>> Acesso em: 23 de junho de 2011.

PREFEITURA DE PILAR DO SUL. Secretaria Municipal de Educação de Pilar do Sul. Disponível em: <<http://www.pilardosul.sp.gov.br/>> Acesso em: 01 de julho de 2011

PREFEITURA DE PIRAJUÍ. Secretaria Municipal de Educação de Pirajuí. Disponível em: <<http://www.pirajui.sp.gov.br/>> Acesso em: 28 de junho de 2011.

PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS. Secretaria Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus. Disponível em: <<http://www.piraporadobomjesus.sp.gov.br/>> Acesso em: 28 de junho de 2011.

PREFEITURA DE RANCHARIA. Secretaria Municipal de Educação de Rancharia. Disponível em: <<http://www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/home.asp>> Acesso em: 29 de junho de 2011.

PREFEITURA DE ROSANA. Secretaria Municipal de Educação de Rosana. Disponível em: <<http://www.rosana.sp.gov.br/>> Acesso em: 29 de junho de 2011.

PREFEITURA DE SANTA BRANCA. Secretaria Municipal de Educação de Santa Branca. Disponível em: <<http://www.santabranca.sp.gov.br/site/>> Acesso em: 29 de junho de 2011.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS. Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz das Palmeiras. Disponível em: <<http://www.scpalmeiras.sp.gov.br/>> Acesso em: 29 de junho de 2011.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em: <<http://www.santacruzdoriopardo.sp.gov.br/historico.htm>> Acesso em: 29 de junho de 2011.

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ. Secretaria Municipal de Educação de São bento do Sapucaí. Disponível em: <<http://www.saobentodosapucaí.sp.gov.br/>> Acesso em: 29 de junho de 2011

PINTO, J. M. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. Educação & Sociedade, 28 n.100 Campinas out. 2007

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100-Especial, p.877-897, out. 2007.

ROSEMBERG, F. Creche Domiciliares: argumentos ou falácias. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.56, fev. 1986, p. 73-81

ROSEMBERG, F. 0 a 6: desencontro de estatísticas e atendimento. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n.71, fev. 1989, p. 36-48

ROSSI, L. Oferta Educacional e parceria com o setor privado: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTE ALTO. Disponível em: <<http://www.montealto.sp.gov.br/educ/index.php>> Acesso em: 05 de março de 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PEDREIRA. Disponível em:

<<http://www.pedreira.sp.gov.br/>> Acesso em: 01 de julho de 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA. Disponível em:

<<http://www.tupipaulista.sp.gov.br/portal/orgaos/ver.asp?id=115>> Acesso em 05 de julho de 2011.

SUSIN, M. O. O estatal e o público não estatal: onde esta a educação infantil comunitária em Porto Alegre? In: PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T.; (org). Público e Privado na educação: novos elementos para o debate. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2008. p. 67 – 78.

TOMAZZETTI, C. M. O Atendimento nas creches municipais de Santa Maria - RS: uma análise do referencial da educação para a cidadania. s.l., 1997. [Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPED]

VIEIRA, L. M. F. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. Pró-posições – Vol. 10 Nº 1 (28), Belo Horizonte - MG. Março de 1999.

Aluna
Beatriz Aparecida da Costa

Orientadora
Raquel Fontes Borghi